

Relatório de Gestão

Integrado do Ministério
dos Transportes

2024

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



março de 2025



Mensagem do Ministro



Renan Filho

O Relatório de Gestão do Ministério dos Transportes do ano de 2024 reafirma o compromisso do Governo Federal em promover um sistema de transportes eficiente, seguro, sustentável e integrado, com impacto positivo na economia nacional e na qualidade de vida da população brasileira. Trata-se de um instrumento que traduz os esforços coletivos dos servidores e dirigentes da pasta, ao mesmo tempo em que reforça a transparência, a confiabilidade e a responsabilidade com a prestação de contas à sociedade, em consonância com as diretrizes da Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022.

Em continuidade à trajetória iniciada em 2023, o Ministério dos Transportes enfrentou com firmeza os desafios com gestão estratégica e priorização eficiente. Assim, foi possível assegurar a manutenção do ritmo de investimentos e a entrega de obras e ações estruturantes em todo o país.

O ano de 2024 consolidou a reconstrução da capacidade do Estado brasileiro de planejar, coordenar e entregar infraestrutura de transporte com visão de longo prazo, foco no interesse público e forte diálogo federativo e com o setor privado. Sob a liderança do presidente Lula, resgatamos a centralidade do investimento público em logística e reestruturamos os principais instrumentos de financiamento, atracção de capital privado e articulação institucional.

No modal rodoviário, reforçamos a recuperação e a conservação da malha federal. De acordo com o Índice de Condição da Manutenção (ICM), 75% da malha foi classificada como em boas condições, resultado direto do esforço de recomposição orçamentária e de gestão técnica. O programa de concessões também avançou: foram realizados sete leilões em 2024, que abrangem as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 122 bilhões, sob um novo modelo que equilibra atratividade ao investidor com tarifas mais acessíveis e mais segurança ao usuário.

No campo da modernização regulatória, destacamos a consolidação do Sistema de Livre Passagem (FreeFlow), viabilizando pedágios mais justos e eficientes, com cobrança eletrônica por trecho percorrido. Também lançamos marcos

normativos para a emissão de debêntures incentivadas e o fortalecimento do REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, ampliando os instrumentos de fomento e financiamento de longo prazo.

No transporte ferroviário, investimos para ampliar a capacidade logística do país. Em 2024, foram movimentados 398.253 milhões de TKU (Tonelada Quilômetro Útil), superando a meta estabelecida em 6%. Esse avanço está associado às entregas de infraestrutura ferroviária com obras em andamento na FIOL, FICO, Malha Paulista, EF-118, entre outras. Os recursos gerados por repactuações contratuais, como no caso da MRS e da Vale, resultaram em R\$ 21 bilhões de aportes para novas obras. Também estruturamos o banco de projetos ferroviários, com foco em interoperabilidade e aproveitamento de trechos devolvidos.

A segurança viária permaneceu como prioridade estratégica. As ações integradas do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), o programa RodoVida e o fortalecimento da fiscalização e educação para o trânsito contribuíram para uma redução de 6% nas mortes nas rodovias federais. Investimos em infraestrutura segura, sinalização, tecnologia e ações educativas em larga escala, promovendo a articulação entre os entes federativos e o Sistema Nacional de Trânsito.

Por meio de uma atuação transversal, o Ministério fortaleceu sua governança, institucionalizou o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), iniciou o ciclo do Plano Nacional de Logística 2050 (PNL 2050) e publicou os novos Planos Setoriais Rodoviário e Ferroviário. Essas ferramentas estruturaram a ação estatal com foco na sustentabilidade, digitalização, eficiência e prestação de contas à sociedade.

Encerramos o ano com a certeza de que o caminho trilhado está devolvendo ao Brasil a capacidade de sonhar e realizar um sistema de transportes à altura de sua dimensão continental. O Ministério dos Transportes reafirma seu compromisso com a integração nacional, com a competitividade da economia, com a vida dos brasileiros e com a construção de um futuro mais justo e sustentável para o país.



1.

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

◆ Identificação, missão e visão	05
◆ Estrutura organizacional	08
◆ Perfil dos dirigentes	10
◆ Estrutura de governança	11
◆ Modelo de negócios	12
◆ Cadeia de Valor	13
◆ Ambiente externo	14
◆ Políticas e programas de governo	15
◆ Programas do Ministério em destaque	23



2.

Riscos, Oportunidades e Perspectivas

◆ Gestão de riscos e controles internos	38
◆ Principais iniciativas e ações de controle adotadas	39
◆ Perspectivas para a governança, gestão de riscos e controles internos	40
◆ Atuação correcional	41
◆ Atividades da ouvidoria	44



3.

Governança, Estratégia e Desempenho

◆ Governança	48
◆ Estratégia	49
◆ Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor	53
◆ Resultados e desempenho da gestão	55
◆ Resultados alcançados da atividade-fim do Ministério	55
◆ Resultados das principais áreas de atuação do Ministério:	75
◆ Gestão orçamentária e financeira	75
◆ Gestão de pessoas	82
◆ Gestão de licitações e contratos	85
◆ Gestão documental, patrimonial e de material	86
◆ Sustentabilidade corporativa	88
◆ Gestão da tecnologia da informação	89



4.

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

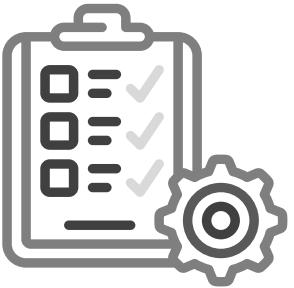
◆ Gestão contábil	100
◆ Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira do MT	102
◆ Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis	103
◆ Informações dos Contadores	104
◆ Demonstrações contábeis e notas explicativas	105



5.

Anexos e Apêndices

◆ Lista de siglas e abreviações	107
---------------------------------	-----



1.

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo





Identificação, Missão e Visão

O **Ministério dos Transportes** (MT) é o órgão central da administração pública federal direta responsável por **planejar, coordenar e supervisionar as políticas nacionais de transportes rodoviário, ferroviário e de trânsito**, com foco na modernização e integração do sistema nacional de transportes.

O MT desempenha um **papel fundamental no fortalecimento da logística e na melhoria da conectividade nacional, impulsionando o desenvolvimento econômico e social do Brasil** por meio da melhoria da infraestrutura de transporte.

Destacam-se as seguintes atribuições:

- 1.** Participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimento em transportes ferroviário e rodoviário em articulação com o ministério de portos e aeroportos
- 2.** Elaboração ou aprovação dos planos de outorgas, na forma prevista em legislação específica
- 3.** Estabelecimento de diretrizes para a representação do país em organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados relativos às suas competências
- 4.** Desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura rodoviária e ferroviária, com a finalidade de promover a segurança e eficiência do transporte de cargas e de passageiros

As demais competências atribuídas ao Ministério dos Transportes estão previstas no parágrafo único do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023. Este dispositivo regulamenta a estrutura regimental do Ministério.



Normas e denominações do Ministério dos Transportes ao longo do tempo

Decreto nº 1.067, de 27.07.1860
Criou o Primeiro órgão público federal responsável pela condução das atividades de transporte no Brasil, recebendo o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

1860

Decreto nº 1.606, de 29.12.1906, Retirou as atribuições relacionadas à indústria e mudando o nome para Ministério da Viação e Obras Públicas

1906

Lei nº 8.028, de 12.04.1990, Unificou as competências das áreas de Transportes, Minas e Energia, e Comunicações, criando o Ministério da Infraestrutura

1990

Lei nº 11.518, de 05.09.2007, Criou a Secretaria Especial de Portos (SEP/PR), promovendo a separação das competências relacionadas aos portos marítimos do MT e transferindo-as para a nova Secretaria de Portos da Presidência da República

2007

Lei nº 13.341, de 29.09.2016, Alterou a Lei que tratava da organização da Presidência da República e dos Ministérios, diversos órgãos foram extintos, incluindo a Secretaria de Portos e a Secretaria de Aviação Civil, e suas competências foram integradas ao MT, que passou a ser chamado de Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

2016

Lei nº 14.600 de 19.06.2023, Estabeleceu nova organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. A norma dividiu o Ministério da Infraestrutura em dois: **Ministério dos Transportes** e **Ministério de Portos e Aeroportos**

2023

Lei nº 23, de 30.10.1891, Elevou o citado Órgão de Secretaria à condição de Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

1891

Decreto Lei nº 200, de 25.02.1967, Alterou a designação para Ministério dos Transportes

1967

Lei nº 8.422, de 13.05.1992, Separou a pasta de Minas e Energia e cria o Ministério dos Transportes e Comunicações
Lei nº 8.490, de 19.11.1992, recriou o Ministério dos Transportes

1992

Lei nº 12.815, de 05.06.2013, do novo marco regulatório dos portos, ampliou a área de competência da Secretaria de Portos da Presidência da República, que incorpora também as competências dos portos fluviais e lacustres, retirando essas atribuições do Ministério dos Transportes

2013

Lei nº 13.844, de 18.06.2019, Estabeleceu nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, na qual foi criado o Ministério da Infraestrutura



Missão e Visão

Com o início do novo governo, tornou-se imprescindível para o **Ministério dos Transportes**, a criação de um **novo planejamento estratégico para o período de 2024 a 2027**, formalizado pela Portaria/MT nº 737, de 2 de agosto de 2024, que será detalhado neste relatório. Na referida portaria **foram definidos uma nova missão, visão e valores institucionais**, que são os ideais de atitude e comportamento que devem estar presentes nos gestores, nos servidores e nas relações do Ministério com seus colaboradores e com a sociedade:

MISSÃO

PROMOVER UM SISTEMA DE TRANSPORTE TERRESTRE SUSTENTÁVEL, SEGURO E EFICIENTE PARA PESSOAS E NEGÓCIOS, GARANTINDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO PAÍS

VISÃO

SER REFERÊNCIA NA PROMOÇÃO DE UM PAÍS INTEGRADO QUE CONECTA PESSOAS A OPORTUNIDADES, ESTIMULANDO NOVOS NEGÓCIOS E MELHOR QUALIDADE DE VIDA AOS BRASILEIROS

VALORES

EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA, INOVAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, INTEGRIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, SEGURANÇA E EQUIDADE



Estrutura organizacional

Em 1º de janeiro de 2023, a Medida Provisória nº 1.154/2023, a primeira do mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, convertida na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, estabeleceu a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Essa norma desmembrou o Ministério da Infraestrutura em duas novas pastas: i) Ministério dos Transportes e ii) Ministério de Portos e Aeroportos. O Ministério dos Transportes ficou com as atribuições relacionadas ao transporte rodoviário, ferroviário e trânsito.

O Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023, definiu a estrutura organizacional do Ministério dos Transportes da seguinte forma:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

- i) Gabinete
- ii) Assessoria de Participação Social e Diversidade
- iii) Assessoria Especial de Comunicação Social
- iv) Assessoria Internacional
- v) Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
- vi) Assessoria Especial de Controle Interno
- vii) Corregedoria
- viii) Ouvidoria
- ix) Secretaria Executiva com 5 (cinco) Subsecretarias:
 - a) Sustentabilidade
 - b) Parcerias
 - c) Fomento e Planejamento
 - d) Planejamento, Orçamento e Administração
 - e) Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
- x) Consultoria Jurídica

II - órgãos específicos singulares: (Cada Secretaria com 2 Departamentos)

- i) Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário (**SNTR**)
- ii) Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (**SNTF**)
- iii) Secretaria Nacional de Trânsito (**SENATRAN**)

III - órgãos colegiados:

- i) Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres (**Conatt**)
- ii) Conselho Nacional de Trânsito (**Contran**)

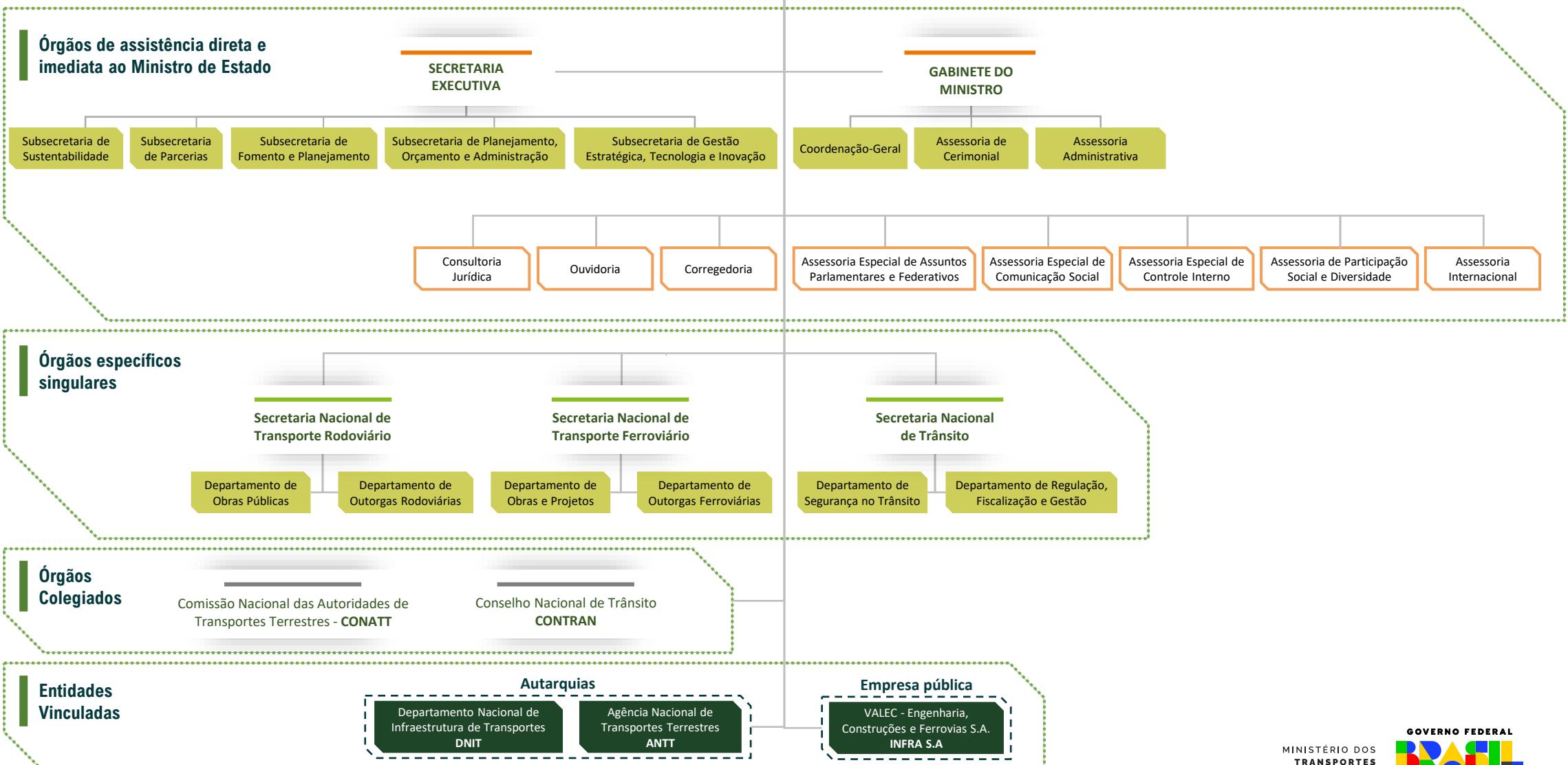
IV - entidades vinculadas:

- i) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (**DNIT**)
- ii) Agência Nacional de Transportes Terrestres (**ANTT**)
- iii) Valec - Engenharia, Construção e Ferrovias S. A. (**INFRA S.A.**)

A figura a seguir apresenta o organograma contendo as unidades da Alta Administração do Ministério dos Transportes de acordo com o Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES





Perfil dos dirigentes



Ministro dos Transportes

Renan Filho

Formado em Ciências Econômica pela Universidade de Brasília, concluiu um curso de extensão em Políticas Públicas na Universidade de Harvard nos Estados Unidos. Em 2004 elegeu-se Prefeito do município de Murici em Alagoas, conseguindo reeleger-se ao cargo em 2008. Foi eleito Deputado Federal mais votado por Alagoas em 2010. Em 2014 elegeu-se Governador de Alagoas e reeleito em 2018. Foi eleito Senador pelo mesmo estado em 2022. Atualmente é Ministro dos Transportes.



Secretário Executivo

George Santoro

Advogado, Mestre em Contabilidade e Administração pela Fucape Business School. Concluiu Curso de Especialização em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas e Direito do Trabalho e Previdência pela Universidade Cândido Mendes e em Orçamento e Finanças Públicas em curso no Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas de jan/2015 a jan/2023. Auditor de carreira de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.



Secretária Nacional de Transporte Rodoviário

Viviane Esse

Engenheira Civil formada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e graduada em Tecnologia em Processamento de Dados pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Mestre pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com ênfase em modelos de previsão de desempenho de pavimentos e Especialista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em regulação de transportes terrestres. Servidora de carreira da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ocupou diversos cargos no setor de infraestrutura no Governo Federal e Casa-Civil da Presidência da República.



Secretário Nacional de Transporte Ferroviário

Leonardo Cesar Ribeiro

Mestre em Economia pelo IDP (2022), foi pesquisador visitante da Victoria University, em Melbourne, Austrália (2017). Tem pós-graduação em Orçamento Público pelo Instituto Serzedello Corrêa (2011) e é bacharel em Economia pela Universidade de Brasília (2003). Servidor efetivo do Senado, foi assessor econômico e chefe de gabinete do Senador José Serra (2015-2022). Antes disso, no Executivo, passou pela carreira de Analista de Planejamento e Orçamento.



Secretário Nacional de Trânsito

Adrualdo de Lima Catão

Advogado, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Atuou como Secretário Executivo do Gabinete Civil do Estado de Alagoas. Foi Conselheiro Federal da OAB e Diretor da Escola Superior de Advocacia. Atuou como Diretor-presidente do DETRAN/AL e Vice-Diretor da Faculdade de Direito de Alagoas/UFAL. Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas e professor titular do Centro Universitário CESMAC.



◆ Estrutura de governança

A governança pública do Ministério dos Transportes (MT) segue os princípios estabelecidos pelo Decreto nº 9.203/2017, definido como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle aplicados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, visando à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O Decreto nº 11.360/2023, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes, reforça a importância de uma governança eficiente ao detalhar áreas de competência, como o desenvolvimento de políticas nacionais de transporte ferroviário e rodoviário, supervisão de investimentos e promoção de segurança na infraestrutura. A estrutura regimental é composta por órgãos de assistência direta, Secretarias específicas e comitês que asseguram a implementação estratégica e operacional das políticas públicas do Ministério.

Em consonância com essas diretrizes, a Política de Governança do MT foi instituída pela Portaria nº 1.166/2023, consolidando princípios de integridade, transparência, responsabilidade organizacional, sustentabilidade e gestão ágil. Para operacionalizar essa política, foram criadas as seguintes instâncias: i) Comitê Ministerial de Governança (CMG), instância máxima, responsável por diretrizes estratégicas e supervisão institucional; ii) Comitê de Gestão Estratégica (CGE), coordena o planejamento estratégico e a execução de ações prioritárias; iii) Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (CRTCI); focado na gestão de riscos, promoção da transparência e fortalecimento da integridade; e Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI), direcionado à transformação digital e segurança da informação.

Adicionalmente, a Rede de Integridade e Transparência dos Transportes, instituída pela Portaria nº 1.168/2023, promove a colaboração entre o Ministério e suas entidades vinculadas (DNIT, ANTT e Valec). Ela fomenta a troca de boas práticas e o alinhamento estratégico, consolidando o compromisso do Ministério com a integridade pública e a reputação organizacional.

A estrutura de governança é apresentada no infográfico ao lado para evidenciar as interações entre os atores e os processos. Essa organização fortalece a capacidade do Ministério em alinhar suas ações estratégicas com a geração de valor público em curto, médio e longo prazo. Além disso, as instâncias de governança promovem a articulação interinstitucional e a coordenação de processos, garantindo uma entrega eficiente e ética à sociedade.





Modelo de negócio

NOSSOS RECURSOS

HUMANO
1.316

Cerca de 70% estão em exercício em outros órgãos

ORGANIZACIONAL

Secretarias Nacionais **3**

Órgãos colegiados **2**

Entidades vinculadas **3**

ORÇAMENTO E FINANCEIRO (MT/DNIT/INFRA S.A)

Orçamento de 2024 Pagamento de obras 2024
18,1 bi **15,3 bi**

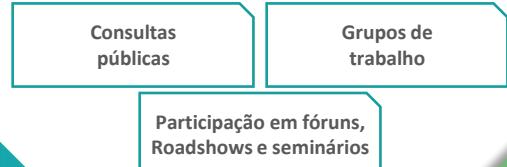
PLANEJAMENTO



TRANSPARÊNCIA



DIÁLOGO



APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS

RESULTAM EM ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

DEFINIÇÃO DE REGRAS PARA FEDERALIZAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS

Criação de critérios para atualizações no Subsistema Rodoviário Federal - SRF e designação da Rede de Integração Nacional (RINTER)

RECURSOS PARA CONTINUIDADE DE OBRAS FERROVIÁRIAS

Foram aportados recursos na ordem de 3,6 bilhões para continuidade das obras da Ferrovia Transnordestina

REPACTUAÇÕES DE CONTRATOS DE CONCESSÃO FERROVIÁRIA

Repactuação de contrato de Concessão da Vale (Carajás e Vitória Minas), MRS (Malha Sudeste) e RUMO (Malha Paulista)

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Continuidade da implantação do sistema free flow com atualizações na regulamentação para cobrança automática de pedágio

MAIS SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Programa RodoVida + realização das ações integradas do PNATRANS, estratégia de atuação sinérgica dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) para reduzir as taxas de sinistralidade e o número de mortes nas vias

OTIMIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO RODOVIÁRIAS

A Otimização propicia a retomada imediata da execução de obras em concessões que estão com os contratos "estressados", com obras paralisadas e obrigações suspensas. 14 contratos - R\$ 110 bilhões em investimentos.

≈ 96%

da extensão da malha rodoviária federal está abrangida por contrato de conservação

75%

da malha viária federal foi classificada como boa pelo ICM - Índice de Condição da Manutenção

R\$ 21 bi

arrecadados com a repactuação de contratos renovados a serem utilizados como aporte na expansão da malha de transporte ferroviário

≈ 6 %

de redução no número de mortes nas rodovias federais com o desenvolvimento do Programa RodoVida

+5 mil

toneladas de grãos transportadas diariamente na Ferrovia Norte-Sul com a inauguração do terminal rodoviário em Alvorada/TO

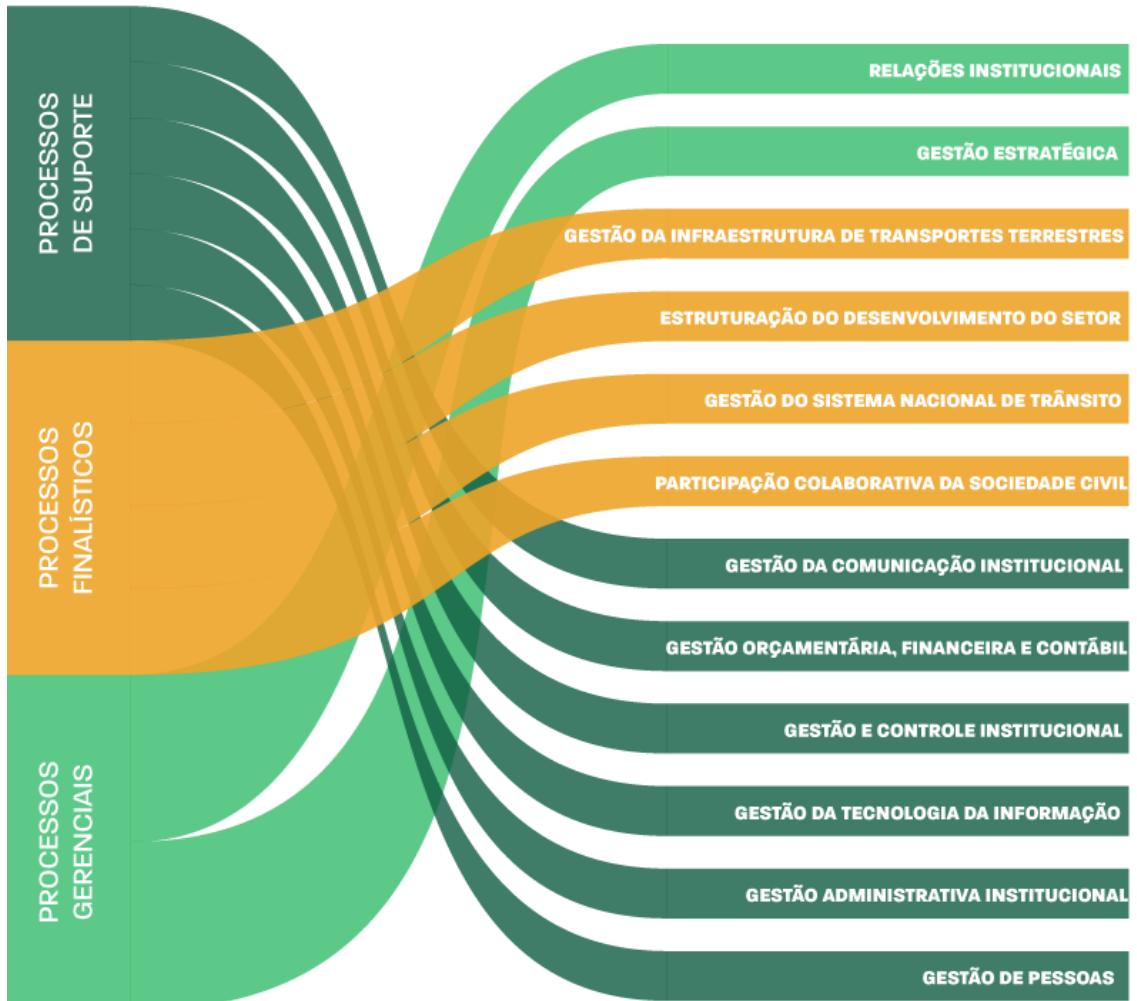
7

leilões de rodovias federais realizados com a nova política de concessões rodoviárias, contemplando as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

QUE GERAM IMPACTOS EM TODO O BRASIL



Cadeia de valor



Descrição dos processos da cadeia de valor

PROCESSOS GERENCIAIS

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- Articular com governo federal
- Articular com entes subnacionais
- Definir diretrizes para participação social
- Supervisão da atuação das vinculadas

PROCESSOS FINALÍSTICOS

GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES TERRESTRES

Políticas

- Estabelecer políticas públicas para o setor rodoviário, ferroviário e de trânsito
- Garantir diretrizes para produção, atualização e disponibilização de informações técnicas.

GESTÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Políticas

- Estabelecer a Política Nacional de Trânsito
- Regulamentar e normatizar os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro
- Normatizar os procedimentos de trânsito previstos no Código de Trânsito Brasileiro
- Coordenar e supervisionar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito
- Controlar e Fiscalizar a execução da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito
- Gerir registros nacionais de trânsito
- Gerir autorizações de serviços de trânsito
- Desenvolver programas de segurança viária, veicular e de educação para o trânsito
- Fomentar a prestação de serviços digitais de trânsito
- Gerir informações e dados do trânsito
- Coordenação de ações para viabilizar recursos financeiros

PROCESSOS DE SUPORTE

GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

GESTÃO E CONTROLE INSTITUCIONAL

GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

GESTÃO ADMINISTRATIVA INSTITUCIONAL

GESTÃO DE PESSOAS



Ambiente externo

O Ministério dos Transportes opera em um ambiente externo dinâmico e complexo, influenciado por fatores nacionais e internacionais que impactam diretamente a gestão e a geração de valor no setor. Entre os principais determinantes estão o ambiente regulatório, as condições econômicas, as inovações tecnológicas e os desafios ambientais. Cada uma dessas variáveis desempenha um papel crucial no desempenho do órgão e no alcance de seus objetivos estratégicos.

Ambiente regulatório - Em 2024, o ambiente regulatório permanece como um dos principais influenciadores do setor de transportes no Brasil. Novas regulamentações, como o aprimoramento dos modelos de concessão e a regulação das autorizações ferroviárias, buscam aumentar a eficiência e atrair investimentos. No entanto, a complexidade do cumprimento regulatório pode elevar custos e atrasar projetos. O Ministério adota uma postura proativa para alinhar as regulações às melhores práticas internacionais, buscando equilibrar eficiência e competitividade no setor.

Panorama econômico - As condições econômicas influenciam diretamente o setor de transportes, refletindo o dinamismo da economia. Durante períodos de crescimento econômico, a demanda por transporte de mercadorias e passageiros tende a aumentar, estimulando investimentos em infraestrutura e aprimoramento dos serviços. Em contrapartida, crises econômicas frequentemente resultam em cortes orçamentários e no adiamento de projetos estratégicos. Um exemplo marcante ocorreu em 2024, quando, no final de setembro, o Governo Federal adotou medidas de ajuste fiscal. Essas ações incluíram o bloqueio e contingenciamento de R\$ 13,3 bilhões em despesas de todos os Ministérios, dos quais R\$ 1,5 bilhão foi direcionado ao Ministério dos Transportes.

Inovações tecnológicas - As inovações tecnológicas continuam a transformar o setor em 2024. Sistemas inteligentes de transporte, automação e digitalização têm o potencial de aumentar a produtividade, reduzir custos e melhorar a segurança. Contudo, esses avanços requerem investimentos significativos em infraestrutura, capacitação de pessoal e marcos regulatórios. O Ministério dos Transportes atua como facilitador, promovendo parcerias com o setor privado e instituições acadêmicas para acelerar essa transformação.

Sustentabilidade ambiental - O impacto ambiental do setor de transportes é uma prioridade. O Ministério busca alinhar suas políticas aos compromissos do Brasil no Acordo de Paris, promovendo o uso de modais sustentáveis e reduzindo as emissões de carbono. Iniciativas como corredores logísticos de baixo carbono e a transição para fontes de energia renovável demonstram o compromisso do órgão com a sustentabilidade. No entanto, a implementação dessas ações exige a colaboração de governos, setor privado e sociedade civil.

Em 2024, o Ministério dos Transportes reafirma seu compromisso com a eficiência, a sustentabilidade e a geração de valor para a sociedade, mesmo diante de um cenário externo complexo e repleto de desafios. Por meio do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, inovação tecnológica e responsabilidade ambiental, o Ministério consolida sua posição como referência na promoção de um Brasil mais integrado, competitivo e sustentável, que conecta pessoas a oportunidades, conforme cenário idealizado abaixo:





◆ Políticas e programas de governo

Estrutura do PIT



Revisão da Política Nacional de Transportes - PNT (Portaria nº 235/2018)

A elaboração de uma nova Política Nacional de Transportes (PNT) ainda não foi iniciada, pois, no âmbito do Ministério dos Transportes, priorizou-se a formulação do normativo que instituiu o **Planejamento Integrado de Transportes (PIT)** e suas instâncias de governança. Esse esforço resultou na publicação do Decreto nº 12.022, de 16 de maio de 2024. Atualmente, os trabalhos estão concentrados na elaboração dos regimentos internos dos comitês estabelecidos pelo PIT, etapa essencial para a construção de uma nova Política Nacional de Transportes.

A revisão do **PIT**, anteriormente regido pela Portaria MInfra 123/2020, foi atualizado e concluído. O novo **PIT**, instituído pelo Decreto nº 12.022/2024, estabeleceu dois comitês fundamentais para sua governança: o Comitê técnico do PIT (CTPIT) e o Comitê de Governança do PIT (CGPIT). Essa estrutura fortaleceu a governança e a institucionalidade do PIT dentro do setor de transportes.

Ao longo de 2024, foram realizadas três reuniões do CGPIT, composto por altas lideranças do Ministério dos Transportes, do Ministério de Portos e Aeroportos, Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Planejamento e Orçamento. Além disso, ocorreram oito reuniões do CTPIT, com participação de técnicos desses mesmos órgãos, consolidando o planejamento e a execução da diretrizes estratégicas do setor.

Reuniões do CGPIT e CTPIT, onde se aprovaram resoluções definindo os Regimentos dos comitês, criando o modelo de governança do PIT, o Plano de trabalho para o PNL 2050, o Plano estratégico do PIT 2050, o Plano de Transparéncia do PIT e as Diretrizes metodológicas do PNL



PSTF

Plano Setorial de Transporte Ferroviário



PSTR

Plano Setorial de Transporte Rodoviário



Planos Setoriais

O Plano Setorial de Transportes Terrestres - PSTT foi revisado e segmentado considerando os modais rodoviário e ferroviário.

O Plano Setorial de Transporte Rodoviário - PSTR e o Plano Setorial de Transporte Ferroviário - PSTF foram submetidos à consulta pública conforme a Portaria MT nº 447, de 07 de maio de 2024. Consideradas as contribuições enviadas, o relatório final foi publicado pela Portaria nº 1.135, de 27 de dezembro de 2024. Com isso, foi finalizado o primeiro ciclo de Planejamento Integrado de Transportes (2020-2024), regido pela Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020.

Plano Nacional de Logística 2050

O Plano Nacional de Logística será o primeiro instrumento de planejamento a ser entregue no segundo ciclo do PIT.

O plano de trabalho do PNL foi aprovado pelo CGPIT por meio da Resolução nº 4, de 11 de setembro de 2024. Em função da Estratégia Brasil 2050, liderada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, e diretriz de planejamento de longo prazo no Brasil, o horizonte do PNL foi revisto de 2055 para 2050. Atualmente, a Subsecretaria de Fomento e Planejamento (SFPLAN) trabalha para viabilizar a publicação do plano.



Próximos passos do PIT





Plano Nacional de Ferrovias

O plano engloba soluções em **3 pilares**:

1º Pilar

Obtenção de recursos próprios, independentes dos recursos ordinários do Tesouro Nacional (impostos, dívidas, etc.), que possam ser aplicados pelo poder público em projetos ferroviários.

Segue em renegociação das renovações antecipadas no âmbito da Câmara de Consenso do Tribunal de Contas da União - TCU, com o objetivo de angariar recursos ao poder público, passíveis de reinvestimento no setor ferroviário. O Ministério também atua na efetivação da norma para incentivar a devolução de trechos mediante indenizações, gerando mais recursos para reinvestimento no setor.

2º Pilar

Criação de um banco de projetos, com o objetivo de agregar e estimular a produção de projetos que ampliem e otimizem a malha ferroviária.

A proposta é criar um Sistema Integrado de Projetos Ferroviários (SIP), na forma de Banco de Projetos, para se conectar com o Plano Nacional de Logística 2035 e o Plano Setorial de Transporte Ferroviário. Como instrumento de Governança, o sistema promoveria cooperação com governos subnacionais, sociedade e mercado no sentido de estabelecer planejamento em nível operacional. O sistema adota como referência o modelo australiano, com projetos organizados em três estágios: estágio 1 (projetos em fase inicial), estágio 2 (projetos com potencial para investimentos) e estágio 3 (projetos aptos ao investimento, seja privado, público ou PPP).



O diagrama a seguir apresenta a ideia que está em construção:

Plano Nacional de Logística 2035

- Planejamento estratégico macrossectorial da infraestrutura de transporte brasileira
- Necessidades e oportunidades atuais e futuras



Plano Setorial de Transporte Ferroviário

- Planejamento em nível tático da infraestrutura ferroviária brasileira
- Estabelecimento de linhas diretrivas setoriais assertivas

3º Pilar

Promulgação de um conjunto de normas que estabeleçam objetivos, diretrizes, parâmetros e métodos para implementação de uma política pública coerente para o setor ferroviário.

Dentre os principais temas em discussão, temos:

- Regulamentações de
 - ✓ Chamamento público (Resolução 6.058/2024)
 - ✓ Procedimentos de cálculo indenizatório de patrimônio ferroviário do DNIT (IN 1/2025)
- Políticas
 - ✓ Política Nacional de Transporte de Passageiros
 - ✓ Política de Devolução de Trechos
 - ✓ Política de Outorgas
 - ✓ Política para promover interoperabilidade no setor de ferrovias

No ano de 2024 foi instituído o Planejamento Integrado de Transportes - PIT, por meio do Decreto 12.022. Desde então foram constituídos os Comitês de Governança e Técnico com atribuição de definir aspectos metodológicos e conceituais do Plano Nacional de Logística - PNL. Como participante dos Comitês, a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário tem a atribuição de coordenar a formulação do Plano Setorial de Transporte Ferroviário - PSTF.



PPA 2024-2027 - Ministério dos Transportes (MT)

O Plano Plurianual - PPA é o principal documento de planejamento das políticas públicas do Brasil para o médio prazo. Ele define as prioridades do Governo para o período de quatro anos e norteia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo também a referência para a elaboração de planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

O Plano Plurianual 2024-2027, instituído pela Lei nº 14.802, de 10 janeiro de 2024, publicada em 11 de janeiro do mesmo ano, foi construído com o intuito de tornar o planejamento governamental moderno e estratégico, constituindo um instrumento efetivo de gestão da ação governamental, direcionado para a avaliação de resultados. A premissa básica desse novo modelo é a valorização do planejamento governamental estratégico, pautado em prioridades e realismo fiscal.

Segundo a Lei do PPA, os programas são um “conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários com vistas à concretização do objetivo”.

Os objetivos representam a “mudança na realidade social que o programa visa promover ao enfrentar o problema público”, tendo, cada programa, um objetivo.

São de responsabilidade do MT três programas finalísticos no PPA 2024-2027 que serão detalhados mais adiante no resultado e desempenho da gestão:



**Programa
Transporte Rodoviário**



**Programa
Transporte Ferroviário**



**Programa
Segurança Viária**





PPA 2024-2027 - Medidas Institucionais e Normativas

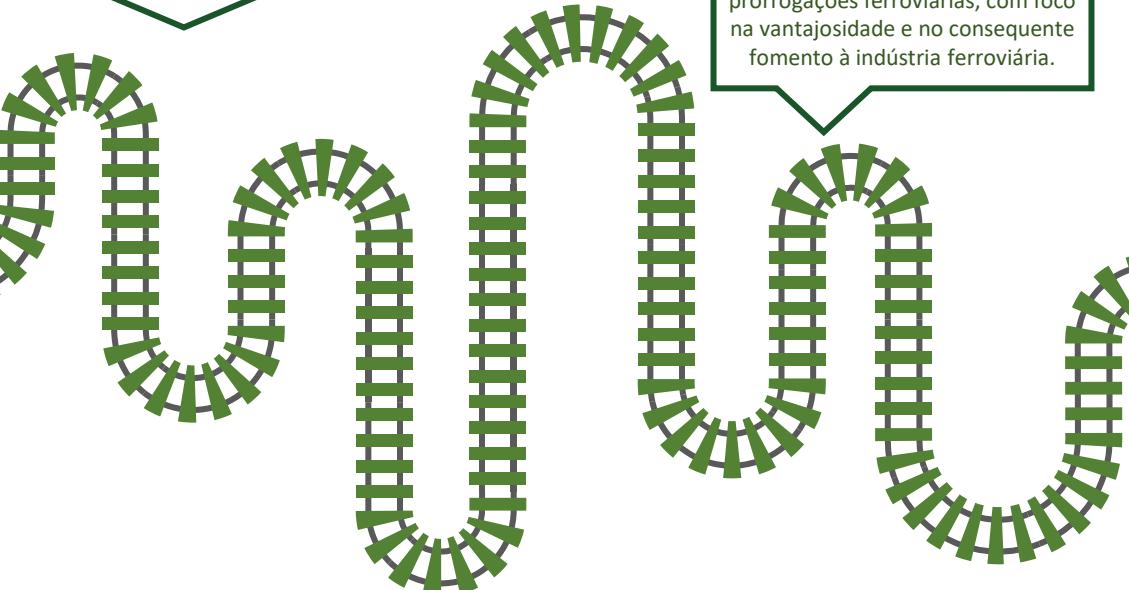
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicou a Resolução ANTT nº 6.058/2024. A referida regulamentação viabilizará ferramentas e soluções capazes de dar início a um processo de melhor aproveitamento e otimização da malha ferroviária federal que se encontra atualmente ociosa e/ou em processo de devolução, contribuindo assim para que o modal ferroviário tenha uma participação expressiva na matriz de transporte em nosso país.

Publicada a Portaria MT nº 532/2024. Esse normativo estabeleceu diretrizes de política pública para efetivação de prorrogações antecipadas das concessões de serviço público de transporte ferroviário, trazendo critérios objetivos para prorrogações ferroviárias, com foco na vantajosidade e no consequente fomento à indústria ferroviária.

Guia de Medidas de Moderação de Tráfego, lançado em 09/2024 na Semana Nacional de Trânsito, literatura técnica de referência voltada à redução de sinistros de trânsito.

Publicada a Portaria 848/2023, que estabelece a nova política de **Otimização e Readaptação dos contratos de concessão vigentes**, que possibilita a adequação de contratos e a promoção de investimentos de grande relevância nas rodovias federais dos principais corredores logísticos do País. Foram protocolados no MT 14 pedidos de repactuação que estão em diversas fases de análise no âmbito da União.

Ministério dos
TRANSPORTES



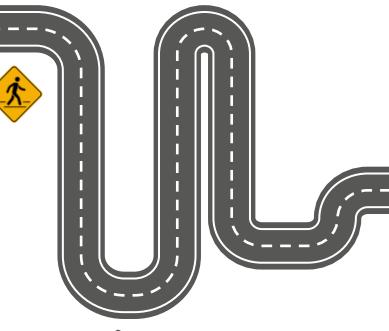
Estudos concluídos:

1. EF-118 (Rio de Janeiro/RJ - Vitória/ES)
2. EF-170 (Ferrogrão)
3. Malha Oeste
4. Nova Ferroeste
5. EF-354 (Corredor Leste-Oeste)
6. Malha Centro-Leste - FCA (Prorrogação Antecipada)

Publicado o Decreto nº 12.022, de 16 de maio de 2024, que institui o Planejamento Integrado de Transportes e suas instâncias de governança.

A revisão do Planejamento Integrado de Transportes (PIT) foi realizada, garantindo a devida governança e institucionalidade para o PIT. O Decreto nº 12.022/2024, que institui o PIT e seus dois comitês, o técnico (CTPIT) e o de governança (CGPIT), foi publicado em 16/05/2024.

Foram contratados e iniciados 6 contratos para eliminação de pontos críticos, trechos considerados perigosos ou de alto risco para a segurança viária. As contratações ocorreram nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Rondônia.



Foram registradas 189.353 fiscalizações de segurança no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e 37.341.484 fiscalizações de transporte rodoviário de cargas no exercício.



Portarias de Políticas Públicas - 2024

Foram publicadas ainda 4 portarias com diretrizes de política pública que resultaram:

- Portaria Nº 387, DE 17 DE abril de 2024, que estabelece a Política Nacional de implantação de Pontos de Parada e Descanso (PPD) em rodovias federais que tem por objetivo incentivar a implantação de PPDs, garantindo condições adequadas de repouso para os motoristas profissionais de transporte rodoviário de passageiros e rodoviário de cargas que utilizam as rodovias federais, ampliando a segurança para os esses profissionais do transporte e demais usuários das rodovias federais e reduzindo o índice de acidentes nas rodovias federais.
- Portaria Nº 622, DE 28 DE junho DE 2024, que estabelece diretrizes para alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição energética.
 - ✓ Os recursos destinados às ações de adaptação da infraestrutura rodoviária deverão estar limitados, preferencialmente, a 1% (um por cento) da receita bruta da concessão.
 - ✓ Previsão de incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias para a adaptação das infraestruturas aos eventos climáticos extremos; e
 - ✓ Plano de resposta a emergências, com ações de acompanhamento, registro e enfrentamento de eventos climáticos extremos e de antecipação e prevenção de possíveis danos.
- Portaria Nº 241, DE 06 DE março de 2024, que institui Política Pública de incentivo à diversidade dos Meios de Pagamentos nas praças de Pedágios existentes nas Rodovias Federais sob concessão à iniciativa privada, sob gestão e fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Assim, as Concessionárias responsáveis pela operação das praças de pedágios de concessões rodoviárias federais sob gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deverão disponibilizar aos usuários a opção do pagamento da tarifa de pedágio pelo pagamento instantâneo brasileiro – PIX e outros meios de pagamentos semiautomáticos, garantindo a eficiência e a praticidade na cobrança das tarifas.
- Portaria Nº 761, DE 07 DE agosto de 2024, que dispõe sobre a utilização do Índice de Condição da Manutenção das rodovias concedidas submetidos à regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A Portaria Estabeleceu diretriz de Política Pública para orientar os levantamentos em campo para avaliação e cálculo do Índice de Condição da Manutenção das rodovias concedidas submetidos à regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e tem por objetivo parametrizar a avaliação da condição de manutenção das rodovias federais concedidas, e servir de referência para o acompanhamento da condição de manutenção da malha Rodoviária



Otimização Contratual - Portaria 848/2023

Propostas de Otimização protocoladas no MT

O Ministério dos Transportes estabeleceu, por meio da Portaria nº 848, de 25 de agosto de 2023, os procedimentos relativos à "Otimização" dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal, em acordo com a Política Pública de Outorgas.

A "Otimização" permitirá uma modernização e padronização desses contratos, possibilitando a retomada imediata da execução de obras em concessões que estão com os contratos "estressados", isto é, com obras paralisadas e/ou com obrigações suspensas, incluindo também aqueles em que os principais investimentos já foram realizados.

Aderiram à Portaria nº 848/2023 **14 contratos de Concessões**, e considerando as propostas protocoladas no ministério do transportes, há o potencial de acrescentar, aproximadamente, R\$ 110 bilhões de investimentos no Brasil, dos quais R\$ 26 bilhões já seriam nos primeiros 3 anos, com os quais estima-se gerar 1.300.000 empregos diretos, indiretos e com efeito na renda dos brasileiros.

Durante o ano de 2024, o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e Tribunal de Contas da União, realizaram diversas reuniões e avaliações técnicas visando a otimização dos referidos contratos.

Foram aprovados pelo TCU, proposta consensual de 4 contratos de concessão (Eco 101, Msvia, Arteris Fluminense e Via Bahia).

Foram admitidos pleitos de otimização pelo TCU de mais 4 contratos (Fernão Dias, Régis Bittencourt, Concebra e Via Brasil).

Encontram-se em avaliação de vantajosidade técnica e jurídica pela ANTT mais 3 requerimentos de otimização (Litoral Sul, Planalto Sul e Transbrasiliana).

Uma importante etapa da otimização do contrato será a consulta ao mercado da proposta acordada no TCU, que possibilitará que o mercado possa avaliar as condições do novo projeto, e apresentarem propostas alternativas para assumirem o trecho rodoviário em uma troca de controle da concessionária por eventual grupo vencedor com a atual concessionária.

Atualmente, a ANTT já publicou o Edital de consulta ao mercado as Otimizações da Concessionária ECO 101 (BR-101/ES/BA), que ocorrerá no dia 26 de junho de 2025, e Concessionária MSvia (BR-163/MS), que ocorrerá no dia 22 de maio de 2025.

Destacamos ainda o acordo da Concessionária Via Bahia que acordou a saída da Empresa da gestão da BR-101/324/BA, encerrando um contrato que apresentava a quase 1 década uma série de problemas de execução e litígios entre a União e Empresa. O trecho retornará ao DNIT enquanto a União concluir a elaboração e leilão do novo estudo de concessão.

Concessionárias em Otimização	CAPEX R\$ bilhões (Dez/2024)		Prazo de Prorrogação	Relicitação	status
	Ano 1 ao 3	TOTAL			
MSvia	2,32	10,36	10	Sim	Aprovado pelo plenário do TCU
Eco101	2,00	7,72	10	Sim	Aprovado pelo plenário do TCU
Fluminense	2,16	6,51	14	Sim	Aprovado pelo plenário do TCU
Via Bahia	0	0	0	Não	Aprovado pelo plenário do TCU*
Fernão Dias	3,42	16,01	8	Não	Aguardando apreciação pelo plenário
Régis Bittencourt	1,75	9,27	15	Não	TCU Comissão Consenso
Concebra	2,83	13,74	0	Sim	TCU Comissão Consenso
Via Brasil	1,84	9,39	15	Não	TCU Admitido
Litoral Sul	2,29	9,32	15	Não	ANTT
Planalto Sul	0,96	4,46	15	Não	ANTT
Transbrasiliana	1,09	4,11	15	Não	ANTT
Ecosul	0	0	0	Não	Arquivado
Rodovia do Aço	0	0	0	Não	Arquivado
Concer	0	0	0	Não	Arquivado
TOTAL	20,65	90,89			

Fonte: SNTR/Ministério dos Transportes



Portaria 761/2024 ICM Concessões

Em 07 de Agosto do ano de 2024, o Governo Federal publicou a Portaria nº 761/2024 que estabeleceu metodologia para o cálculo do **Índice de Condição da Manutenção - ICM** das rodovias federais concedidas sob gestão da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

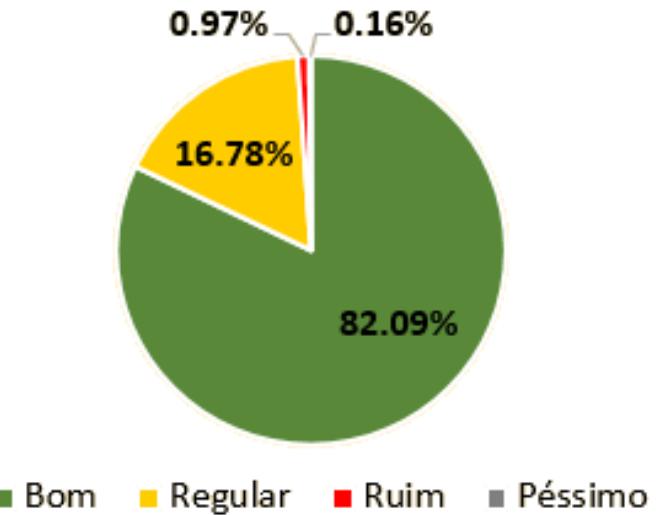
A utilização do Índice de Condição da Manutenção - ICM tem por finalidade parametrizar a avaliação da condição de manutenção das rodovias federais concedidas, e servir de referência para o acompanhamento da condição de manutenção da malha Rodoviária Federal.

O Cálculo do indicador considera elementos de conservação de uma rodovia com a condição da superfície do pavimento, que avalia a quantidade panelas, número de remendos e percentual de área trincado do pavimento, indicador que remete a condição de conforto e segurança no uso da via. Outro fator considerado no cálculo é a situação de conservação da faixa de domínio da via, como a altura da vegetação, a presença e condição dos elementos de drenagem, bem como a condição da sinalização horizontal e vertical.

O ICM pode ser classificado com quatro conceitos diferentes: Bom, Regular, Ruim e Péssimo, de acordo com a nota do indicador que se avalia em cada km de rodovia. As informações da condição dos trechos concedidos foram levantadas e processadas pela área técnica de rodovias da ANTT, sendo identificada que para o conjunto de concessão de rodovias avaliadas, 82,09% dos segmentos rodoviários apresentaram ICM com conceito “Bom”, 16,78% com conceito “Regular”, 0,97% com conceito “Ruim”, e 0,16% com o conceito considerado “Péssimo”.

Indicador por etapa

ICM - Total Concessões vigentes





◆ Programas do Ministério em destaque

Programa Ponto de Parada de Descanso - PPD

no transporte rodoviário

25 PPD's certificados em 2024

4 PPD's inaugurados por concessionárias em 2024

175 PPD's no total em diversas regiões do Brasil

Como resultado das ações para fomentar o número de Pontos de Parada e Descanso-PPD adotadas durante o ano, encontra-se disponível no aplicativo Infra Br a relação dos PPDs disponíveis para os usuários nas rodovias federais. O número desses importantes equipamentos disponibilizados aos caminhoneiros atingiu 175 unidades em dezembro de 2024, em todas as regiões do País, havendo vários outros PPD em fase de certificação.

Para tanto, o Ministério dos Transportes realiza constante prospecção de potenciais PPDs nas rodovias federais com breve apresentação do projeto PPD via correio eletrônico visando promover o crescimento do número de estabelecimentos nas rodovias federais.

Em 2024, os Pontos de Parada e Descanso estiveram presentes em 22 estados do país, com presença em todas as cinco regiões do País, estando alocados em 131 cidades, 42 rodovias federais diferentes, disponibilizando mais de 13.500 vagas de estacionamentos para garantir o conforto e segurança do segmento de transporte de cargas em nossas rodovias.

Destacamos a operação de 6 pontos de parada e descanso em rodovias federais concedidas, 4 implantados no ano de 2024. Essa categoria de PPD disponibiliza o serviço sem custos aos usuários, com serviços como segurança privada, internet sem fio disponível, com disponibilidade 24 horas por dia e 7 dias por semana.



Programa InfraBR

Permanecem as funcionalidades do programa InfraBR, um aplicativo com apoio do SERPRO, no qual é possível obter as versões digitais da CNH e do CRLV, efetuar o cálculo atualizado dos pisos mínimos de frete, acessar as contribuições feitas em nome do autônomo junto ao INSS e acessar serviços de entidades parceiras, a exemplo do Sest/Senat.

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.infrabr>





Programa CIDE Combustíveis Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Transferências da CIDE Combustíveis para as Unidades da Federação

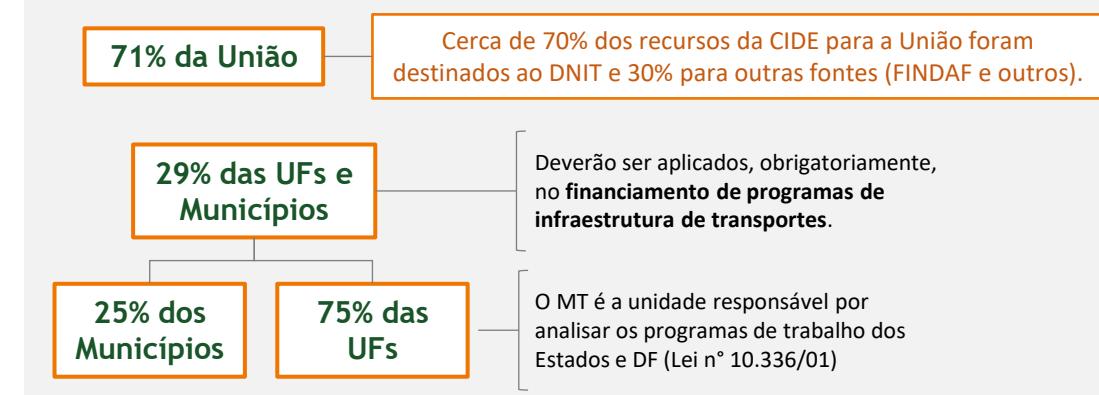
Total de R\$ 730,3 milhões

Transferidos



Os repasses às 27 Unidades da Federação, no valor total de R\$ 730,3 milhões (2024), ocorreram segundo a periodicidade trimestral e as diretrizes de proporcionalidade dispostas na Lei nº 10.336/2001 e Portaria nº 228/2007, referentes à extensão da malha existente, ao consumo de combustíveis e à população.

Distribuição de recursos



Portal da CIDE Combustíveis

Informações acerca das transferências da CIDE para as UFs podem ser acessadas por meio do Portal CIDE Combustíveis

[https://www.gov.br/transpor
tes/pt-br/assuntos/portal-da-
cide-combustiveis](https://www.gov.br/transpor tes/pt-br/assuntos/portal-da- cide-combustiveis)





NOVO PAC - Transporte rodoviário

Carteira de investimentos rodoviários

Um dos eixos de retomada dos investimentos do Novo PAC refere-se ao *Transporte Eficiente e Sustentável* com vistas a reduzir os entraves logísticos em prol da maior integração e eficiência da malha viária nacional. Nesse sentido, os investimentos no modo rodoviário adquirem grande relevância, na medida em que viabilizam, por meio de investimento públicos e o incentivo a investimentos privados, o crescimento econômico e subsidiam o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial brasileiro.

Assim, estão sendo realizadas, em todas as Unidades da Federação, grandes obras de recuperação da infraestrutura existente, adequação, duplicação e implantação de novos trechos, de modo a ampliar a capacidade de eixos importantes de acesso aos portos e ferrovias, bem como ações de intensa recuperação dos pavimentos e substituição e recuperação de pontes, ensejando um novo status qualitativo da malha rodoviária, amplamente desgastada pela falta de manutenção nos últimos anos.

Em termos de **investimentos**, o montante previsto no âmbito deste programa ultrapassa os **R\$ 202,2 bilhões** para todo o programa, conforme os seguintes dados:

Modalidades	Quantidade	Valor R\$ Bilhões	Tipo
Manutenção/Restauração	27 Unidades da Federação	38,1	Público
Restauração	24	*	Público
Adequação	25	6,7	Público
Duplicação	46	16,1	Público
Construção	51	13,0	Público
Pontes e Viadutos	17	3,5	Público
Estudos e Projetos - Obras públicas e concessões	110	0,9	Público
Investimentos das concessões existentes	24	50,8	Privado
Investimentos Previstos de Novas Concessões	16	62	Privado
Aporte para Concessões	Nacional	6,8	Público

Fonte: Portal Novo PAC Casa Civil (2024)

*Recursos provenientes da rubrica de manutenção

Portal Novo PAC - Rodovias

Coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, as informações acerca do programa de investimentos Novo PAC podem ser acessadas por meio de um portal interativo e dinâmico. Nesse sentido, os dados, relação de investimentos por Unidade da Federação e mapa das intervenções no modo rodoviário estão disponíveis no Eixo de Investimento [Transporte Eficiente e Sustentável](#), subeixo [Rodovias](#):



R\$ 202,2 Bi

investimento

R\$ 96,6 Bi

2023 a 2026

R\$ 105,7 Bi

Pós 2026



NOVO PAC - Transporte rodoviário (Empreendimentos rodoviários)

Carteira de investimentos rodoviários Novo PAC Rodovias Públicas



Em termos técnicos, o Ministério dos Transportes prestou todos os subsídios necessários junto à Casa Civil, órgão responsável pela estruturação e coordenação do Programa, para a definição da carteira de projetos rodoviários a constarem no Novo PAC. Neste processo, o Ministério participou, de modo ativo, na definição dos investimentos rodoviários públicos no portfólio de intervenções no subsistema rodoviário federal, priorizando os empreendimentos cujas maturidades dos projetos já se encontravam mais avançadas e robustas.

No ano de 2024, o Ministério seguiu monitorando os **300 empreendimentos rodoviários públicos**, em números atuais, que contemplam o Programa Novo PAC e estão divididos entre estudos, projetos, planos e obras.

Tais empreendimentos rodoviários públicos estão divididos conforme sua natureza, de modo que aqueles ainda em fases preliminares e preparatórias (estudos, projetos ou planos) correspondem a um total de 110 empreendimentos (36,7% do total), enquanto aqueles que dizem respeito a obras (isto é, em fase de intervenções físicas no território) totalizam 190 empreendimentos (63,3% do total).

Destes empreendimentos monitorados, em 2024, houve a conclusão de 11 obras dentre duplicações, adequações, restaurações e construções. A exemplo disso, cita-se as Obras de Duplicação da BR-116/BA (Lote 06) e da BR-163/PR (Cascavel a Marechal Rondon) e restaurações na BR-135/PI e BR-174/AM.

Quanto às tipologias de obras, por sua vez, os empreendimentos rodoviários públicos do Novo PAC abrangem intervenções de adequação e/ou duplicação (71 empreendimentos), pavimentação e/ou construção (51 empreendimentos) além de intervenções do tipo restauração e/ou manutenção (51 empreendimentos).

Estas categorias encontram-se expressas no infográfico abaixo:

Empreendimentos Rodoviários Públicos



Fonte: Portfólio de empreendimentos Novo PAC. Ministério dos Transportes (2024)

(*) Alguns empreendimentos encontram-se situados em mais de uma Unidade da Federação, de modo que, nesses casos, foram contabilizados em todas as UFs em que se encontram. Por conta disso, as somatórias no âmbito de cada macrorregião e no total são distintas do valor total de empreendimentos rodoviários públicos do Novo PAC (302).

** Há um empreendimento do PAC que é de âmbito nacional, que é o Programa Nacional de Substituição de Pontes de Madeira - Pontes Semi-Permanentes, totalizando assim 300 ações.



NOVO PAC - Transporte ferroviário

Investimentos para expansão do setor ferroviário

O Novo PAC vem retomando os investimentos em ferrovias incluídos no Eixo Transporte Eficiente e Sustentável. O crescimento dessa modalidade de transporte, além de diversificar a matriz logística brasileira, reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa.

Os investimentos no setor ferroviário com recursos públicos e privados superam **R\$ 91 bilhões**, conforme detalhamento na tabela a seguir:

Modalidades	Quantidade	Valor R\$ Bilhões	Tipo
Adequação	2	0,1	Público
Construção	3	5,7	Público
Investimentos em concessões existentes	16	85,2	Privado
Planejamento, Estudos e Projetos	14	0,2	Público
TOTAIS	35	91,3	

Portal Novo PAC - Ferrovias

As informações sobre os investimentos do Novo PAC no modal ferroviário estão disponíveis no endereço: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/transporte-eficiente-e-sustentavel/ferrovias>.





NOVO PAC - Transporte ferroviário

Construção e Adequação - Obra pública



Fonte: novo PAC/Casa Civil

Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) - Trecho 1 - Mara Rosa/GO - Água Boa/MT:

A obra com extensão de 363 Km está sendo construída pela VALE, em forma de contrapartida à prorrogação antecipada do contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, situação definida como investimento cruzado. Em dezembro de 2024, o empreendimento **completou 19%** de execução, tendo sido aportados 2,37 bilhões de reais pela VALE.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) Trecho 2 - Caetité/BA - Barreiras/BA:

A construção com extensão de 485 Km está sendo conduzida pela INFRA S.A. segundo a Ação 124G, no ano de 2024 foram investidos cerca de R\$ 226 milhões, incluindo construção, supervisão e outras ações, como recursos para realização de acordos com povos tradicionais. Ao final do exercício foram concluídos 68,3% do empreendimento, com 243 km de trilhos lançados.

Transnordestina trecho Salgueiro/PE - Suape/PE: Durante o ano de 2024 houve avanços no processo de formalização da devolução do trecho Salgueiro/PE - Suape/PE da Malha Nordeste com 544 Km. A negociação contou com a participação da SNTF, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT. A INFRA S/A contratou estudos e tem a expectativa de iniciar obras no segundo semestre de 2025.

Adequação no Perímetro Urbano de Barra Mansa e Construção do Pátio Ferroviário EF - 105/RJ - extensão de 6,24 Km: No ano de 2024 foram executados 17,7 milhões. A terceira etapa, que contempla a construção de um pátio de manobras e serviços de arruamento e construção de anel viário, está em andamento.

Adequação da linha férrea em Juiz de Fora/MG, corredor 01 BH/JF/Barra do Piraí/Sepetiba EF-040 - km 261 ao km 288: As intervenções estão concluídas e foi iniciada a prestação e contas final do convênio.



Trânsito - Plano Nacional



O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito foi amplamente disseminado em 2024, principalmente por meio das ações integradas, cujo caráter educativo e a atuação sinérgica dos órgãos do SNT das esferas federal, estadual e municipal foram aplicados em prol da segurança viária e da redução do número de sinistros com vítimas fatais.

Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)

O Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), aprovado pela Lei nº 13.614/2018 e regulamentado pela Resolução Contran nº 1.004/2023, tem como finalidade promover a segurança viária no país por meio do desenvolvimento de diretrizes estratégicas, implementadas através de ações cuidadosamente pensadas com o objetivo de reduzir as taxas de sinistralidade no trânsito. O PNATRANS alinha-se com a meta da ONU para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito, que estabelece a redução mínima de 50% do número de mortes no trânsito até 2030.

O **balanço anual do PNATRANS** mostra que em 2024 os órgãos e entidades do SNT demonstraram um maior nível de participação na execução do Plano. Esse avanço é resultado da atuação da SENATRAN, que coordenou ações integradas e implementou um novo Sistema de Gestão do PNATRANS, facilitando o gerenciamento e monitoramento dos resultados.

A campanha **Maio Amarelo** se insere no contexto de eventos nacionais que visam à conscientização sobre o alto índice de mortes e feridos no trânsito. Em 2024 o slogan da campanha foi “**PAZ NO TRÂNSITO COMEÇA POR VOCÊ**”. A campanha foi desenvolvida nas mídias sociais, televisão e material gráfico. No total, a campanha teve o alcance de **21.755 visualizações**.

Realização de **ações integradas do PNATRANS** nos estados de SC, SP, BA, DF, MG, PA e PR. Tais ações tratam do desenvolvimento e da coordenação de atividades operacionais de fiscalização e de educação para o trânsito, segundo a Agenda Permanente para integração de órgãos federais, estaduais e municipais.

Semana Nacional de Trânsito: Foram desenvolvidas Campanhas de mídia e material gráfico disponibilizado para uso por todo o SNT e demais partes envolvidas. As peças de divulgação da campanha atingiram um total de **35.334 visualizações**.

Campanha de mídia “**vote pelo trânsito**” desenvolvida para escolha da mensagem educativa de 2025, estabelecida na Resolução CONTRAN nº 1.014, de 14 de setembro de 2024, cujo tema definido foi “**Desacelere. Seu bem maior é a vida.**”, o qual permeará todas as campanhas desenvolvidas em 2025.

Concurso Cultural Prêmio Senatran; premiação de trabalhos acadêmicos e iniciativas públicas e privadas em segurança do trânsito. Nesse ano foram entregues 23 prêmios, no valor total de R\$ 85 mil, nos seguintes temas: Gestão da Segurança no Trânsito, Vias Seguras, Segurança Veicular, Educação para o Trânsito e Atendimento às Vítimas.

Realização da **3ª Edição do Seminário Internacional de Segurança no Trânsito**, para disseminação entre gestores e agentes de trânsito dos conceitos de Sistema Seguro e Visão Zero, gestão de velocidade, mobilidade urbana e de boas práticas adotadas nos cenários nacional e internacional (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/senatran/seminario-internacional-de-seguranca-no-transito>).

Rodovida: programa nacional que engloba o PNATRANS, realizado anualmente no período de final de ano, férias e Carnaval por meio da PRF, e aplicado por todo o SNT que envolve cerca de 2 mil órgãos, com o objetivo de intensificar a fiscalização nas rodovias federais do país e de reduzir os sinistros de trânsito. O **foco específico da campanha de 2024 foi a gestão da velocidade**, que é considerada pelos especialistas como um dos principais fatores de risco (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/senatran/programa-rodoonda-2024>).

Consolidação do Programa **MONITORA PNATRANS** como mecanismo decisivo para monitorar os resultados obtidos pelo Governo Federal e verificar a conformidade das obrigações assumidas pelos órgãos. O Programa não só realiza o monitoramento periódico dos resultados obtidos como ajuda a intensificar esforços pela redução de mortes e lesões no trânsito (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/pntrans/balancopntrans_2024.pdf).

Desenvolvimento e publicação de **Painel interativo (B.I.)** com o intuito de permitir o acompanhamento das ações educativas desenvolvidas nacionalmente pelo SNT e demais órgãos ligados ao trânsito (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/senatran/semana-nacional-de-transito-2024>).

Criação de novo **Sistema de Gestão do PNATRANS**, com interface mais intuitiva para o gerenciamento e acompanhamento dos resultados do Plano Nacional (<https://pnatrans.transportes.gov.br/pntrans/inicio>).



Sustentabilidade



O apoio, a gestão e o acompanhamento das políticas, planos, programas e ações referentes ao atendimento às Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes é realizado pela Subsecretaria de Sustentabilidade (SUST) junto a todas as unidades do Ministério e entidades vinculadas, incluindo o desenvolvimento de normativos, estruturação de projetos, realização de capacitações, propostas de aprimoramento dos procedimentos de licenciamento e regularização ambiental e gestão dos assuntos afetos à temática socioambiental, de mudança do clima e territorial.

1. Participação na COP29 em Baku, Azerbaijão:

A participação do Ministério dos Transportes na COP 29, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), se destacou pela presença estratégica em negociações globais e eventos paralelos, reforçando o compromisso do Brasil com a descarbonização do setor de transportes e a adaptação à mudança do clima. Na abertura da conferência, o Ministério participou de encontros bilaterais e do evento promovido pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), no Consórcio Amazônia Legal, que debateu o papel da nova infraestrutura verde e estratégias de enfrentamento de grandes riscos climáticos no setor de transportes.



Durante a Tarde do Transporte e da Transição Energética, no Pavilhão Brasil, integrou as discussões sobre o papel do diesel verde e soluções sustentáveis, reafirmando a importância da eficiência energética e da redução de emissões no transporte. Além disso, representantes do Ministério contribuíram em eventos como o painel da Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI), que enfatizou a necessidade de integrar resiliência climática em políticas públicas e investimentos, e no evento paralelo sobre mobilidade urbana sustentável, onde destacaram as contribuições do setor de transportes para as NDC brasileiras. No Laboratório de Implementação para Transporte de Carga, promovido pela Parceria de Marrakech, compartilharam experiências nacionais sobre cadeias logísticas resilientes e ações de mitigação de emissões. A atuação no evento consolidou o papel do Ministério dos Transportes como um ator-chave na formulação de estratégias climáticas globais, preparando o terreno para a COP 30, em Belém, onde o Brasil terá a oportunidade de aprofundar discussões sobre a sustentabilidade no setor de transportes.

2. Publicação da Portaria nº 622/2024, do Ministério dos Transportes:

A Portaria nº 622/2024, do Ministério dos Transportes, determina que 1% da receita bruta dos contratos de concessão rodoviária seja destinado ao desenvolvimento de infraestrutura sustentável, abrangendo a gestão de resíduos, conservação da fauna e flora, uso de energias renováveis, adaptação a eventos climáticos extremos e fortalecimento da relação com comunidades afetadas, com a obrigatoriedade de inclusão dessa alocação nos novos contratos, a realização de estudos pela ANTT para identificar áreas vulneráveis e a aprovação do impacto tarifário dos investimentos pelo Ministério.

Mais de 2,3 mil formados nos três cursos online oferecidos na plataforma ENAP:

- Licenciamento Ambiental Federal de Infraestruturas de Transportes;
- Resiliência Climática na Infraestrutura de Transportes;
- Curso: Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático: Conceitos Fundamentais.

<https://emnumeros.escolavirtual.gov.br/indicadores/0>



3. Seminário socioambiental em infraestrutura de transportes: VIA VIVA 2024.

Em 2024, o fórum promovido pelo Ministério dos Transportes debateu o tema do “Licenciamento Ambiental: retomando Diálogos”. O evento híbrido ocorreu na sede do Ministério dos Transportes, em Brasília e foi transmitido pelo canal do Ministério pelo YouTube.

Link: <https://www.youtube.com/live/9yUEVN6rAk8>

4. Parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia-COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ):

Com o objetivo de refletir sobre o impacto que as mudanças climáticas decorrem nas infraestruturas de transportes, o Ministério dos Transportes em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), promoveram a disciplina “Infraestrutura de Transportes e Resiliência Climática” da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP.

Visando promover a troca de conhecimentos e experiências essenciais para o planejamento do setor de transportes de forma sustentável e de baixo carbono, o Ministério dos Transportes formalizou um Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destacando a importância de integrar expertise de alto nível nas estratégias nacionais.



Sustentabilidade

5. Participação da primeira Semana da Sustentabilidade da Assembleia Geral da ONU

O Ministério dos Transportes participou da primeira Semana de Sustentabilidade da Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova Iorque de 17 a 19 de abril de 2024. O MT se destacou ao discursar em painéis de alto nível, abordando a conectividade intermodal e as melhores práticas para infraestrutura sustentável. A presença do MT contribuiu para promover a expertise brasileira em transporte sustentável, fortalecer relações internacionais e explorar parcerias estratégicas para projetos futuros. A participação reafirmou o compromisso do Brasil com as metas da Agenda 2030 da ONU, ampliando o reconhecimento internacional do país nesse setor.



6. Sétima Reunião do Foro dos Países da América Latina e Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável

O Ministério dos Transportes, participou da Sétima Reunião do Foro, realizada na sede da CEPAL, em Santiago do Chile. A delegação brasileira participou das discussões, abordando temas como erradicação da pobreza, ação climática e inclusão social, além de promover a troca de experiências e melhores práticas. A participação do MT foi crucial para incorporar perspectivas do setor de transportes nas deliberações, destacando desafios e soluções relacionadas à sustentabilidade na infraestrutura de transportes terrestres.

7. Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) 2024

A participação do Ministério dos Transportes (MT) no Fórum, realizado na sede das Nações Unidas em Nova York, teve como foco a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à infraestrutura de transportes, com ênfase na resiliência à mudança do clima. Os representantes do MT propuseram a inclusão de um indicador para medir o percentual de infraestrutura de transporte resiliente a eventos climáticos extremos, destacando a importância de monitorar as políticas nacionais com os padrões globais de sustentabilidade. Durante o evento, foram realizadas trocas de boas práticas com outros países, fortalecendo a cooperação internacional e proporcionou *insights* valiosos para a formulação de políticas públicas mais robustas e inclusivas para o setor.

8. Plano Clima

O Ministério dos Transportes coordena a elaboração setorial das estratégias de adaptação e mitigação no âmbito do Plano Clima Brasileiro, que será o principal guia para as políticas climáticas do país até 2035. A Estratégia Setorial de Adaptação abrange quatro subsetores principais: aviação civil, transporte marítimo e aquaviário, ferroviário e rodoviário. Cada subsetor contém medidas específicas, como modernização de infraestruturas, reforço de sistemas de adaptação e adoção de tecnologias avançadas para enfrentar os impactos da mudança do clima, como chuvas intensas, calor extremo e elevação do nível do mar.

Simultaneamente, a Estratégia Setorial de Mitigação prioriza ações como o desenvolvimento tecnológico para eletromobilidade, o uso de combustíveis sustentáveis de baixa intensidade de carbono e a promoção de uma infraestrutura logística com menor emissão de carbono. Essas iniciativas buscam alinhar o setor de transportes aos compromissos reforçados pelo Brasil no Acordo de Paris, incluindo a transição para uma economia de baixo carbono e a neutralidade climática.

O trabalho setorial, coordenado pelo Ministério reflete um esforço integrado para reduzir as emissões e aumentar a resiliência do setor de transportes, contribuindo de forma significativa para as metas climáticas nacionais e garantindo maior sustentabilidade e eficiência nas operações de transporte.

9. Eixo Sustentabilidade do Planejamento Estratégico 2024 a 2027 do Ministério dos Transportes

O Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes estabelece o Eixo específico de Sustentabilidade, destacando-se o Objetivo 5: Assegurar a sustentabilidade como parte no processo de planejamento e governança da rede de transportes terrestres com foco em resiliência, mitigação dos riscos climáticos e atendimento a metas globais, conforme Portaria nº 737, de 2 de agosto de 2024.

10. Parceria estabelecida entre o Ministério dos Transportes e a Coalition for Disaster Resilient Infrastructure (CDRI)

Ministério dos Transportes é delegado do Brasil para a América Latina e Caribe da Coalition for Disaster Resilient Infrastructure (CDRI) desde 2021 e pretende fortalecer a participação do país nas atividades da instituição. A CDRI é uma parceria entre governos nacionais, agências e programas da ONU, bancos multilaterais de desenvolvimento e mecanismos de financiamento, o setor privado e instituições de conhecimento que visa promover a resiliência de sistemas de infraestruturas novos e existentes ao clima e riscos de desastres em apoio ao desenvolvimento sustentável.



Sustentabilidade

11. Acordo Judicial referente à BR-381/MG Reassentamento e Compensações Financeiras de ocupantes socioeconomicamente vulneráveis

O acordo judicial referente à BR-381/MG, que abrange a área entre Caeté e Governador Valadares, foi celebrado entre o Ministério Públíco Federal, a Defensoria Pública da União e o DNIT. Este acordo tem como objetivo a implementação do Programa de Reassentamento e Compensações Financeiras, destinado a proteger os direitos dos ocupantes socioeconomicamente vulneráveis que residem na faixa de domínio da rodovia, que deverá ser assumido pela nova concessionária.

12. Portaria MT nº 485, de 16 de maio de 2024

Publicada a Portaria que dispõe sobre as diretrizes para a participação social no planejamento e execução de obras de infraestrutura de transportes terrestres, garantindo a inclusão e a transparência nos processos decisórios do Ministério dos Transportes.

13. Portaria Interministerial nº 3, de 17 de julho de 2024

A portaria institui o Comitê de Infraestrutura Sustentável em Transportes Terrestres, Portos e Aeroportos (COSUST), no âmbito dos Ministérios dos Transportes (MT) e de Portos e Aeroportos (MPOR), com o objetivo promover ações articuladas de sustentabilidade em infraestrutura de transportes terrestres, trânsito, aquaviária, portuária e aeroportuária, além de aprovar, monitorar e implementar as Diretrizes Interministeriais de Sustentabilidade. O Comitê aborda temas como infraestrutura sustentável e resiliente, licenciamento ambiental, gestão de programas compensatórios, mudança do clima, inclusão social, territorialidade e outros.

14. Portaria 689 de 17 de julho de 2024

A portaria, disciplina requisitos e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no setor de infraestrutura de transportes rodoviário e ferroviário para fins de emissão de debêntures incentivadas e de debêntures de infraestrutura. Devendo prever medidas de mitigação de emissões, transição energética, resiliência climática e gestão dos impactos sobre povos e comunidades afetadas.

15. Taxonomia Sustentável Brasileira

A Taxonomia Sustentável Brasileira, atualmente em processo de finalização, é um instrumento estratégico coordenado pelo Ministério da Fazenda. O MT coordena a taxonomia para o setor, cujo objetivo é alinhar investimentos e financiamentos a atividades econômicas com impactos positivos no meio ambiente, no clima e na sociedade. Essa iniciativa abrange critérios para tecnologias sustentáveis, como a eletrificação de frotas, o uso de combustíveis alternativos (hidrogênio verde e biocombustíveis), retrofit de veículos e embarcações, além de infraestrutura resiliente, critérios de descarbonização, economia circular e eficiência energética. Para garantir sua efetividade, a taxonomia estabelece salvaguardas que incluem direitos trabalhistas, proteção da biodiversidade, gerenciamento de resíduos e poluição, e a promoção da inclusão social. Além disso, orienta-se pela transparência e integridade na produção de informações sobre fluxos financeiros, garantindo a compatibilidade com metas climáticas e o cumprimento de padrões ambientais e sociais, fundamentais para fomentar uma economia inclusiva, produtiva e regenerativa, especialmente no contexto do Plano Setorial de Transportes.

16. Resolução nº 3, de 11 de setembro de 2024 do Comitê de Governança do Planejamento Integrado de Transportes - CGPIT

A Resolução incorpora o compromisso com a sustentabilidade no Planejamento Integrado de Transportes (PIT) ao estabelecer princípios de responsabilidade socioambiental, integrando aspectos econômicos, sociais, ambientais e climáticos nos planos e estratégias do setor. Destaca-se a promoção de práticas sustentáveis, o mapeamento e mitigação de riscos ambientais, e o estímulo à inclusão e diversidade. A governança do PIT prevê transparência e participação social, com plataformas de dados abertas e controle social, além de mecanismos para monitorar a eficácia das ações sustentáveis e fortalecer o diálogo com a sociedade e o setor privado, garantindo que as estratégias sejam alcançadas de forma ética e eficiente.

Licenciamento Ambiental

17. Conclusão das atividades do Grupo de trabalho da BR-319/AM/RO

Em março, foi publicado o relatório conclusivo referente a otimização da infraestrutura da rodovia BR 319/AM, considerando os impactos socioambientais, a segurança viária e medidas de adaptação à Mudança do Clima. O relatório apontou caminhos e diretrizes para cumprimento do licenciamento ambiental junto ao IBAMA, articulando uma rede estratégica de ações entre diversos entes do Governo Federal com a proposta de estabelecimento de Governança ambiental e fundiária para área de influência da rodovia.



18. Conclusão das atividades do Grupo de Trabalho da EF-170 (Ferrogrão) I

O grupo de trabalho foi instituído mediante portaria do Ministério dos Transportes nº 994 de 17 de outubro de 2023 para garantir a participação ativa da sociedade. O GT teve duração de 180 dias e foi prorrogado por igual período.



Durante sua vigência, foram recebidas contribuições da Sociedade Civil para atualização do Estudo De Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA da Ferrogrão.

Além disso foram realizadas 3 reuniões com os participantes do GT e convidados e um Seminário Técnico Ambiental com duração de 2 dias em Santarém/PA, com a participação de lideranças locais, Universidades, Organizações Não Governamentais, órgãos públicos, representantes dos Povos Indígenas e Comunidades Quilombolas, a fim de ampliar a participação da sociedade a respeito dos temas discutidos no GT.



Sustentabilidade

19. Reuniões com representações regionais, lideranças indígenas, Organizações sociais e Comunidade Quilombolas

O Ministério dos Transportes, por meio da Subsecretaria de Sustentabilidade, participou de diversas pautas de licenciamento ambiental e questões socioambientais. Em destaque, foram realizadas reuniões com o Observatório do Clima, Federação das Comunidades e Organizações Indígenas do Médio Purus, encontro com representantes da organização dos Povos Indígenas do Alto Madeira e Associação do Povo Indígena Juma para discussão do planejamento da rodovia BR-319/AM.

Visando a negociação para conciliação sobre o Programa Básico Ambiental Indígena da BR 230/PA foram realizadas reuniões com as comunidades das Terras Indígenas Araras, Laranjal, Cachoeira Seca, Xipaya, Kujubim e Kuruaya, Kayapo e Kararaô.



20. Participação na discussão da Proposta de Revisão do Decreto nº 8.437/2015

Esse decreto regulamenta o disposto no art. 7º, caput, inciso XIV, alínea "h", e parágrafo único, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será de competência da União.

Além da participação nas reuniões realizadas na Casa Civil, a equipe da Coordenação de Licenciamento Ambiental e Assuntos Territoriais - CGLA elaborou proposta para revisão das disposições do Decreto, possibilitando que a implantação, pavimentação e ampliação de capacidade em rodovias com extensão igual ou superior a duzentos quilômetros; a regularização ambiental de rodovias pavimentadas, e autorizações ferroviárias sejam licenciadas perante o órgão ambiental estadual, o que pode promover maior agilidade no processo de obtenção de licença.

21. Celebração de Acordo para regularização de terras quilombolas e construção da FIOL-2

Após diversas tratativas, foi assinado acordo que possibilitará o prosseguimento das obras envolvendo a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (conhecida como FIOL 2) e a titulação de terras quilombolas impactadas pelo empreendimento, com a destinação de R\$ 105 milhões ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca).

O Acordo atende a uma demanda histórica das comunidades quilombolas, que agora terão seus territórios protegidos das pressões fundiárias decorrentes da instalação do empreendimento e libera 17 km de novas frentes de obras que estavam bloqueadas há mais de 10 anos, destravando o desenvolvimento da ferrovia e impulsionando sua relevância logística.

22. Manifestações Técnicas - Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental e Assuntos Territoriais

No ano 2024 foram emitidas 71 manifestações técnicas no SEI, sendo elas 46 Notas Técnicas e 25 Notas Informativas. Em sua maior proporção referem-se a Processos Judiciais, onde a SUST subsidia tecnicamente a COTA-MT afins de resposta a AGU, Ministério Público, Supremo Tribunal Federal - STF, entre outros. Outro tema de relevância, refere-se à demanda do Congresso Nacional, como propostas lei, informações sobre licenciamento ambiental e desenvolvimento das atividades de determinados Grupo de Trabalho.

Ressalta-se ainda as manifestações das criações ou atualizações de Projetos de Lei, Portarias e Decretos, assim como a análise de criação de Unidades de Conservação com envolvimento as rodovias e ferrovias federais.

Analise técnica (nota técnica e informativa - SEI) - classificação por assunto





Sustentabilidade

23. SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental

Durante todo ano de 2024, foi mobilizada uma equipe para promover a atualização do SIGESA. Desta forma, estão sendo feitas reuniões periódicas entre a Coordenação de Licenciamento Ambiental e Assuntos Territoriais e a equipe da Tecnologia da Informação do Ministério dos Transportes.

A previsão da conclusão dessa atualização é julho de 2025. O objetivo é otimizar o sistema e integrar novas funções, como a conexão com o Monitor Integrado de Dados Socioambientais (MIDAS), que permitirá um acompanhamento mais eficiente do licenciamento ambiental em rodovias e ferrovias.

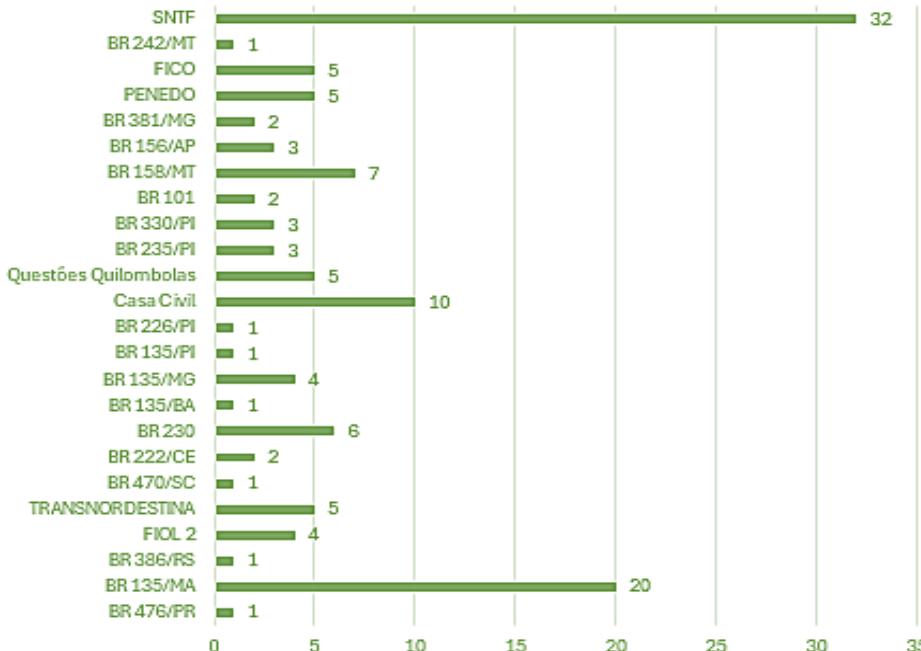
24. Participação em vistorias técnicas

No decorrer do ano, a equipe da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - CGLA fez vistoria na BR 319/AM durante a vigência do Grupo de Trabalho da BR 319, na Transnordestina, percorrendo o trecho de Salgueiro a Suape e nas obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO, visando o acompanhamento de medidas socioambientais pertinentes do licenciamento ambiental.



25. Principais atividades relacionadas a parte de licenciamento ambiental realizadas pela SUST - Acompanhamento de Empreendimentos Rodoviários e Ferroviários

Reuniões realizadas 2024 - Relação por empreendimento



1. Construção da BR-135/MG - subtrecho Manga/MG - São João das Missões/MG -Itacarambi/MG: Após a realização de quatro reuniões e tratativas com os órgãos intervenientes, foi emitida a Licença de Instalação nº 1501 /2024, referente às obras de manutenção e implantação da BR-135/MG, com extensão total de 20,5 km.

2. Duplicação da BR 135/MA - A CGLA organizou vinte reuniões visando a retomada do diálogo com as comunidades quilombolas sobre o projeto de duplicação. A reunião com a participação das comunidades sobre a discussão do Plano de Consulta e apresentação do empreendimento está prevista para 9 de janeiro de 2025.



Sustentabilidade

26. Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO - Trecho 1 - Mara Rosa (GO)-Água Boa (MT)

Durante o ano, foram realizadas 5 reuniões técnicas com o objetivo de emissão da retificação da Licença de Instalação, cuja publicação ocorreu em 30 de dezembro de 2024.

27. Ponte de Penedo /AL - BR 349/SE/AL

A CGLA acompanhou o DNIT em diversas tratativas das etapas do licenciamento ambiental, considerando a importância histórica e patrimonial de Penedo, foram realizadas 5 reuniões técnicas para viabilizar a entrega de relatórios de arqueologia para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN que se manifestou favoravelmente ao IBAMA à anuência da Licença Prévia, de Instalação para o trecho "Ponte sobre o Rio São Francisco".

28. Construção da BR-158/MT (Contorno Leste) - Lote A e Lote B 101,43 km

Foram realizadas 7 reuniões de acompanhamento e monitoramento do empreendimento visando a obtenção da Licença de Instalação do trecho leste. O empreendimento encontra-se em fase final para emissão da licença.

29. Reuniões da Casa Civil

A Subsecretaria de Sustentabilidade participou de dez reuniões na Casa Civil para acompanhamento do Licenciamento do Novo PAC e de empreendimentos rodoviários e ferroviários. Além disso, participou de 46 reuniões técnicas com objetivo de discutir a estratégia para otimização do licenciamento ambiental, com os órgãos intervenientes do licenciamento ambiental, com o Ibama, com concessionárias e com outros órgãos de governo.

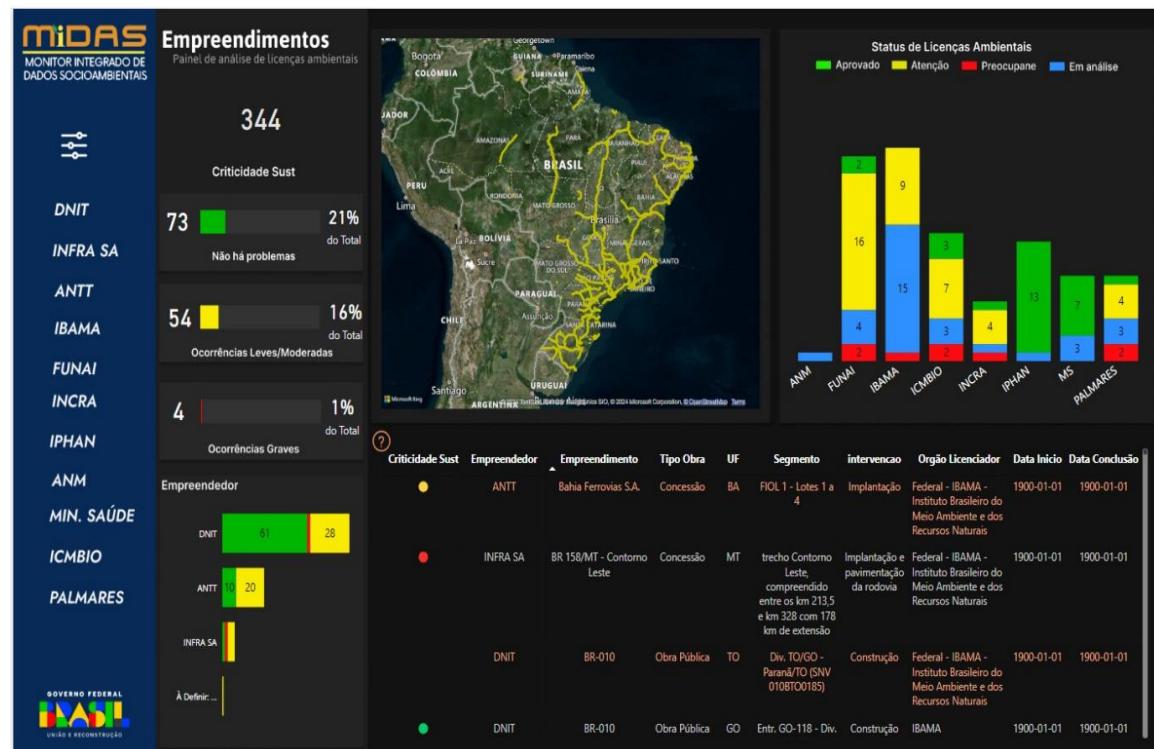
30. Reuniões da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário - SNTF

Foram realizadas 32 reuniões em conjunto com SNTF e INFRA S.A para acompanhamento das obras das Ferrovias FICO, FIOL e Transnordestina (Salgueiro-Suape), para monitoramento das atividades previstas do processo de licenciamento ambiental, visando articulação de medidas para destravamento de determinados trechos com exigências de medidas ambientais e andamento concomitante das frentes de trabalho.

31. MIDAS: Monitoramento do licenciamento ambiental dos empreendimentos do Ministério dos Transportes através do Monitor Integrado de Dados Socioambientais - MIDAS

Foi realizado aprimoramento da plataforma de monitoramento do licenciamento ambiental dos empreendimentos do Ministério dos Transportes - MIDAS, o que permite o entendimento das situações de criticidade e atuação estratégica para melhor resolução de conflitos socioambientais, visando aprimorar a resposta ao órgão ambiental e eficiência no processo de licenciamento ambiental.

Ao todo são 344 empreendimentos rodoviários e ferroviários cadastrados no MIDAS.





Resposta rápida à crise: Atuação do MT nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024

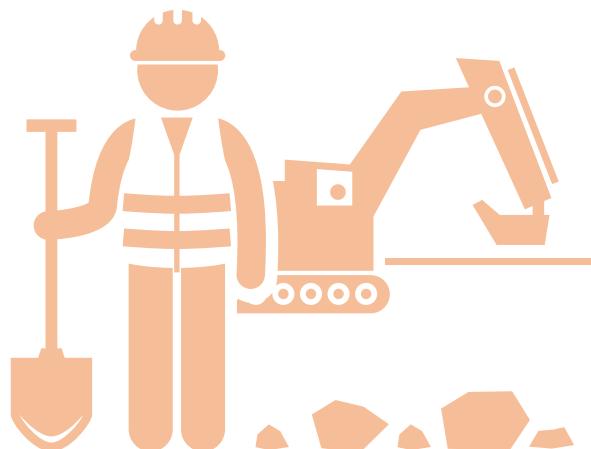
O Rio Grande do Sul, vivenciou umas das maiores emergências climáticas do Brasil em 2024, que afetou significativamente a malha rodoviária do estado. As fortes chuvas causaram danos à infraestrutura, à agricultura e à população local, gerando perdas humanas e econômicas consideráveis.



O Ministério dos Transportes por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, **atuou de forma incisiva para recuperar a trafegabilidade de forma rápida e eficiente**. Para isso, foi implementada uma rotina de acompanhamento diário das ocorrências e ações efetuadas.

No total, **foram 144 trechos de bloqueio rodoviário com sua infraestrutura impactada**, sendo 74 em rodovias concedidas e 70 em rodovias públicas. A rodovia mais impactada foi a BR-386, com 60 pontos de bloqueio, seguido da BR-116 com 32. Dos 42 municípios que sofreram com bloqueios rodoviários, os municípios de Marques de Souza e Pouso Novo foram os mais afetados, com 15 pontos de bloqueio, seguidos de Porto Alegre, com um total de 10 pontos.

Em relação às rodovias concedidas, a concessionária mais impactada foi a Via Sul, administradora de trechos das BR-101, BR-290, BR-386 e BR-448, no Rio Grande do Sul, com um total de 72 pontos de bloqueios, sendo 59 apenas na BR-386, a mais impactada. Embora todos os pontos já estejam liberados total ou parcialmente para o tráfego, ainda existem 7 obras estruturantes em execução pela concessionária, com previsão de finalização do último trecho até julho/2025.

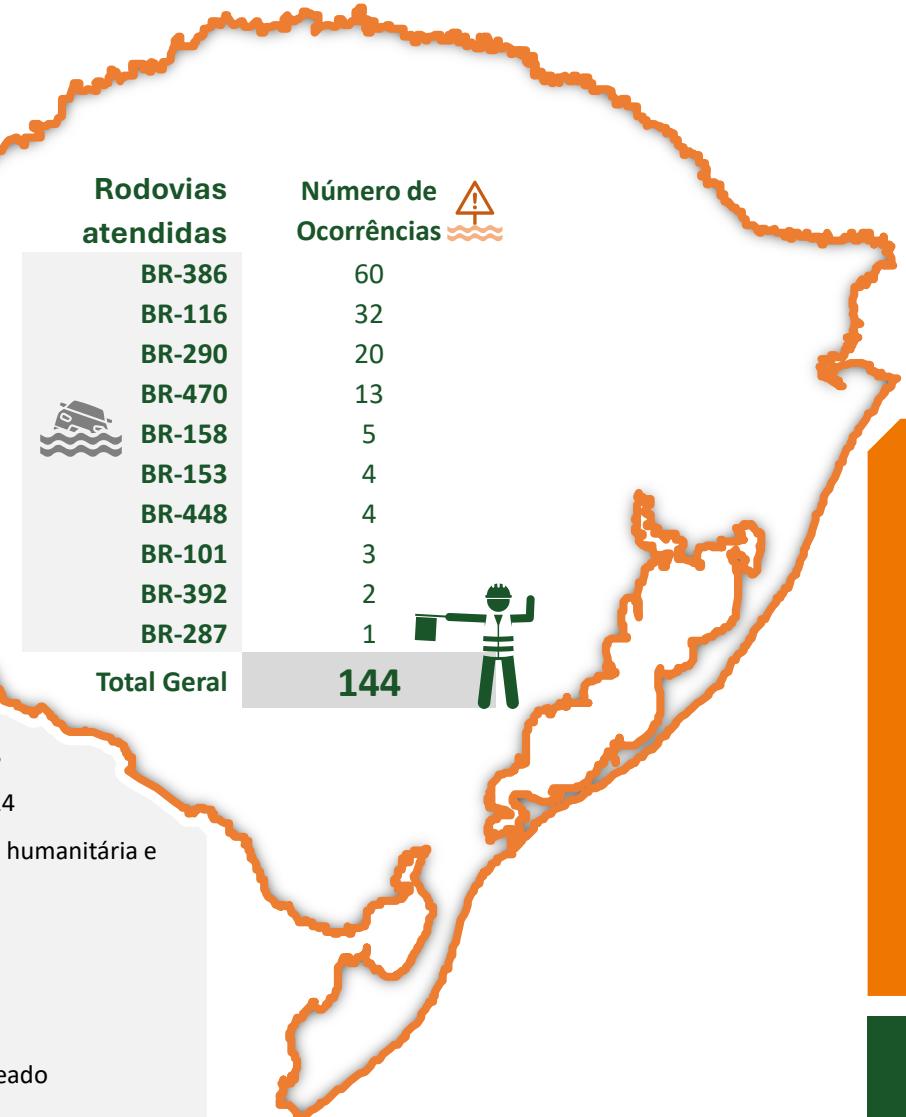


Dentre as principais entregas, destacam-se:

- Reestabelecimento de tráfego: 140 pontos - serviços emergenciais
- Reconstrução Ponte Caí na BR-116/RS - 180m: concluída em dez/24
- Caminhos emergenciais: construção de rotas para acesso de ajuda humanitária e abertura de vias para resgate
- Mobilização de equipe: 600 colaboradores/servidores.

Por parte da concessionária Via Sul, as principais entregas foram:

- Recuperação de danos na estrutura do pavimento da BR-386
- Recuperação da Ponte Seca (Várzea Taquari), km 349+050, em Lajeado
- Recuperação da Praça de Pedágio P4, no km 426+000
- Recuperação do rompimento da pista na BR-290, em Porto Alegre, no km 96+600





2.

Riscos, Oportunidades e Perspectivas





Gestão de Riscos e Controles Internos

A gestão de riscos e controles internos no Ministério dos Transportes (MT) é conduzida de forma estratégica, com o objetivo de fortalecer a governança, promover a integridade e assegurar a eficiência na entrega de resultados à sociedade.

Baseando-se nas melhores práticas internacionais, o MT adotou os princípios do Modelo das Três Linhas do Instituto de Auditores Internos (IIA), que organiza as funções de governança, gestão e auditoria interna, garantindo uma estrutura robusta e alinhada aos objetivos institucionais.

Estruturação da Gestão de Riscos

O modelo de gestão de riscos do MT está estruturado para promover um ambiente organizacional resiliente e ético, com destaque para:

- ✓ Governança Eficiente: a atuação do Comitê de Gestão de Riscos, Transparéncia, Controle e Integridade (CRTCI) assegura o alinhamento das decisões estratégicas com a mitigação de riscos críticos.
- ✓ Mapeamento de Riscos: início da identificação de riscos associados a três processos estratégicos, com a definição de ações mitigadoras e mecanismos de monitoramento contínuo.

Gestão de Riscos à Integridade

A integridade é um pilar estratégico da gestão de riscos do MT, com iniciativas voltadas para:

Prevenção e Conformidade:

- ✓ Regulamentação de práticas de prevenção ao nepotismo pela Portaria MT nº 851/2024.
- ✓ Estabelecimento de procedimentos para tratamento de conflitos de interesse pela Portaria MT nº 1.009/2024.
- ✓ Fortalecimento da Rede de Integridade: a Rede de Integridade e Transparéncia dos Transportes, instituída pela Portaria MT nº 1.168/2023, promove a troca de boas práticas e articulação entre as entidades vinculadas ao Ministério e o setor privado.
- ✓ Promoção da Ética no Setor Privado: incentivo à adesão de associações do setor de transportes ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, da CGU, fomentando uma cultura ética nas parcerias público-privadas.

Controles Internos

Os controles internos desempenham um papel fundamental para assegurar a conformidade, eficiência e transparéncia das operações do Ministério, com iniciativas como:

- ✓ Acompanhamento de Recomendações do Órgãos de Controle e Defesa do Estado, monitoramento contínuo das deliberações da CGU e do TCU, garantindo respostas tempestivas e alinhamento às melhores práticas.
- ✓ Supervisão Eficiente: reforço da atuação da Assessoria Especial de Controle Interno (AEI), que integra a segunda linha de defesa do Modelo das Três Linhas, monitorando a conformidade e apoiando a gestão de riscos.

Resultados e Impactos

As iniciativas implementadas em 2024 resultaram em:

- ✓ Fortalecimento da confiança institucional, por meio de ações robustas de controle e prevenção de desvios.
- ✓ Melhoria na articulação interna e externa, assegurando maior integração entre as áreas do Ministério e as entidades vinculadas.
- ✓ Promoção de boas práticas éticas e gerenciais, com impacto positivo na transparéncia e na credibilidade institucional.





Principais iniciativas e ações de controle adotadas

Em 2024, o Ministério dos Transportes (MT) implementou medidas estratégicas para fortalecer a governança, a integridade e a transparência, contribuindo para mitigar riscos institucionais e reforçar a eficiência administrativa. Essas iniciativas refletem o compromisso com a geração de valor público e o atendimento às demandas da sociedade.

Dentre as ações realizadas, destacam-se as publicações das seguintes [portarias que estabeleceram marcos normativos e estruturantes](#) para a gestão do Ministério:

Portarias

- i. nº 1.166/2023, institui a Política de Governança, orientando os princípios e diretrizes para uma gestão estratégica e transparente;
- ii. nº 1.167/2023, cria o Programa de Integridade, com foco na prevenção de desvios éticos, combate à corrupção e promoção de valor público;
- iii. nº 1.168/2023, formaliza a Rede de Integridade e Transparência dos Transportes, promovendo a articulação com entidades vinculadas;
- iv. nº 1.169/2023 e nº 1.170/2023, regulamentam a criação e composição da Comissão de Ética, instância essencial para a promoção de condutas éticas no serviço público;
- v. nº 58/2024, regulamenta a Política de Transparência e Acesso à Informação, com diretrizes para transparência ativa, passiva e abertura de dados;
- vi. nº 525/2024, aprova o Plano de Integridade 2024-2027, priorizando ações voltadas à prevenção de riscos éticos e à promoção de uma cultura organizacional íntegra; e
- vii. nº 851/2024 e nº 1.009/2024, regulamentam, respectivamente, medidas para prevenir o nepotismo e procedimentos para tratar conflitos de interesse.

Além disso, o Plano de Integridade do Ministério, que será atualizado para sua 3^a versão, consolida metas e ações voltadas para a prevenção de desvios éticos e o fortalecimento da cultura organizacional de integridade. A nova versão assegura revisões periódicas e ajustes alinhados às necessidades institucionais.

Ações de Controle Adotadas

O MT realizou importantes ações para aprimorar os controles internos e promover maior eficiência e integridade na administração pública.

As principais medidas incluíram:

- i. monitoramento de deliberações, acompanhamento contínuo das recomendações e determinações emitidas por órgãos de controle, como CGU e TCU, com implementação de ações corretivas para mitigação de vulnerabilidades;
- ii. supervisão da conformidade, fortalecimento das diretrizes de conformidade em processos administrativos críticos;
- iii. regulamentação de práticas éticas, publicação de normativos que disciplinam medidas de prevenção ao nepotismo e tratamento de conflitos de interesse, promovendo a integridade nos processos internos;
- iv. transparência no controle, fortalecimento do sistema e-Agendas para gerenciamento de agendas públicas e hospitalidades, assegurando maior controle e visibilidade.

Essas ações consolidaram os esforços do Ministério na construção de uma estrutura administrativa mais robusta e alinhada às melhores práticas de governança.

Resultados

As ações de 2024 resultaram em avanços como:

- i. **Governança reforçada**, instâncias estratégicas como o CMG e o CRTCI melhoraram a tomada de decisões e o alinhamento institucional;
- ii. **Transparência ampliada**, a regulamentação da Política de Transparência facilitou o acesso às informações;
- iii. **Fortalecimento da integridade**, o Programa de Integridade e as normas contra nepotismo e conflitos de interesse consolidaram a cultura ética no Ministério;
- iv. **Integração interinstitucional**, a Rede de Integridade promoveu boas práticas e otimizou recursos em parceria com entidades vinculadas.



Perspectivas para a governança, gestão de riscos e controles internos

Em 2024, o Ministério dos Transportes (MT) consolidou avanços importantes na infraestrutura nacional e na gestão administrativa. Obras de duplicação e reconstrução de rodovias, novos acessos e muitos de leilões para modernização fortaleceram a capacidade logística e reduziram acidentes. O ano também foi marcado por iniciativas voltadas à transparência e ética, promovendo um ambiente organizacional mais íntegro.

Para 2025, o Ministério enfrenta desafios significativos, incluindo a ampliação da segurança no trânsito, a modernização do sistema de transportes, a consolidação das práticas de governança e a ampliação da integridade institucional. Nesse contexto, as perspectivas incluem:

Fortalecimento da Governança e Gestão de Riscos:

Consolidação das Instâncias de Governança: manter e fortalecer o funcionamento dos Comitês e da Rede de Integridade e Transparência dos Transportes, promovendo alinhamento estratégico e decisões fundamentadas.

Expansão do Alcance da Gestão de Riscos: ampliar o mapeamento e o monitoramento de processos críticos, colocando em prática a política de gestão de riscos e disseminando boas práticas nas áreas estratégicas e operacionais.

Automatização dos Controles Internos: implementar ferramentas tecnológicas para aumentar a eficiência e agilidade nos processos de controle interno e acesso à informação.

Promoção da Integridade e Ética:

Atualização e Monitoramento do Programa de Integridade: revisar o Plano de Integridade 2024-2027, com o desenvolvimento de cartilhas temáticas e campanhas educativas.

Capacitação em Ética e Integridade: realizar treinamentos contínuos para fortalecer os valores institucionais e fomentar a cultura ética no ambiente organizacional.

Conscientização sobre o Código de Conduta Ética: consolidar ações de sensibilização voltadas a servidores e colaboradores, promovendo o cumprimento das orientações éticas.

Fomento à Transparência e Colaboração Interinstitucional:

Supervisão da Transparência Ativa e Passiva: garantir o cumprimento das demandas legais, promovendo maior acesso à informação pública e fortalecendo o controle social.

Execução do Plano de Dados Abertos 2024-2026: promover acessibilidade às informações públicas, integrando transparência às estratégias de governança e gestão de riscos.

Fortalecimento da Colaboração Interinstitucional: consolidar a atuação integrada da Rede de Integridade e Transparência dos Transportes, aprimorando a integração com entidades vinculadas e órgãos de controle.

Capacitação e Desenvolvimento:

Treinamentos Estratégicos: ampliar a formação de servidores em temas como governança, gestão de riscos, ética, transparéncia e integridade.

Cultura de Melhoria Contínua: estimular a adoção de boas práticas organizacionais e o desenvolvimento de competências essenciais para a gestão pública.

Com essas iniciativas, o Ministério dos Transportes reafirma seu compromisso com uma gestão pública íntegra, eficiente e transparente, consolidando uma administração voltada para os interesses da sociedade e o fortalecimento da confiança pública.





Atuação Correcional

A Corregedoria do Ministério dos Transportes apresenta suas ações e resultados de 2024.



A Unidade Setorial de Correição do Ministério dos Transportes é uma das unidades setoriais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema compreende as atividades relacionadas aos **seguintes objetivos:**

- Prevenir a prática de ilícitos administrativos
- Combater a corrupção
- Contribuir para a melhoria da gestão da administração pública
- Atuar de forma cooperativa com os órgãos e entidades
- Participar ativamente do sistema de integridade pública

Ações da Corregedoria

- ✓ Admissibilidade Inicial: Foco na análise inicial e na Investigação Preliminar Sumária (IPS)
- ✓ Acompanhamento, monitoramento e controle da admissibilidade inicial e nos processos acusatórios
- ✓ Criação de novos painéis em Power BI
- ✓ Apresentação de resultados correcionais em painel em Power BI
- ✓ Reuniões periódicas com membros de comissões e colaboradores
- ✓ Apoio administrativo às comissões disciplinares
- ✓ Coordenação da Câmara Técnica de Correição - CTC
- ✓ Participação no Comitê - CRTCI
- ✓ Reuniões com estudo de casos
- ✓ Treinamentos/Capacitação de servidores e colaboradores - 5 Treinamentos, Participantes: 151
- ✓ Criação da portaria normativa da Corregedoria
- ✓ Elaboração e publicação de relatório de atividades da Corregedoria
- ✓ Elaboração de guia de orientação às comissões e colaboradores
- ✓ Elaboração de guia rápido de atualização de informações da Corregedoria
- ✓ Elaboração de guia de orientação de julgamento e Monitoramento
- ✓ Atualização: diagrama, fluxograma, infográficos e repositório
- ✓ Ascensão ao Nível 2 - Padronizado do modelo de maturidade correcional 3.0 da CGU

Medidas de prevenção

Com a participação da Ouvidoria nas medidas de prevenção sobre **assédio moral, assédio sexual e discriminação**, foram realizadas:

- ✓ Campanhas educativas
- ✓ Publicação de cartilhas
- ✓ Elaboração de pesquisa
- ✓ 5 Palestras



- ✓ Elaboração pleno de ação de enfrentamento ao assédio moral, sexual e à discriminação e proteção ao denunciante

- ✓ Emissão de nada consta correcional em processos de desligamento e nomeação de servidores e outros:

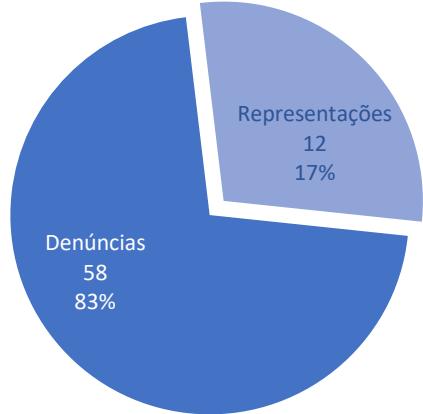
Total 135



Atuação Correcional

Indicadores Admissibilidade - 2024

TIPOS DE NOTÍCIAS RECEBIDAS



Tipo de notícias recebidas

TIPO NOTÍCIAS	QNT.	%
Denúncias	58	83%
Representações	12	17%
TOTAL:	70	100%

SITUAÇÃO DAS ADMISSIBILIDADES

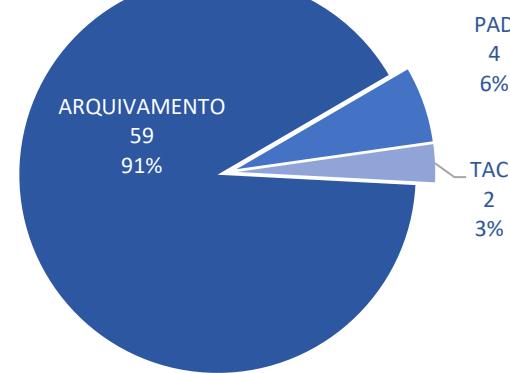


Situação das admissibilidades

SITUAÇÃO	QNT.	%
Aguardando Informação	1	1%
Análise Nota Técnica	7	7%
Análise Preliminar	8	9%
Concluídas	65	71%
Investigação IPS	11	12%

Obs.: Inclui admissibilidade de anos anteriores

RESULTADO DAS ADMISSIBILIDADES

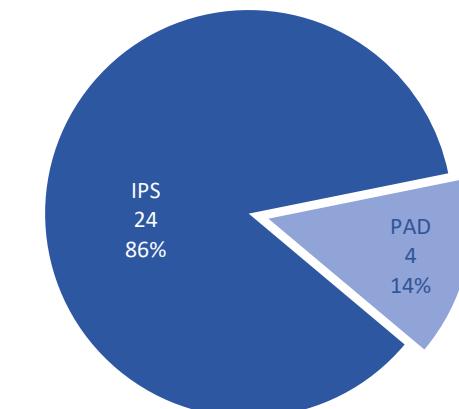


Resultado das admissibilidades

RESULTADO	QNT.	%
Arquivamento	59	91%
PAD	4	6%
TAC	2	3%
TOTAL:	65	100%

Indicador de Procedimentos instaurados

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS



Procedimentos instaurados

TIPO PROCESSO	QNT.	%
IPS	24	86%
PAD	4	14%
TOTAL:	28	100%



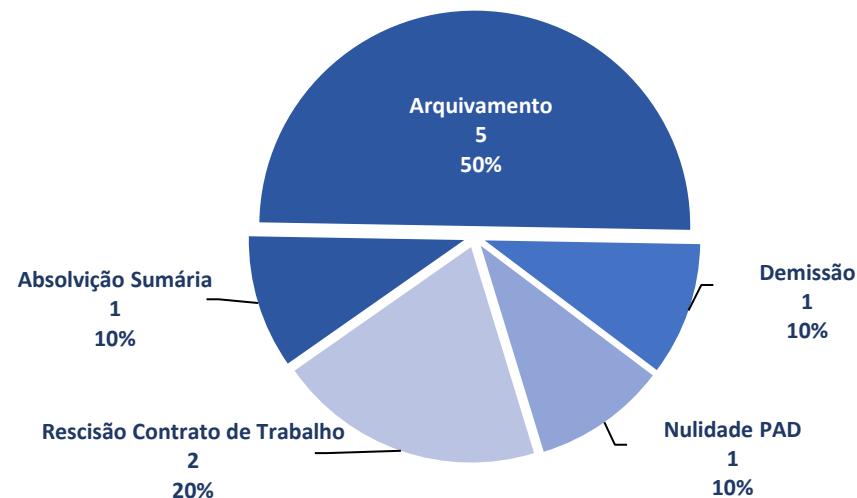
Atuação Correcional

Indicadores de Processos Acusatórios PAD

PROCESSOS CORRECIONAIS ACUSATÓRIOS



RESULTADO DOS PROCESSOS ACUSATÓRIOS JULGADOS



Transparência ativa

A página da Corregedoria é uma ferramenta de gerenciamento de informações sobre as atividades correcionais, é possível encontrar no site as seguintes informações: Conheça a Corregedoria, painel Corregedoria, relatórios de gestão, relatórios de atividades, pesquisa de processos, normas correcionais, modelo maturidade, comitê técnico de correição, capacitação, cursos CGU, quem é quem e contato.

<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/corregedoria>



O Painel em Power BI apresenta elementos de análise que demonstram os resultados dos trabalhos ao longo dos anos.



◆ Atividades da ouvidoria

Atendimentos Realizados:

52.370

no total



1. **Manifestações registradas (Fala.Br):** 17.600
(Tempo médio de resposta: 14,72 dias)
2. **E-mails:** 6.281
3. **Atendimentos Telefônicos:** 16.623
4. **Atendimentos Presenciais:** 66
5. **Chatbot:** 11.800 interações

Pedidos de Acesso à Informação:

464

no total



57
recursos

- Tempo médio de resposta 23,40 dias

1. **de 1^a Instância:**
42 recursos
2. **de 2^a Instância:**
10 recursos
3. **de 3^a Instância:**
4 recursos
4. **de 4^a Instância:**
1 recurso

Chatbot:



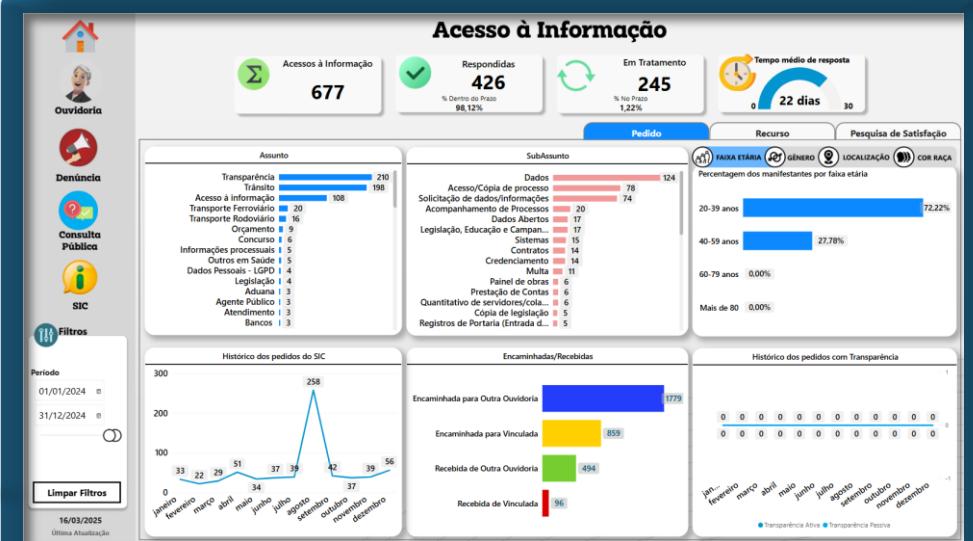
Nova Versão do atendente virtual Mauá (Chatbot),
em parceria com a SGETI:

- ✓ Funcionalidade de consulta de processos no SEI, permite o acompanhamento e o andamento do processo em tramitação no Ministério dos Transportes
- ✓ Atendimento online ao cidadão gerando manifestações automaticamente na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, da CGU, por meio do Mauá
- ✓ Criação de um módulo no Mauá de gerenciamento dos atendimentos, gerando dados mais qualificados e otimizando os resultados

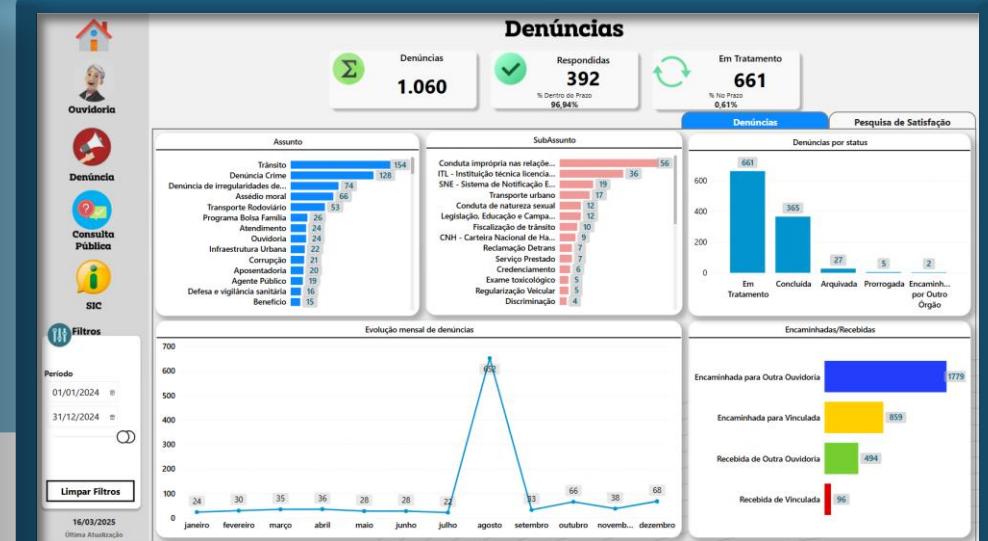
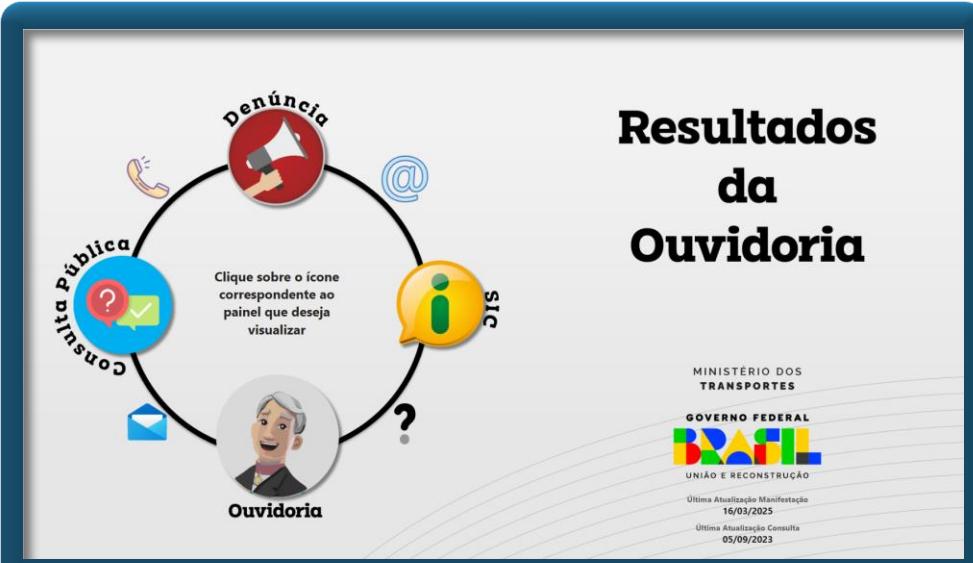


Painéis Gerenciais

Painéis gerenciais com indicadores mais precisos das necessidades do cidadão, aprimorando a governança e permitindo mais transparéncia.



Resultados da Ouvidoria





Outras atividades da ouvidoria:

Eventos Realizados

WORKSHOP DE LIDERANÇA CRIATIVA PARA RESULTADOS

Visando a excelência na gestão, o fortalecimento da cultura organizacional e das relações de trabalho.

Campanha de Prevenção ao Assédio e Discriminação



Promoção da conscientização específica de todos os servidores, empregados, colaboradores e estagiários vinculados ao Ministério dos Transportes, trazendo orientação sobre o tema a fim de facilitar a identificação, prevenção, combate e tratamento de atos de assédio.



INTEGRIDADE
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Unidade integrante da Rede de Integridade e Transparéncia dos Transportes, instituída pela Portaria MT 1.168, 05/12/2023, coordenando a Câmara Técnica de Transparéncia, Acesso à Informação, Participação Social e Diversidade - CTTAPD.

A Ouvidoria é a responsável pela cooperação da CTTAPD, desempenhando um papel estratégico na promoção da transparéncia, no fortalecimento da participação social e na implementação de práticas que promovam a diversidade e o acesso à informação

Instalações da Ouvidoria

Sala exclusiva para acolhimento e atendimento, prezando a proteção e privacidade do cidadão e/ou denunciante, aperfeiçoando os espaços de relacionamento e participação da sociedade com a administração pública.

Participação Social

Módulo de divulgação de consultas, audiências públicas e pesquisas na promoção de boas práticas, promovendo e qualificando o processo de participação social.



21 Consultas Públicas,
com 1322 contribuições
recebidas

1 Opine Aqui
(tomada de
subsídio)

3.

Governança Estratégia e Desempenho





Governança

INDICADORES ESTRATÉGICOS

PROJETOS ESTRATÉGICOS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MT

NOVO PAC
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

PPA 2024/2027



A Governança do Ministério dos Transportes busca o alcance da missão institucional de promover um sistema de transporte terrestre sustentável, seguro e eficiente para pessoas e negócios, garantindo o desenvolvimento social e econômico do país. Sua implementação será realizada por meio do planejamento organizacional, do aprimoramento dos processos de trabalho, do estabelecimento de práticas e códigos de governança corporativa e pelo posicionamento institucional coordenado com as partes interessadas, de modo a garantir a confiabilidade do Ministério perante a sociedade e demais atores públicos. Devem ser incentivadas as boas práticas que convertam princípios básicos de governança em recomendações objetivas, alinhando os interesses institucionais com a preservação e a otimização dos valores de longo prazo do órgão, otimizando a gestão dos recursos disponíveis e contribuindo para a qualidade da gestão organizacional e para a imagem institucional.

A partir dos elementos estabelecidos no PPA que compõem a estratégia de planejamento de governo, o Ministério dos Transportes estrutura a governança interna por meio da Portaria nº 1.166, de 5 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a Política e as Instâncias de Governança do MT.

A governança do MT impulsiona a concretização das propostas do Plano de Governo e das expectativas da sociedade, visando a implementação de um programa de investimento que resulte em uma infraestrutura adequada aos desafios do desenvolvimento econômico.

A Secretaria-Executiva do MT desempenha papel central na governança, sendo encarregada de elaborar, monitorar e avaliar a estratégia do MT. Suas responsabilidades incluem o cumprimento das diretrizes da política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e trânsito, além de coordenar ações para gerar valor e eficiência. Isso envolve o monitoramento dos resultados das Secretarias e entidades vinculadas, alinhando esforços para alcançar os objetivos do planejamento estratégico institucional e do plano de gestão de riscos.



Estratégia

Em janeiro de 2023, com o início do novo governo, e o término do ciclo de execução da estratégia do MInfra em 2022, tornou-se imperativo revisar o planejamento estratégico anterior e redefinir nova missão e visão. A partir disso, o desenvolvimento do planejamento estratégico 2024/2027 do Ministério dos Transportes foi um processo estruturado e colaborativo, envolvendo diversas etapas e a participação ativa de diferentes áreas e stakeholders.

O processo de formulação da estratégia teve início com reuniões de imersão no âmbito do Ministério dos Transportes, com foco em discutir os desafios e as oportunidades com a Secretaria-Executiva, as Secretarias Nacionais e as Subsecretarias do órgão. Em seguida, realizou-se, de forma assíncrona, um levantamento adicional de informações dessas áreas. Nesta fase, foram compartilhados os principais instrumentos direcionadores, os projetos em andamento, os principais indicadores acompanhados e os materiais de referência utilizados como referência.

Após esta etapa, foi realizada uma pesquisa de imagem do Ministério dos Transportes, por meio de entrevistas qualitativas com stakeholders-chave. Foram realizadas 16 entrevistas com atores de diferentes perfis, incluindo associações de classe, entidades vinculadas, empresas da iniciativa privada, entidades financeiras e órgãos de controle. Deste momento foram extraídos principais insights para fomentar a discussão estratégica do órgão, garantindo uma visão holística do mercado e do setor.

Em seguida, foi realizada uma segunda rodada de reuniões com as áreas do Ministério, intitulada "pré-planejamento estratégico". Este momento foi utilizado para garantir um maior aprofundamento no contexto das áreas, maior engajamento dos servidores e colaboradores, e alinhamento das discussões para calibrar expectativas para a formulação da estratégia.

A etapa seguinte consistiu em dois workshops de formulação da estratégia, realizados nos dias 15 e 22 de abril de 2024, com a presença do Secretário-Executivo, dos Secretários Nacionais e dos Subsecretários. Além disso, os diretores das Secretarias Nacionais foram convidados para garantir um aprofundamento nas discussões técnicas dos setores rodoviário, ferroviário e de trânsito. No dia 15 de abril, participaram 22 pessoas e, no dia 22 de abril, 25 pessoas.

Assim, o workshop de formulação da estratégia resultou no desenvolvimento do mapa estratégico, com a definição da missão, visão e valores do Ministério dos Transportes, além dos objetivos estratégicos para o ciclo de 2024 a 2027.

Por fim, as últimas etapas foram focadas na definição da carteira de projetos estratégicos e na cesta dos indicadores que habilitam o monitoramento da estratégia.

Este processo assegurou que o planejamento estratégico fosse abrangente, alinhado às necessidades do setor e capaz de guiar as ações do Ministério nos próximos anos. Foi notório o engajamento de toda a casa, com a mobilização da alta gestão do Ministério dos Transportes. Além disso, a participação ativa dos líderes e gestores promoveu um forte senso de colaboração e compromisso.

Diante disso, foi publicada a Portaria 737/2024, que definiu o Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes 2024/2027 com Missão, Visão, Valores e 8 Objetivos estratégicos.



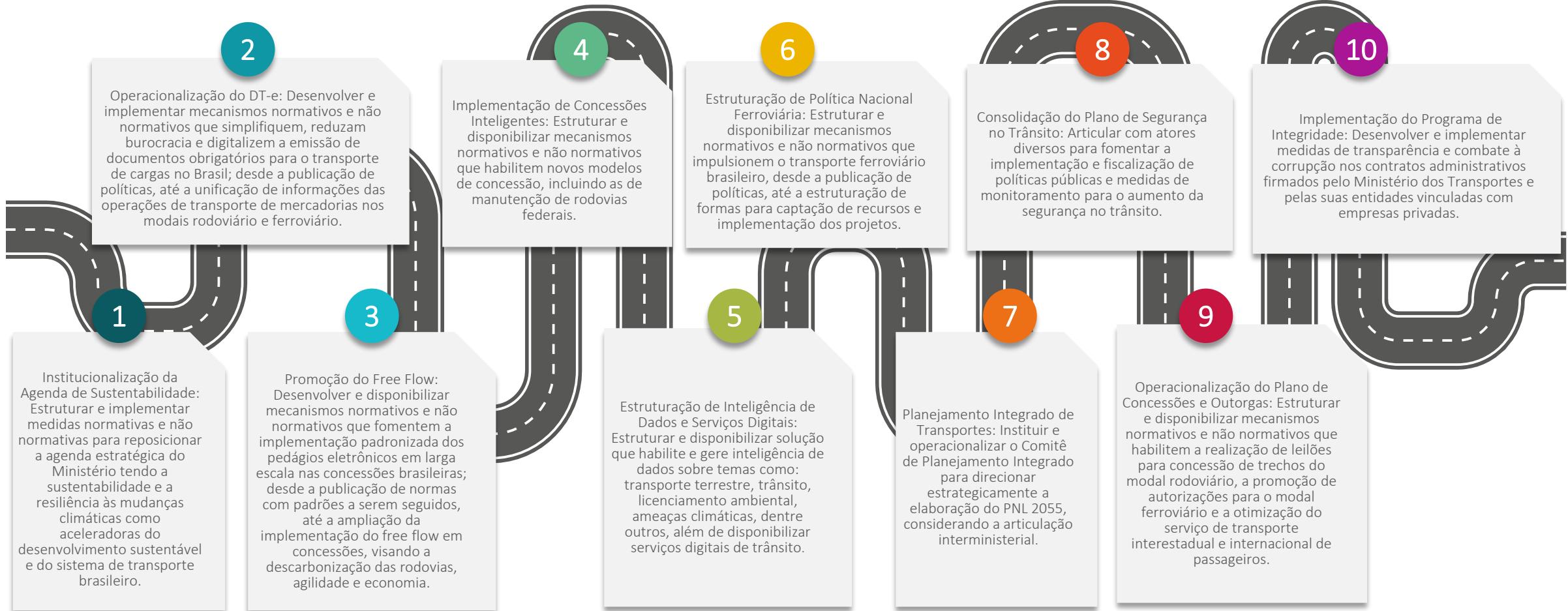
Objetivos Estratégicos





Projetos estratégicos

O plano estratégico do MT, formalizado por meio da Portaria MT 1.166, de 5 de dezembro de 2023 articula a estratégia a ser implementada, detalhando-a e viabilizando a sua execução e o controle por meio do planejamento estratégico, associado ao mapa estratégico e operacionalizado pelos 11 projetos Estratégicos priorizados:





Mapa Estratégico: 2024-2027

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Promover um sistema de transporte terrestre sustentável, seguro e eficiente para pessoas e negócios, garantindo o desenvolvimento social e econômico do país.

VISÃO

Ser referência na promoção de um país integrado que conecta pessoas a oportunidades, estimulando novos negócios e melhor qualidade de vida aos brasileiros.

VALORES

Eficiência | Transparéncia | Inovação | Participação Social | Integridade | Responsabilidade Socioambiental | Segurança | Equidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



REDE DE TRANSPORTES

Otimizar a rede de transportes terrestres, fomentando a intermodalidade e o aumento da movimentação de cargas e passageiros.



SEGURANÇA VIÁRIA

Implementar estratégias de segurança viária para redução da mortalidade no trânsito.



SUSTENTABILIDADE

Assegurar a sustentabilidade como parte no processo de planejamento e governança da rede de transportes terrestres com foco em resiliência, mitigação dos riscos climáticos e atendimento a metas globais.



DADOS

Implementar estratégias de dados para posicionar o Ministério dos Transportes como indutor de soluções que otimizem a comunicação com a sociedade e a produtividade do Brasil.



POLÍTICAS PÚBLICAS

Estabelecer políticas públicas para o setor de transportes terrestres, que promovam maior efetividade, simplificação, segurança jurídica e participação social.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Ampliar a eficiência e a qualidade da infraestrutura de transportes terrestres em nível nacional, para redução do custo logístico e inclusão social.



DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Desenvolver capacidade institucional do Ministério dos Transportes com foco em excelência e produtividade para atendimento dos desafios prioritários.



GOVERNANÇA COLABORATIVA

Fortalecer a governança colaborativa com governo e sociedade para garantir a efetividade das políticas públicas.

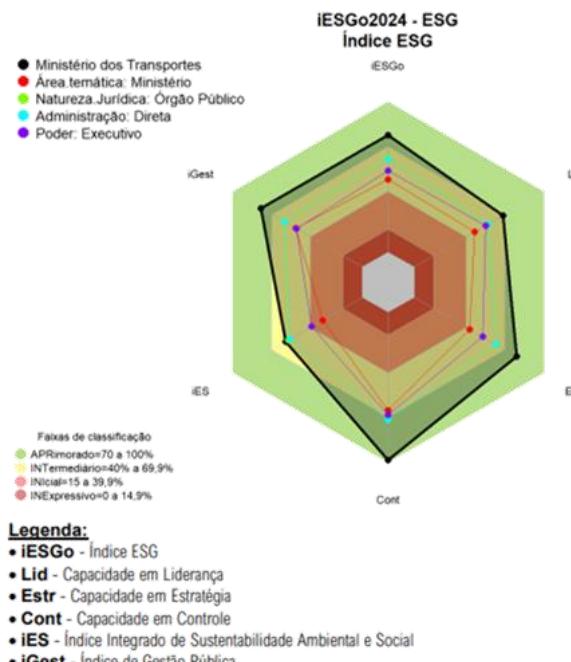


Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

A estrutura de governança propicia que as organizações públicas cumpram efetivamente seus objetivos estratégicos, gerando valor público de melhor qualidade. Isso normalmente ocorre com os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para direcionar, avaliar e monitorar a atuação da gestão. No setor público, a expressão “gerar valor” é entendida como produzir resultado que atenda às necessidades de interesse da sociedade, ao contrário do setor privado que significa obter lucro.

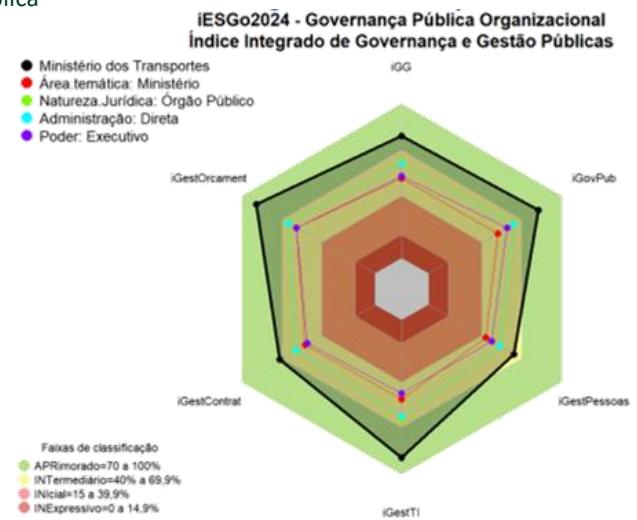
2. Tema: ESG

2.1 Indicador: IESGo - Índice ESG



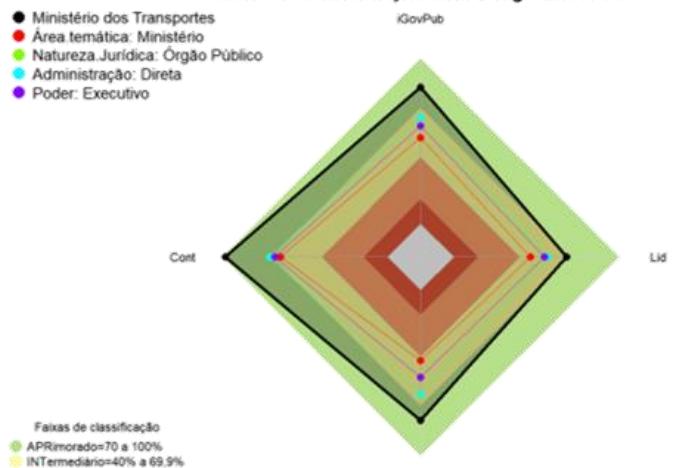
3. Tema: Governança Pública Organizacional

3.1 Indicador: IGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública



3.2 Indicador: iGovPub - Índice de Governança Pública Organizacional

iESGo2024 - Governança Pública Organizacional Índice de Governança Pública Organizacional





iESGO

Índice criado pelo TCU para analisar a governança organizacional e ações de sustentabilidade social e ambiental na administração pública

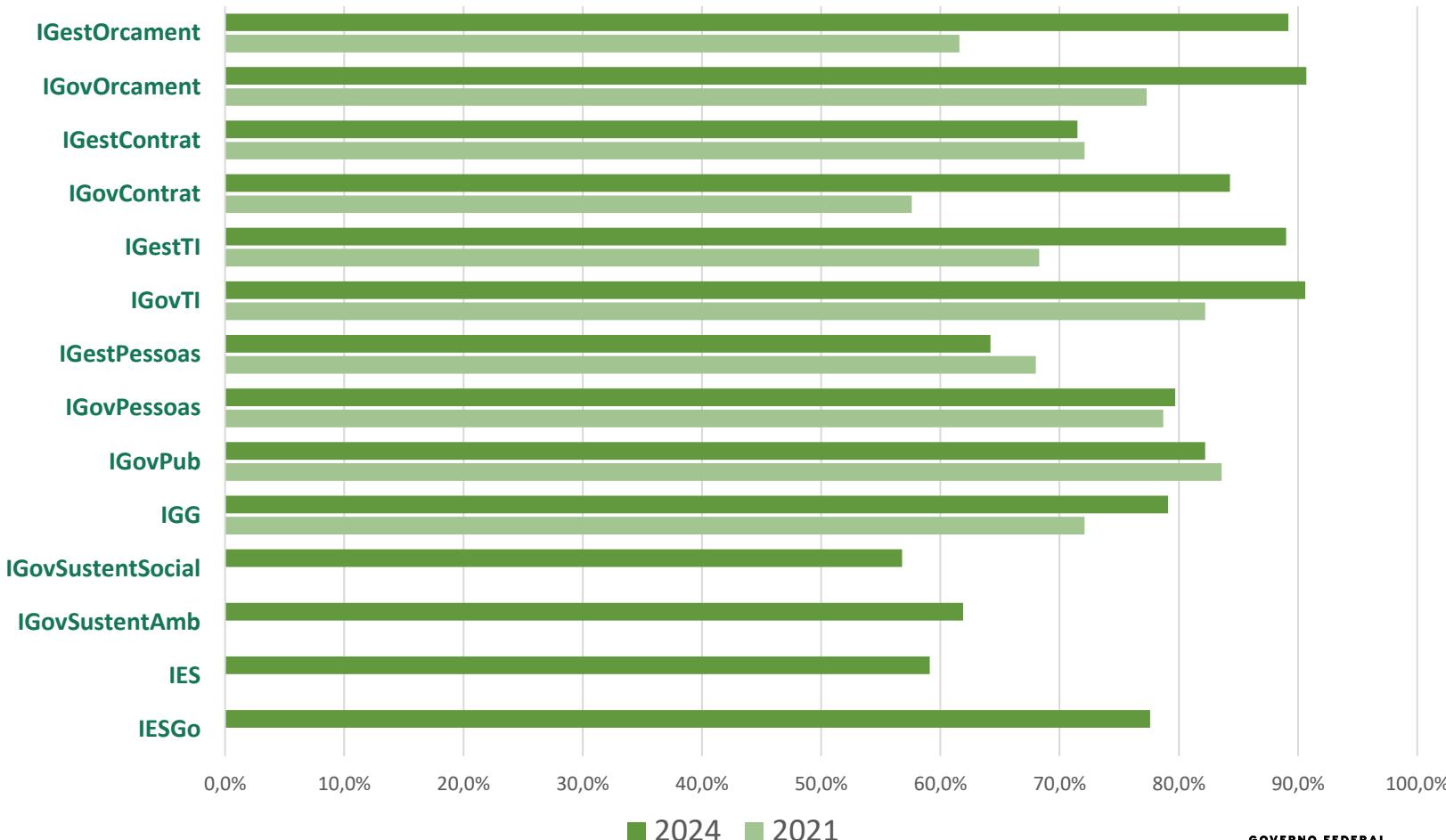
O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

387 organizações públicas participaram do levantamento de 2024 com respostas válidas.

Todas as notas são apresentadas em gráficos do tipo radar, variando de 0 (0%) a 1 (100%).

A seguir quadro com resultado comparativo entre os resultados de 2021 e 2024:

Resultado Comparativo iESGo MT





◊ Resultado e Desempenho da Gestão

◊ Resultados alcançados da atividade-fim do MT

PPA 2024-2027 - Programa Transporte rodoviário - Objetivo do Programa



Programa 3106 Transporte Rodoviário	Objetivo	Público-Alvo
	Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade.	Usuários das rodovias federais e operadores logísticos.

Objetivos Específicos do Programa

O Programa Transporte Rodoviário se desdobra em 5 objetivos específicos:

Objetivo Específico	Unidade de Medida	Meta	Quantidade Alcançada	Análise do Resultado
0145 - Manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança.	%	Ampliar o total da malha federal com a classificação de ICS como bom ou ótimo.	47%	Houve incremento de 4% no valor do índice em relação ao ano anterior.
0146 - Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos.	Km	Pavimentar e adequar rodovias federais não concedidas	364,81 km	A meta para o ano foi superada. Os principais fatores que favoreceram o bom resultado foram a disponibilidade orçamentária e a boa performance das construtoras, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.
0147 - Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis.	Km	Conceder 14.034 km de rodovias até 2027	1.309,27 km	Foram assinados os contratos que cobrem: 1) 473,01 km do Lote 1 das Rodovias Integradas do Paraná (BR-277/373/376/476/PR e PR-418/423/427); 2) 604,16 km do lote 2 das Rodovias Integradas do Paraná (BR-153/277/369/PR e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855); e 3) 232,1 km do trecho da BR-040/MG.
0148 - Ampliar, com recursos privados, a capacidade da malha rodoviária federal concedida.	Km	Duplicar rodovias de pista simples e implantar faixa adicional em rodovias de pista simples ou dupla	50,70 km	Considerando-se as obras com 100% (cem por cento) de execução até 31/12/2024, foi concluída a duplicação de 49,5 km do subtrecho F (entre os municípios de Viana e Anchieta) na BR 101/ES e 1,2 km de faixa adicional da BR 116/SC.
0149 - Desburocratizar o transporte rodoviário de carga.	%	Alcançar 100% do transporte de carga rodoviária com o documento eletrônico de transporte DT-e	80%	O Ministério dos Transportes (MT) negocou, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), a integração entre DT-e e o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documento fiscal administrado pelos estados da federação. A partir desse acordo, o DT-e deixa de ser um documento paralelo aos documentos já existentes e passa a aproveitar a sistemática vigente, reduzindo custos de adaptação dos transportadores e do setor produtivo como um todo.

Fonte: Órgão setorial do MT - extraído do PPA 2024-2027.



Transporte rodoviário

Entregas visando manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança

- ✓ Restauração de 54,86 km de trecho da BR-135/PI, entre os municípios de Bom Jesus e Gilbués/PI

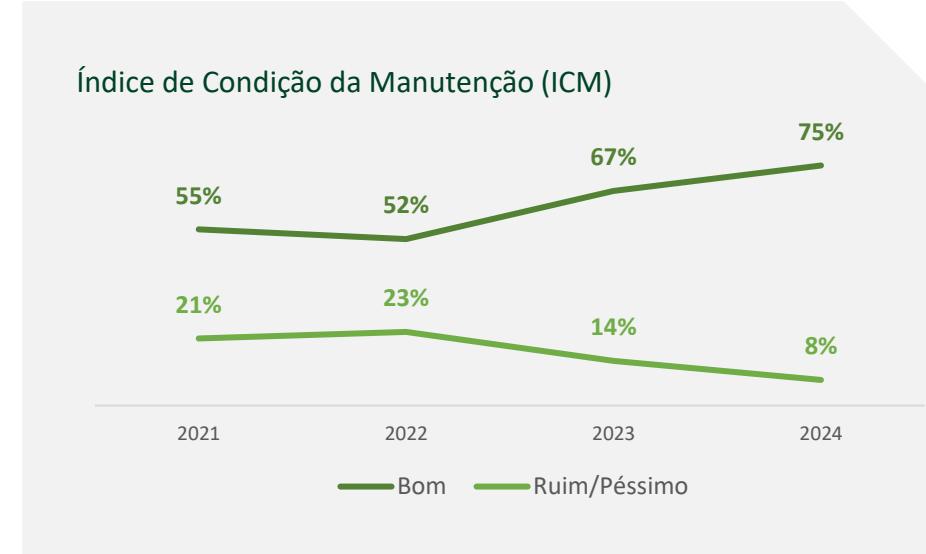
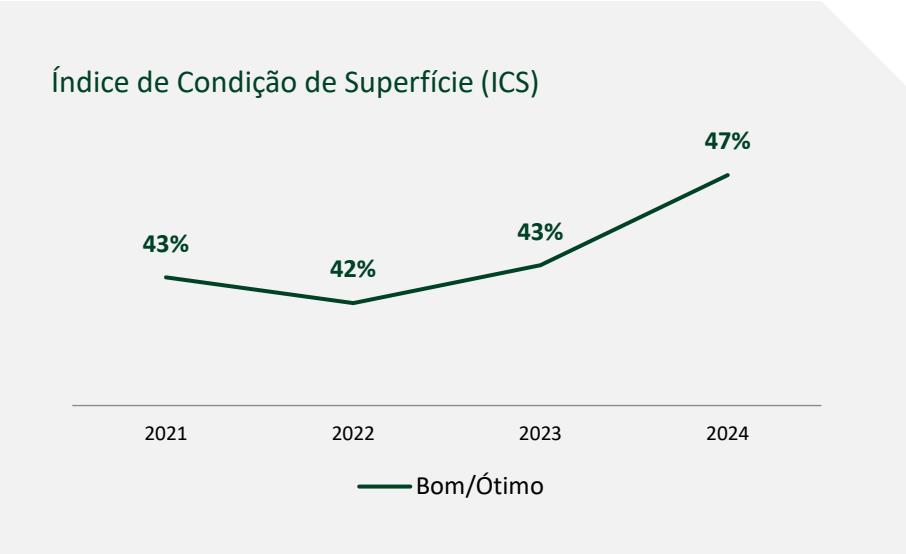
- Execução de manutenção estruturada em 1.558,7 km, divididos em:
 - ✓ 316 km na Região Norte
 - ✓ 277,1 km na Região Nordeste
 - ✓ 395,7 km na Região Centro-Oeste
 - ✓ 569,9 km na Região Sul

- ✓ A cobertura contratual de manutenção atingiu 56.204,39 km, equivalente a 96% da malha rodoviária federal

- ✓ Foram realizadas manutenções ou reabilitações em 526 Obras de Arte Especial (OAEs) do PROARTE

- ✓ Em 2024, estiveram em operação 39 pontos de pesagem de veículos

As entregas culminaram na melhora do estado de conservação da malha rodoviária federal em relação aos anos anteriores, conforme mostram os principais índices do Ministério relacionados ao tema:



Fonte: Órgão setorial do MT - extraído do PPA 2024-2027.



Transporte rodoviário



Entregas visando adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos

- ✓ Três pontes em estágio final das obras:
 - 1) Segunda Ponte sobre o Rio Paraná - Binacional e Acessos - BR-277/PR, acessos e aduanas em fase de conclusão
 - 2) Ponte sobre Rio Araguaia na BR 153/TO Xambioá, acessos em andamento
 - 3) Ponte de Luís Alves sobre o Rio Araguaia - BR-080/GO, acessos em andamento
- ✓ Pavimentação de 36,94 km na BR-422/PA
- ✓ Construção de 30,68 km no trecho de Cocos a Carinhanha na BR-030/BA
- ✓ Construção de 14,42 km no contorno de Três Lagoas nas BR-158/262/MS
- ✓ Construção de 10,7 km no contorno de Timon nas BR-226/316/MA
- ✓ Duplicação de 10,4 km na BR-316/PA
- ✓ Adequação de 72,75 km na BR-116/BA

Fonte: Órgão setorial do MT – extraído do PPA 2024-2027.

- ✓ Adequação de 15,47 km no trecho Caucaia ao acesso Pecém da BR-222/CE
- ✓ Adequação de 7,05 km na travessia urbana de Petrolina na BR-407/428/PE
- ✓ Duplicação de 18 km dos lotes 3 e 4 da BR-290/RS
- ✓ Duplicação de 10,59 km no trecho de Navegantes a Indaial na BR-470/SC
- ✓ Duplicação do túnel da BR-280/SC



Ponte sobre o Rio Araguaia, que ligará Tocantins ao Pará na BR-153, está 99% concluída

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)



Transporte rodoviário



Entregas visando conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis

- ✓ A adesão das concessionárias ao Índice de Desempenho Ambiental (IDA) foi de 83%.
- ✓ Foram realizadas ações iniciais para a implementação do *FreeFlow* por meio de um *sandbox* regulatório (abordagem de regulação ágil que permite que as empresas explorem novas tecnologias e soluções de forma mais flexível). Atualmente, o experimento é operacionalizado na Rodovia BR-101/RJ, no trecho entre Ubatuba/SP e Rio de Janeiro/RJ, com pórticos instalados nas cidades de Paraty, Itaguaí e Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Ministério dos Transportes (MT)

Fonte: Órgão setorial do MT - extraído do PPA 2024-2027.

- ✓ Foram realizadas **7 rodadas de leilões para concessão de rodovias**, além da assinatura dos contratos dos Lotes 1 e 2 das rodovias integradas do Paraná, leiloadas em 2023:

Concessões Rodoviárias 2024

Rodovia	Extensão (km)	CAPEX (bilhões)	OPEX (bilhões)	Obras Previstas		Situação
				Duplicação (km)	Faixa adicional (km)	
Lote 1 Paraná	473,01	R\$ 8,10	R\$ 3,70	344	210	Contrato assinado
Lote 2 Paraná	604,16	R\$ 11,00	R\$ 4,50	350	138	Contrato assinado
BR-040/MG	232,1	R\$ 5,04	R\$ 3,65	164,00	42,20	Contrato assinado
BR-381/MG	303,4	R\$ 5,58	R\$ 3,00	134,15	138,40	Leilão realizado
Rota dos Cristais	593,47	R\$ 6,45	R\$ 4,53	9,90	343,80	Leilão realizado
Rota do Zebu	438,9	R\$ 4,4	R\$ 3,64	44,00	168,10	Leilão realizado
Rota Verde	426,2	R\$ 4,03	R\$ 2,90	31,12	114,11	Leilão realizado
Lote 3 Paraná	569,7	R\$ 9,87	R\$ 6,19	138,00	24,61	Leilão realizado
Lote 6 Paraná	662,1	R\$ 12,67	R\$ 7,35	445,40	31,40	Leilão realizado
Total:	4.303,04 km	R\$ 67,14 Bi	R\$ 39,46 Bi	1.660,57 km	1.210,62 km	





PPA 2024-2027 - Programa Transporte Ferroviário - Objetivo do Programa



Programa 3901 - Transporte Ferroviário	Objetivo	Público-Alvo
	Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.	Usuários das ferrovias, operadores logísticos, concessionárias, indústria, autorizatórios, agronegócio, construtoras, certificadoras e centros de pesquisa.

Objetivos Específicos do Programa

O Programa **Transporte Ferroviário** se desdobra em 3 objetivos específicos:

Objetivo Específico	Unidade de Medida	Meta	Quantidade Alcançada	Análise do Resultado
0171 - Realizar a regularização fundiária da malha ferroviária.	km	Executar o georreferenciamento da malha ferroviária de propriedade do DNIT e a transferência dos imóveis não operacionais (não necessários à operação e expansão da malha ferroviária) à SPU/MGISP, visando a regularização fundiária dos imóveis oriundos da extinta RFFSA.	0	Houve o alinhamento da metodologia que será utilizada no georreferenciamento da malha ferroviária junto às concessionárias e a necessidade de modernização do normativo que trata da questão (Portaria SPU/ME nº 4.532/2021). As tratativas estão em andamento e os prazos estabelecidos anteriormente serão repactuados. Ressalta-se que já foram georreferenciados alguns imóveis híbridos / pro indiviso (áreas cuja gestão é compartilhada entre DNIT x Concessionárias x SPU X Iphan), como projetos piloto.
0172 - Ampliar a capacidade potencial do transporte ferroviário pela construção de ferrovias.	km	Ampliar a malha ferroviária através da construção de ferrovias	32,93 km	As obras na Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO progrediram em aderência ao cronograma do marco regulatório, com destaque para o avanço das atividades de terraplenagem, drenagem, obras de artes correntes (OACs) e obras de artes especiais (OAEs), além do início da construção da etapa de superestrutura com montagem da grade ferroviária. Na Ferrovia de Integração Oeste-Leste II (FIOL II) houve resolução de conflito com quilombolas por meio da regularização fundiária junto ao INCRA e articulação com o Tribunal de Contas da União (TCU) para a resolução de problemas de lastro (camada de pedras britadas recolocadas sobre os dormentes ou travessas da via férrea).
0233 - Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável.	Milhão TKU – Tonelada por Quilômetro Útil	Aumentar o nível de produção de transporte (quantidade de carga multiplicada pela distância percorrida pelos trens) ao longo do Subsistema Ferroviário Federal - SFF, através de um ambiente regulatório favorável aliado ao uso das melhores práticas relacionadas ao transporte ferroviário.	398.253	Foram movimentados cerca de dez milhões de TKU a mais em relação ao ano anterior, superando em 6% as previsões para 2024.

Fonte: Órgão setorial do MT – extraído do PPA 2024-2027.



Transporte ferroviário



Entregas visando ampliar a capacidade potencial do transporte ferroviário pela construção de ferrovias

- ✓ Na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho compreendido entre Caetité/BA e Barreiras/BA, com 485 km de extensão, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 226 milhões, chegando a um acumulado de 68,3% das obras previstas.
- ✓ Em 2024, o Ministério dos Transportes em parceria com as concessionárias, entregou os viadutos de Cubatão/SP, Conselheiro Lafaiete/MG e Pinheiral/RJ, além da ponte sobre o Rio Piraí, em Barra do Piraí/RJ.
- ✓ Em São Paulo, fez-se a adequação de passagem inferior no município de Salto, além de um viaduto rodoviário em Votuporanga e outro em Bálsmo. Ademais, foram construídas passarelas de pedestres nos municípios de Cubatão, Embu Guaçu e Votuporanga. Por fim, houve implantação da vedação de faixa de domínio nos municípios de Itirapina, Mairinque, Santa Ernestina, Catiguá, Urânia e Três Fronteiras.
- ✓ Na Estrada de Ferro Carajás (EFC), no Estado do Pará, foi entregue uma passarela de pedestres em Marabá e implantada vedação de faixa de domínio em Parauapebas.
- ✓ Também foram construídas vedações de faixa de domínio nos municípios maranhenses de Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Miranda do Norte e Vitória do Mearim.
- ✓ Na Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), entregou-se uma passarela de pedestres em Ipatinga/MG.
- ✓ Na Transnordestina, foram elaborados os termos de referência destinados à contratação de gerenciadora, supervisora e construtora e foram contratadas empresas para elaboração de projetos e execução de serviços de gestão fundiária e desapropriação.
- ✓ As obras na FICO progrediram em aderência ao cronograma do marco regulatório, com destaque para o avanço das atividades de terraplenagem, drenagem, obras de artes correntes (OACs) e obras de artes especiais (OAEs), além do início da construção da etapa de superestrutura com montagem da grade ferroviária.

- ✓ No que tange aos estudos ferroviários, destaca-se a contratação de uma carteira de estudos sob gestão da empresa Infra S.A. para dimensionar o potencial investimento para implantação de novas estradas de ferro e reativação das linhas não operacionais. Esses estudos avaliam a viabilidade de novos empreendimentos que somam, aproximadamente, 28 mil km. Em 2024, houve a aprovação de estudos que cobrem cerca de 3,5 mil km:

ESTADOS (UF)	EMPREENDIMENTO	ESTUDOS APROVADOS	KM
ES/RJ	EF-118 - Rio - Vitória	Jul/2024	520
TO/BA/MT/GO	EF-334/354 - Corredor FICO FIOL Caetité - Lucas do Rio Verde	Nov/2024	1.878
PA/MT	EF-170 - Ferrogrão	Jun/2024	1.072



Transporte ferroviário



Entregas relacionadas ao Objetivo Específico

“Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável”

Para aumentar o nível de produção de transporte (quantidade de carga multiplicada pela distância percorrida pelos trens - medida em TKU - tonelada por quilômetro útil) ao longo do Subsistema Ferroviário Federal (SFF), necessita-se de um ambiente regulatório favorável aliado ao uso das melhores práticas relacionadas ao transporte ferroviário.

A meta de produção de transporte estabelecida para o ano de 2024 foi de 374.627 milhões de TKU, a ser alcançada especialmente por meio dos seguintes fatores:

- a) disponibilização de locomotivas mais modernas, o que amplia não só a capacidade de transporte, mas também a segurança da ferrovia;
- b) estímulo à ampliação da rede, de forma a evitar sua saturação e a permitir que exista sempre capacidade disponível aos interessados em utilizar o modo ferroviário; e
- c) incentivo à adesão das concessionárias e subconcessionárias ao Índice de Desempenho Ambiental (IDA), que tem o objetivo de verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor.

- ✓ Em 2024 foram movimentados 398.253 milhões de TKU, superando a meta estabelecida em 6%.
- ✓ Nenhuma das concessões que possuem obrigação contratada possuiu Índice de Saturação Ferroviária - ISF superior a 90%, que corresponde ao valor referencial estabelecido nos contratos.





PPA 2024-2027 - Programa Segurança Viária - Objetivo do Programa



Programa 3108 - Segurança Viária	Objetivo	Público-Alvo
	Aumentar a segurança nas vias terrestres por meio de ações de educação para o trânsito, inovações tecnológicas, engenharia de segurança viária, fiscalização, regularização física do ativo e solução de conflitos ferroviários para reduzir o número e a severidade dos sinistros.	Usuários de trânsito urbano, de rodovias e de ferrovias federais, órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, outros órgãos governamentais, ONGs vinculadas a educação para o trânsito, populações situadas em áreas linderas às ferrovias e setor privado de transporte e logística.

Objetivos Específicos do Programa

O Programa **Segurança Viária** se desdobra em 3 objetivos específicos:

Objetivo Específico	Unidade de Medida	Meta	Quantidade Alcançada	Análise do Resultado
0004 - Reduzir as mortes no trânsito.	Unidade	Reducir o índice de morte no trânsito por 100 mil habitantes	Valor Indisponível	Não foi possível aferir o valor anual do indicador do Objetivo Específico, pois apenas 14 estados atualizaram as informações que compõem a base de dados do RENAEST. Para mitigar o problema, tentou-se fazer um cálculo proporcional considerando os estados que atualizaram as informações, porém, foi constatado que nesse momento os dados do RENAEST carecem de maturação. Utilizando a base de dados do DATASUS 2023, obteve-se o valor de 17,18 por 100 mil habitantes, o que corresponderia a 85,5% da meta de 2024.
0006 - Melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários.	%	Solucionar conflitos ferroviários por meio da implantação dos empreendimentos que visam promover segurança e qualidade de vida para população local.	44,3%	O índice ficou bem próximo de atingir a meta de 45% para 2024 e ocorreram entregas parciais tanto com recursos públicos quanto com recursos privados.
0020 - Reduzir o número de sinistros com vítimas no trânsito.	Unidade	Reducir em 15% o número de sinistros com vítimas por 10 mil veículos até 2027	122,85	O valor corresponde às informações dos 14 estados que atualizaram as informações que compõem a base de dados do RENAEST. Considerando esse recorte, a meta de 125,8 para 2024 foi superada.



Segurança viária



Entregas visando reduzir as mortes no trânsito

- ✓ Monitoramento do equivalente a 201 km de faixas de tráfego de rodovias concedidas com controladores ou redutores de velocidade (cada dispositivo medidor de velocidade monitora 1 km de extensão de faixa/faixa). A meta para o ano foi superada em 22%.
- ✓ A Semana Nacional de Trânsito de 2024 foi inaugurada com a divulgação da nova frase de efeito que norteará as campanhas educativas de 2025: "Desacelere. Seu bem maior é a vida", mensagem escolhida por voto popular, com um total de 468.502 votos. Durante a semana, mais de 600 ações programadas ocorreram em todo o Brasil, incluindo palestras, seminários e atividades educativas.
- ✓ Ações do programa Rodovida: foi desenvolvida campanha de mídia e disponibilizado material gráfico para uso por parte dos órgãos/entidades do Sistema Nacional de Trânsito (STN) e demais organismos ligados ao trânsito no período marcado pelas festividades de final de ano, férias escolares e feriado de Carnaval em todo o país. Como resultado, o programa contou com 2.766 ações registradas por 42 órgãos e entidades de trânsito, distribuídos por 459 municípios brasileiros.



- ✓ Realização de 11 campanhas de educação para o trânsito:

Campanhas Realizadas	Localização
Maio amarelo	Nacional
Etapa Sul do II Encontro Regional de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito (EDUCATRAN)	Região Sul
Etapa Sudeste do II EDUCATRAN	Região Sudeste
Etapa Nordeste do II EDUCATRAN	Região Nordeste
Etapa Centro-Oeste do II EDUCATRAN	Região Centro-Oeste
Etapa Norte do II EDUCATRAN	Região Norte
Ação Integrada PNATRANS Palhoça/SC	Região Sul
Ação Integrada PNATRANS São Paulo	Região Sudeste
Ação Integrada PNATRANS Salvador	Região Nordeste
Ação Integrada PNATRANS Brasília/DF	Região Centro-Oeste
Ação Integrada PNATRANS Betim/MG	Região Norte





Segurança viária



Entregas visando melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários

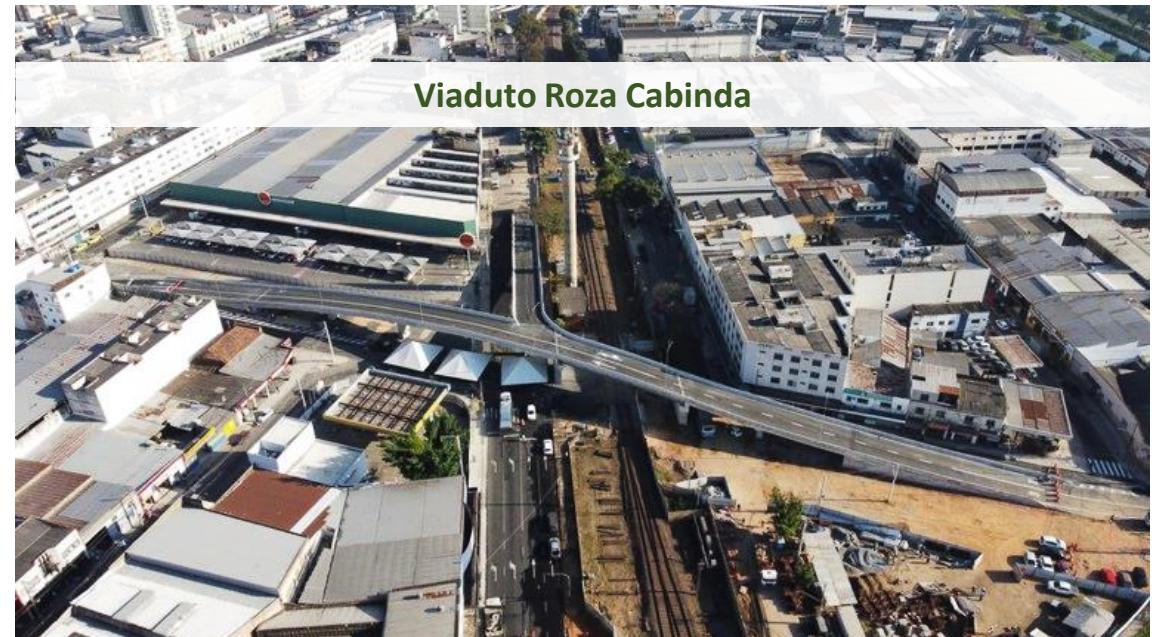
- ✓ Foram concluídas 100 obras em conflitos ferroviários pelas concessionárias, sendo 3 obras na Região Norte, 22 obras na Região Nordeste e 75 obras na Região Sudeste.
- ✓ Fiscalização de todas as 45 Passagens de Nível consideradas críticas pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), distribuídas entre as regiões Centro-Oeste (1), Sudeste (5) e Sul (39).
- ✓ Adequação de Linha Férrea de Juiz de Fora: concluídas as obras do Viaduto Roza Cabinda (Benjamim Constant), em setembro de 2024.



Inauguração do Viaduto Roza Cabinda

Fonte: Agência Brasil (EBC)

Fonte: Órgão setorial do MT – extraído do PPA 2024-2027.



Viaduto Roza Cabinda

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)



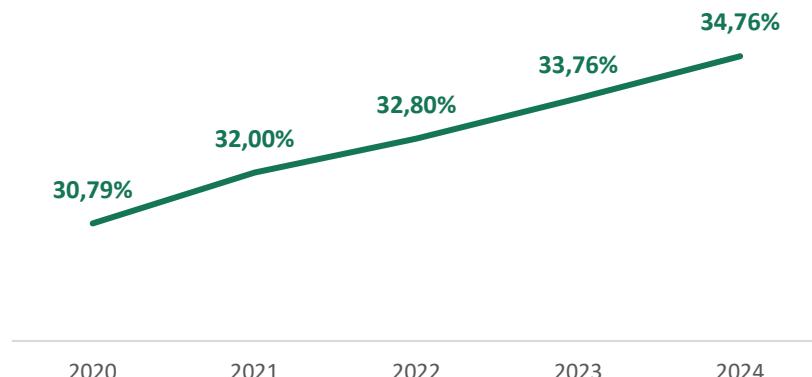
Segurança viária



Entregas visando melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários

- ✓ Concluída a área de escape na BR-242/BA, localizada na Serra da Mangabeira.
- ✓ Implantação e manutenção de sinalização em 16.497,7 km da malha rodoviária federal.
- ✓ 29 Pontos de Parada e Descanso (PPDs) certificados e entregues.
- ✓ Adesão de 54 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), totalizando 34,76% de municípios brasileiros integrantes ou 1.936 municípios integrados ao SNT.

Integração de Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito



Fonte: Órgão setorial do MT – extraído do PPA 2024-2027.

- ✓ Realizadas 193 ações educativas abrangendo crianças e adolescentes de diversas instituições de ensino situadas próximas às rodovias federais não concedidas e com alto índice de sinistralidade. Foram abordados temas como normas de trânsito, comportamentos seguros, prevenção de sinistros, enfatizando a responsabilidade de cada indivíduo na criação de um ambiente de trânsito mais seguro.
- ✓ Desenvolvidos 72 materiais didáticos visando auxiliar a população no processo de aprendizagem sobre segurança viária, incentivando a reflexão, o diálogo e a adoção de comportamentos seguros no trânsito.
- ✓ Capacitados 214 profissionais de trânsito das esferas governamentais federal, estadual e municipal, bem como do setor privado, organismos não governamentais e academia, nos conceitos de Visão Zero e na abordagem dos sistemas seguros.



- ✓ Publicado o “Panorama Estatístico Brasileiro de Motocicletas, Motonetas e Ciclomotores”, um relatório inédito realizado a partir da base de dados dos sistemas informatizados de trânsito do Governo Federal, cruzando informações de veículos, motoristas e infrações de todo território nacional.



Transporte rodoviário

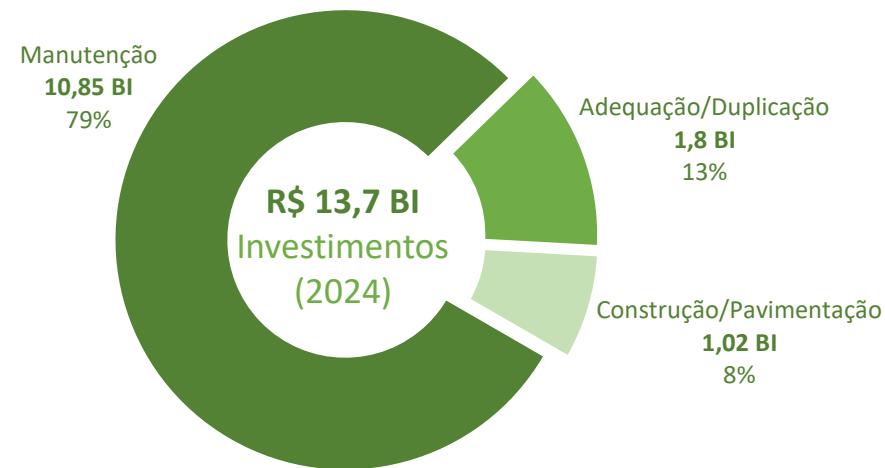
Outras entregas

Obras relevantes no modal rodoviário

O ano de 2024 caracterizou-se pela continuidade em patamares mais elevados, dos níveis de investimento voltados ao subsistema rodoviário federal em relação aos montantes disponibilizados nos anos anteriores, marcados substancialmente por elevadas restrições orçamentárias para o setor de transportes.

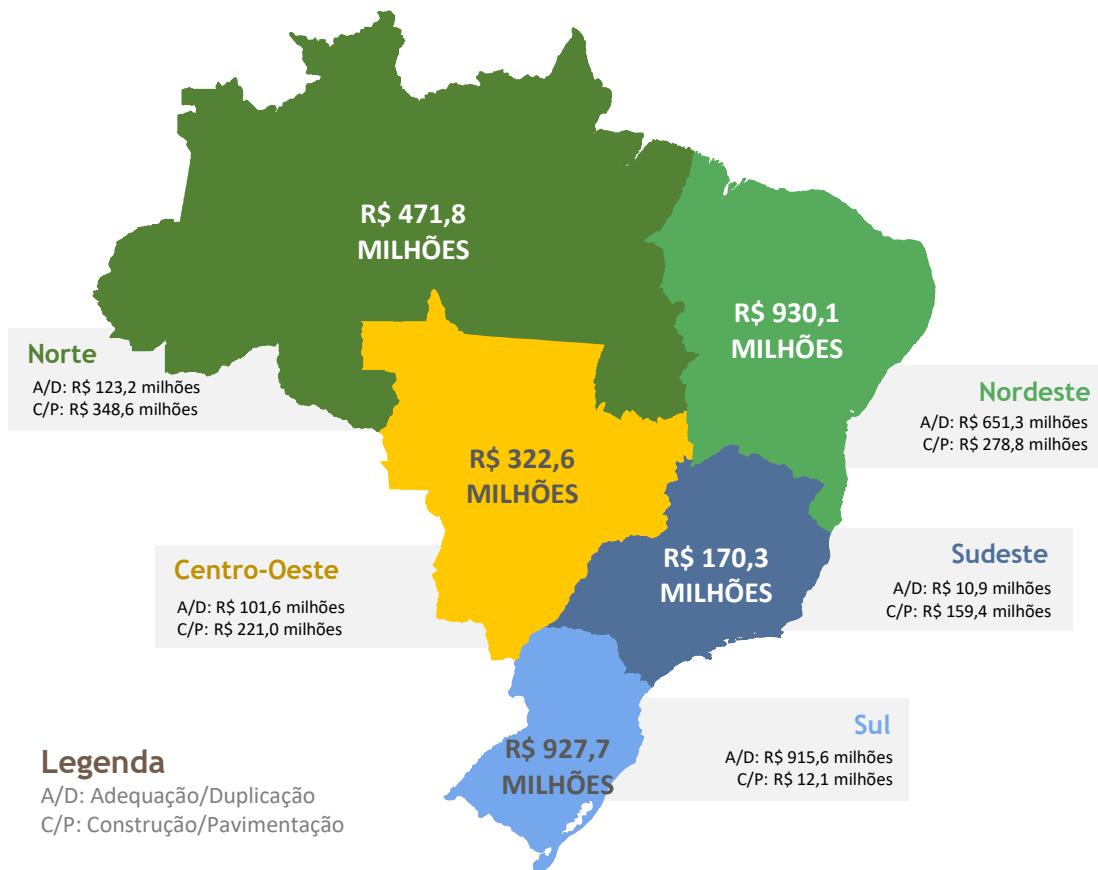
Assim, em razão desta maior disponibilidade de recursos financeiros, puderam ser programadas e executadas intervenções mais amplas e estruturantes na malha rodoviária federal, de modo a adequá-la à função primordial de tornar mais eficientes os deslocamentos de pessoas e de bens ao longo do território nacional, contribuindo para a melhoria da competitividade e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

No que tange ao ano de 2024, cabe ressaltar que o montante aplicado no âmbito do setor rodoviário federal foi da ordem de **R\$ 13,7 bilhões**, dos quais a maior parte foi direcionada para a manutenção (R\$ 10,82 bilhões, ou 79% do total) dos ativos rodoviários, sendo o restante agregado em investimentos em empreendimentos de duplicação/adequação (R\$ 1,8 bilhão, ou 13% do total) e de construção/pavimentação (R\$ 1,02 bilhão, ou 8% do total).



Fonte: Tesouro Gerencial 2024 e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2024)

A esse respeito, destaca-se que este montante destinado à execução de obras (adequação/duplicação e construção/pavimentação), num total de R\$ 2,8 bilhões, encontrava-se distribuído em empreendimentos situados em todas as macrorregiões, conforme mapa:



Legenda

A/D: Adequação/Duplicação
C/P: Construção/Pavimentação

Fonte: Tesouro Gerencial 2024.
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2024)



Transporte rodoviário

Outras entregas

Em relação ao montante dos investimentos direcionados à manutenção dos ativos rodoviários federais, superior a R\$ 10 bilhões, cumpre destacar que este patamar representou uma guinada na tendência de deterioração do patrimônio rodoviário sob jurisdição pública federal, como pode ser atestado pelo crescimento do percentual de rodovias em boas condições (74,9%) e a consequente redução da parcela de rodovias federais em condições ruins ou péssimas (14%), menor índice dos últimos anos, conforme indicado pelo Índice de Condição da Manutenção - ICM das rodovias federais.

Entregas totais

1.554,1 km

55 Obras de Arte Especiais - OAE

Fonte: Banco de dados – Entregômetro 2024. Ministério dos Transportes (versão: jan./2024)

Entregas 2024

Total e por tipo de intervenção





Transporte rodoviário

Concessões em 2024

Foram realizados 7 leilões, totalizando 3.220,33 km de rodovias (entre trechos federais e estaduais), com ampliação da competitividade com aumento de número de participantes inclusive com novos entrantes.

Ainda, foram assinados 3 contratos de concessão: Lotes 1 e 2 das Concessões Paranaenses e da BR-040/MG. Foram publicados, ao todo, 9 Editais de Licitação.

Concessões em 2024 7 Leilões

- BR-060/452/GO
- BR-381/MG
- BR-262/MG
- BR-040/MG
- BR-040/MG/GO
- Lote 3
- Lote 6



Programa de concessões de rodovias



Total
7
ativos



BR-040/MG (BH - Juiz de Fora)

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 5,04 bilhões | OPEX: R\$ 3,65 bilhões
Extensão: 232,10 km
Concessionária: Consórcio Infraestrutura MG (EPR Vias)

Rodovias Integradas do Paraná Lote 3

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 9,87 bilhões | OPEX: R\$ 6,04 bilhões
Extensão: 569,75 km
Concessionária: CCR S.A.

BR-381/MG

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 5,58 bilhões | OPEX: R\$ 3,76 bilhões
Extensão: 296,3 km
Concessionária: 4UM FIP em Infraestrutura de Responsabilidade Ltda

BR-060/452/GO (Rota Verde)

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 4,03 bilhões | OPEX: R\$ 2,84 bilhões
Extensão: 426,2 km
Concessionária: Consórcio Rota Verde Goiás

BR-040/GO/MG (Rota dos Cristais)

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 6,49 bilhões | OPEX: R\$ 5,6 bilhões
Extensão: 595,0 km
Concessionária: VINCI Highways S.A.S

Rodovias Integradas do Paraná Lote 6

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 12,67 bilhões | OPEX: R\$ 7,44 bilhões
Extensão: 662,1 km
Concessionária: Consórcio Infraestrutura PR

BR-262/MG (Rota do Zebu)

Prazo de concessão: 30 anos
Investimento: R\$ 10,8 bilhões | OPEX: R\$ 6,5 bilhões
Extensão: 439,95 km
Concessionária: Rotas do Brasil S.A



Transporte rodoviário

Estruturação dos Projetos de Parcerias - Avanços nas Etapas

Aprovação dos Estudos e Audiências Públicas

- ✓ Rota Gerais BR-116/251/MG
- ✓ Rota do Sertão BR-116/324/BA/PE

Aprovação dos Planos de Outorga

- ✓ Rota Verde BR-060/452/GO
- ✓ Rota Agro Norte BR-364/RO
- ✓ Juiz de Fora - Rio de Janeiro BR-040/495/MG/RJ
- ✓ Rota Agro BR-060/364/GO/MT

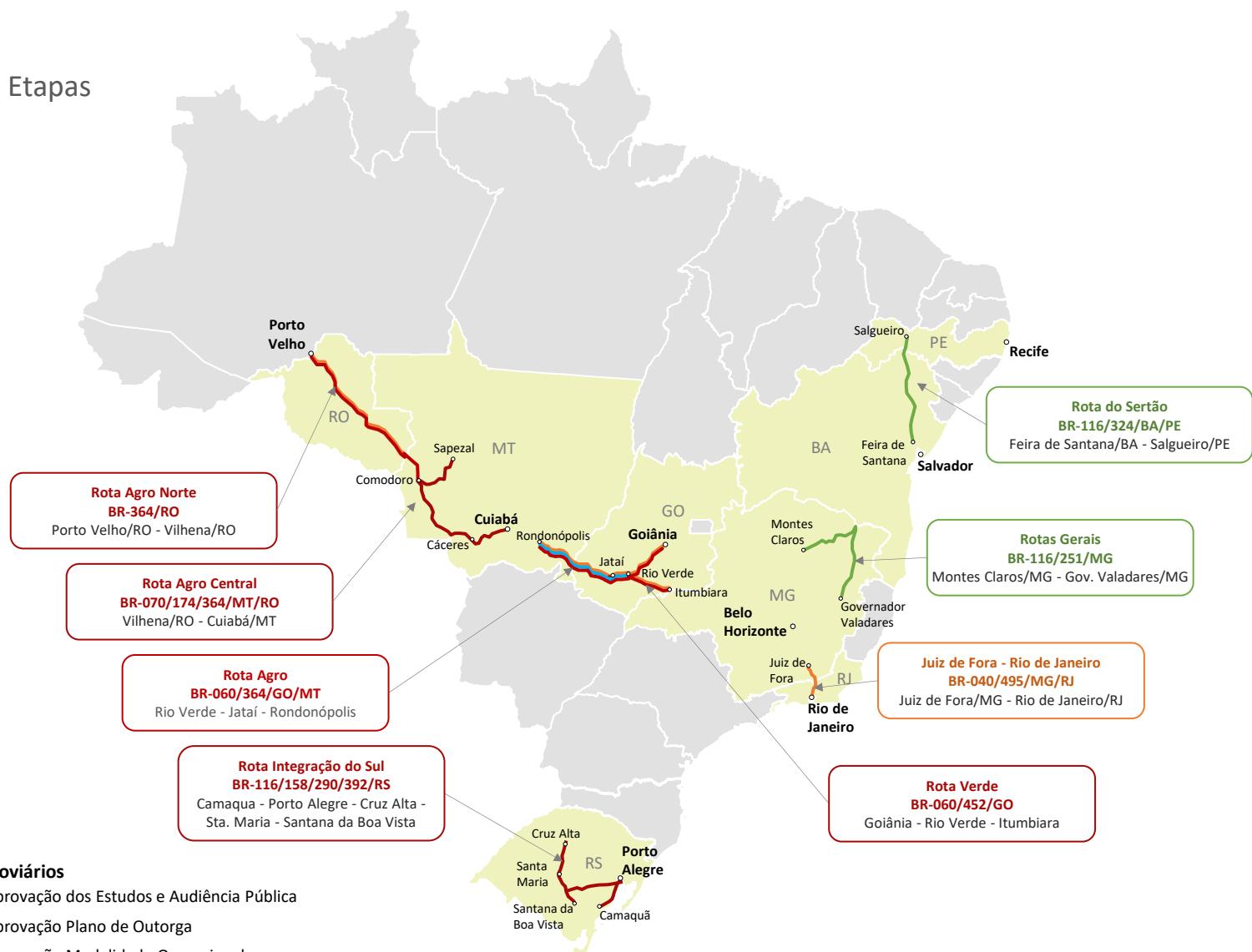
Aprovação da Modalidade Operacional

- ✓ Rota Agro BR-060/364/GO/MT

Desestatização e inclusão no PND

(Decreto nº 11.904 e 12.164/2024)

- ✓ Rota Verde BR-060/452/GO
- ✓ Rota Agro BR-060/364/GO/MT
- ✓ Rota Agro Central BR-070/174/364/MT/RO
- ✓ Rota Agro Norte BR-364/RO
- ✓ Rota Integração do Sul BR-116/158/290/392/RS



Trechos Rodoviários

- Aprovação dos Estudos e Audiência Pública
- Aprovação Plano de Outorga
- Aprovação Modalidade Operacional
- Inclusão PND, Decreto nº 11.904 e 12.164/2024



Transporte rodoviário



Entregas Concessões Rodoviárias

Em 2024, foram investidos pelas Concessionárias, apenas até o 3º trimestre, cerca de R\$ 10,1 bilhões em melhorias nas rodovias federais nos 27 contratos de concessão vigentes, com destaque para a execução das obras:

- i. Contorno de Florianópolis - 50 km na BR-101/SC
- ii. Obras de Adequação de capacidade em Guarulhos - km 209 a 211 na BR-116/SP
- iii. Implantação do Trevão no km 709 da BR-365/MG
- iv. Duplicação da Travessia Urbana de Cristalina na BR-050/GO
- v. Duplicação da travessia urbana de Gurupi/TO - BR-153/TO
- vi. Duplicação entre Diamantinho (km 507) e Nova Mutum (km 593) – BR-163/MT
- vii. Início da Nova Pista da Serra das Araras, na BR-116/RJ, com previsão de ser concluída em 28/02/2028, com um investimento total previsto de R\$ 1,5 Bilhões

Entregas

R\$ 10,1 Bilhões em Investimentos

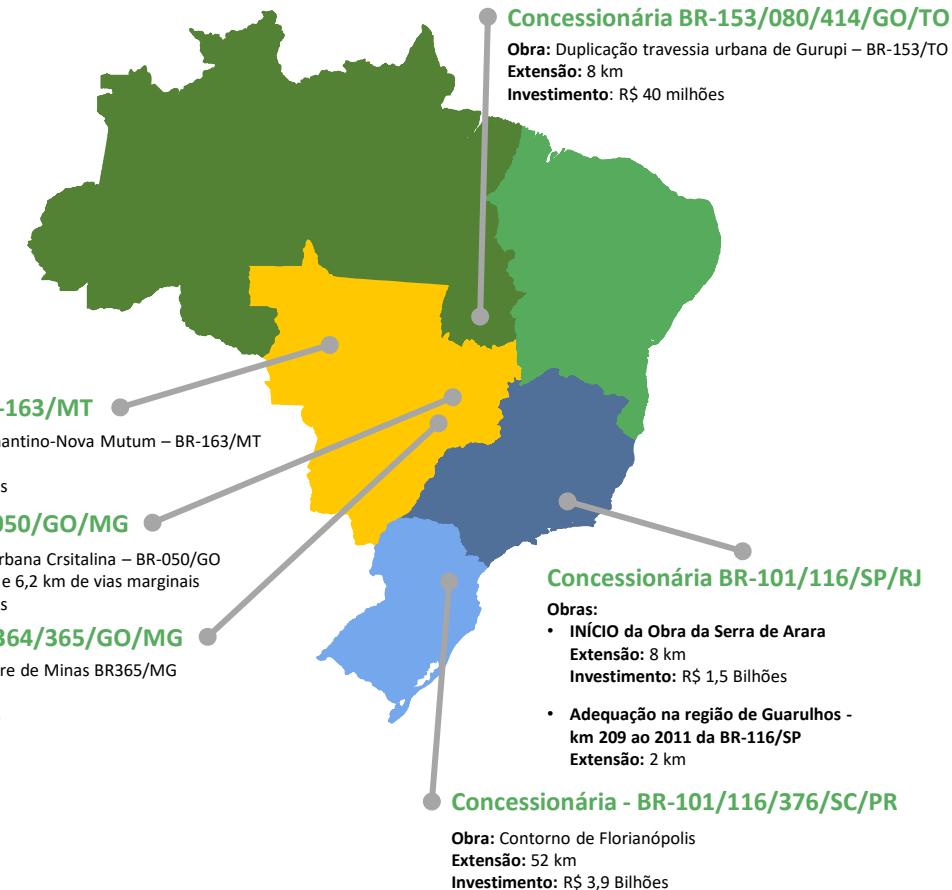
R\$ 4,7 Bilhões em Gastos Operacionais

- ✓ Mais de 100 km de duplicações
- ✓ Mais de 55 km em Vias Marginais
- ✓ 31 dispositivos de melhorias viárias
- ✓ 4 novos PPDs
- ✓ Mais de 5.170 km em extensão de rodovias com obras de recuperação e restauração



Fonte: Banco de dados – ANTT

Entregas Relevantes 2024





A sanção da Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024, que criou as debêntures de infraestrutura e alterou regras de enquadramento das incentivadas, incrementou o rol de instrumentos para financiamento privado de longo prazo da infraestrutura. Para regulamentar os critérios e condições para enquadramento e acompanhamento dos projetos alvo dos recursos captados com as debêntures, o governo federal publicou o Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024. O decreto definiu que os ministérios setoriais seriam responsáveis por publicar portaria disciplinando questões específicas de cada setor. O Ministério dos Transportes foi a unidade pioneira a publicar consulta pública para ouvir os setores interessados e da sociedade civil acerca da proposta. Durante o período de 30 dias em que ficou disponível na Plataforma Participe + Brasil, a minuta de portaria recebeu 127 contribuições de 16 órgãos, entre organizações da sociedade civil, empresas privadas e agentes públicos.

Em 17 de julho de 2024, foi publicada a **Portaria nº 689/2024**, que disciplinou as regras para as emissões de debêntures para o setor de transportes rodoviário e ferroviário.

Inovações da Portaria

- ✓ Transparência
 - Monitoramento em tempo real e acesso ao projeto de investimento facilitado
- ✓ Desburocratização
 - Redução da documentação e dispensa de aprovação prévia em casos específicos.
- ✓ Sustentabilidade
 - Exigência de investimentos na redução de GEE e diminuição do impacto socioambiental.

Guia de Debêntures

Documento que explica em detalhes as inovações e os novos processos da Portaria nº 689/2024, no qual são detalhados o passo a passo para o enquadramento de um projeto, as etapas para envio de documentos e outras informações.



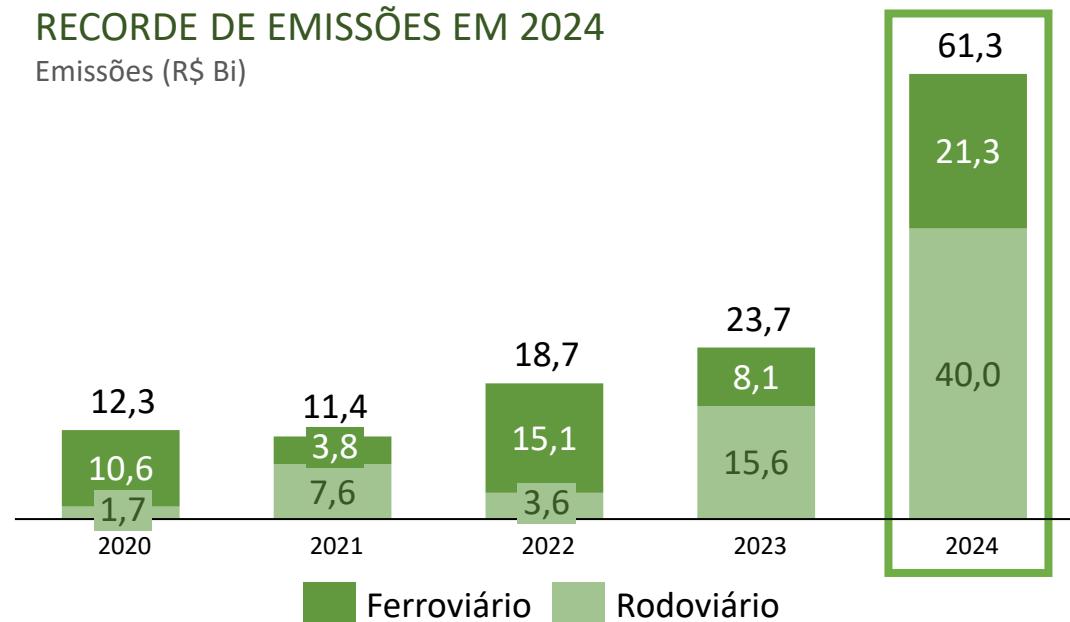
Projetos avaliados para as DEBÊNTURES INCENTIVADAS

24
PROJETOS

- ✓ 7 no setor ferroviário
- ✓ 17 no setor rodoviário

RECORDE DE EMISSÕES EM 2024

Emissões (R\$ Bi)

**FERROVIÁRIO**

- ✓ 2 projetos da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
- ✓ Rumo Malha Paulista S.A.
- ✓ MRS Logística S/A
- ✓ Estrada de Ferro Vitória-Minas - EFVM
- ✓ Ferrovia Transnordestina Logística S.A
- ✓ Estrada de Ferro Carajás – EFC

RODOVIÁRIO

- ✓ Via Norte Sul Rodovias S.A.
- ✓ Concessionária Rota do Oeste S.A.
- ✓ Via Brasil MT-246 Concessionária de Rodovias S.A.
- ✓ Concessionária de Rodovias do Triângulo SPE S.A.
- ✓ Concessionária de Rodovias do Leste MS S.A.
- ✓ EcoNoroeste Concessionária de Rodovias Noroeste Paulista S.A.
- ✓ Concessionária Rodovias do Café SPE S.A.
- ✓ Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias)
- ✓ EPR Litoral Pioneiro S.A.
- ✓ Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.
- ✓ Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.
- ✓ Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
- ✓ Concessionária de Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.
- ✓ EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A
- ✓ Eco050 Concessionária de Rodovias S.A.
- ✓ Concessionária Bahia Norte S.A.
- ✓ Rota do Pará S.A



Projetos de REIDI

14
PROJETOS

- ✓ 1 no setor ferroviário
- ✓ 13 no setor rodoviário

Emissões
(R\$ Bi)**FERROVIÁRIO**

- ✓ MRS Logística S/A

**RODOVIÁRIO**

- ✓ ECO 050 Concessionária de Rodovias S.A.
- ✓ Autopista Fernão Dias S.A.
- ✓ EPR Litoral Pioneiro S.A
- ✓ Via Araucária Concessionária Prudentópolis de Rodovias S.A.
- ✓ Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
- ✓ Autopista Planalto Sul S.A.
- ✓ Autopista Litoral Sul S.A
- ✓ Autopista Régis Bittencourt S.A
- ✓ EPR Via Mineira S.A.
- ✓ ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A
- ✓ Concessão Sistema Rodoviário Ponte Salvador/BA - Ilha de Itaparica S.A.
- ✓ Concessionária Bahia Norte S.A.
- ✓ Rota do Pará S.A.



Com o objetivo de promover a transparência e o fluxo mais rápido de dados, o Ministério dos Transportes publicou a Portaria nº 595 em 21 de junho de 2024, fruto de um esforço conjunto com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

A portaria estabelece diretrizes entre os órgãos para compartilhamento de informações, facilitando o monitoramento de obras e projetos, além de fortalecer a política de dados abertos do Ministério. Em 2024 buscou-se desenhar a metodologia e as estratégias a serem adotadas para garantir a devida governança da informação.

Criação de metodologia de governança de dados para informações essenciais no planejamento e execução de políticas públicas no Brasil

ANEXO II: DADOS FERROVIÁRIOS (detalhamento do art. 4º)

Informação a ser fornecida pelo DNIT	Tipo do dado
Código identificador do empreendimento (ID)	Cadastral
Unidade da Federação (UF)	Cadastral
Descrição do empreendimento	Cadastral
Greenfield ou brownfield	Cadastral
Nome da infraestrutura principal	Cadastral
Tipo da infraestrutura	Cadastral
Largura da faixa de domínio (infraestrutura atual)	Cadastral
Pontos críticos identificados na faixa de domínio	Mensal
Pontos críticos na via (intervenções necessárias/demandadas)	Mensal
O empreendimento amplia a capacidade atual da via?	Cadastral
Nova Capacidade Limitante (trens/dia)	Cadastral
Nova Classe da Ferrovia	Cadastral
Nova Bitola	Cadastral
Nova Velocidade (km/h)	Cadastral
Perfil de carga	Cadastral

ANEXO III-B: Contador de Tráfego

Informação a ser fornecida pelo DNIT	Tipo do dado
Nome da infraestrutura principal	Cadastral
Km (ponto específico)	Cadastral
Sentido	Cadastral
Unidade da Federação (UF)	Cadastral
Latitude	Cadastral
Longitude	Cadastral
Classificação do veículo	Cadastral
Data do registro	Mensal
Hora do registro	Mensal

ANEXO III-D: Informações da Via

Informação a ser fornecida pelo DNIT	Tipo do dado
Nome da infraestrutura principal	Cadastral
Km inicial	Cadastral
Km final	Cadastral
Unidade da Federação (UF)	Cadastral
Tipo de pista	Cadastral
Há acostamento na via?	Cadastral
Nº de faixas na via	Cadastral

ANEXO III-H: Ocorrências

Informação a ser fornecida pelo DNIT	Tipo do dado
Data da ocorrência	Instantâneo
Hora da ocorrência	Instantâneo
Status	Instantâneo
Tipo de ocorrência	Instantâneo
Causador	Instantâneo
Unidade da Federação (UF)	Instantâneo
Nome da infraestrutura principal	Instantâneo
Município	Instantâneo
Amplitude da ocorrência	Instantâneo
Latitude	Instantâneo
Longitude	Instantâneo

ANEXO III-F: Informações de Sinalização Vertical

Informação a ser fornecida pelo DNIT	Tipo do dado
Nome da infraestrutura principal	Cadastral
Km (ponto específico)	Cadastral
Latitude	Cadastral
Longitude	Cadastral
Sentido	Cadastral
Unidade da Federação (UF)	Cadastral
Tipo de sinalização	Cadastral
Código da sinalização	Cadastral

ANEXO III-E: Informações de Pavimentação

Informação a ser fornecida pelo DNIT	Tipo do dado
Nome da infraestrutura principal	Cadastral
Km inicial	Cadastral
Km final	Cadastral
Unidade da Federação (UF)	Cadastral
Índice de Condição de Manutenção (ICM)	Mensal



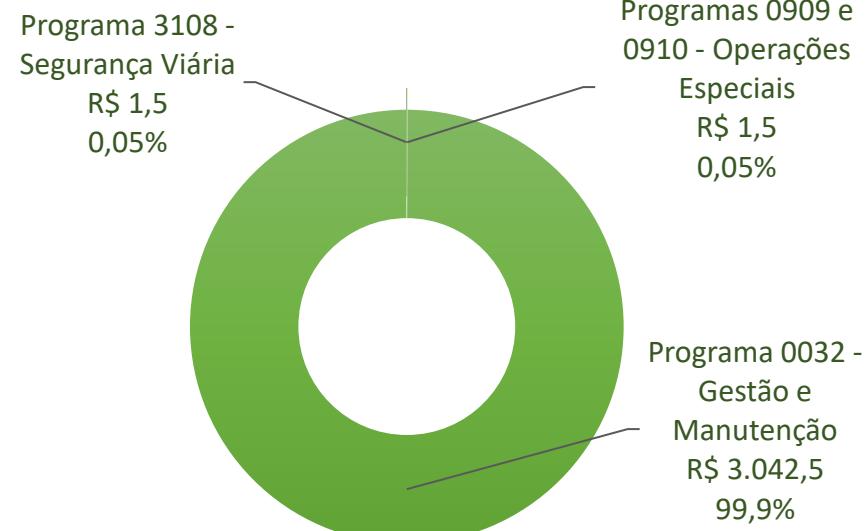
◆ Resultados das principais áreas de atuação do Ministério

◆ Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA 2024), Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, consignou à Administração Direta do Ministério dos Transportes e ao Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito – FUNSET dotação orçamentária inicial no total de R\$ 4.988,4 milhões⁽¹⁾. As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício financeiro resultaram no cancelamento de R\$ 1.942,9 milhões, o que redimensionou a dotação orçamentária para R\$ 3.045,5 milhões⁽²⁾, assim classificados:

Orçamento Consolidado por Programas 2024

(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

(1) Exclui Reserva de Contingência.

(2) Os valores acima compreendem às UOs 39101 e 39905.

Execução Orçamentária

Histórico da Execução Orçamentária e Financeira

valores em milhões

Exercício	Dotação Final	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% Pago
2022	13.181,2	3.936,7	3.803,8	3.590,0	91,2%
2023	3.209,8	3.185,5	3.062,5	2.836,1	89,0%
2024	3.045,5	2.971,6	2.878,4	2.688,7	90,5%

Fonte: Tesouro Gerencial

A Unidade Prestadora de Contas Ministério dos Transportes, que inclui somente as programações orçamentárias da Administração Direta e do FUNSET, recebeu, da LOA 2024 e suas alterações, autorização para execução de créditos orçamentários na ordem de R\$ 3.045,5 milhões. Desse total, foram empenhados R\$ 2.971,6 milhões, liquidados R\$ 2.878,4 milhões e pagos R\$ 2.688,7 milhões.

Em comparação com o aferido no ano de 2022, constata-se que houve uma redução significativa nas dotações orçamentárias, a qual foi motivada pela reorganização da administração pública federal ocorrida no início do ano de 2023, ocasião em que a Secretaria Nacional de Portos e o Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC deixaram de participar das contas da referida UPC.

Confrontando os números registrados no último biênio, observa-se que o orçamento disponibilizado em 2024 apresentou queda de 5,1% em relação ao do ano de 2023.

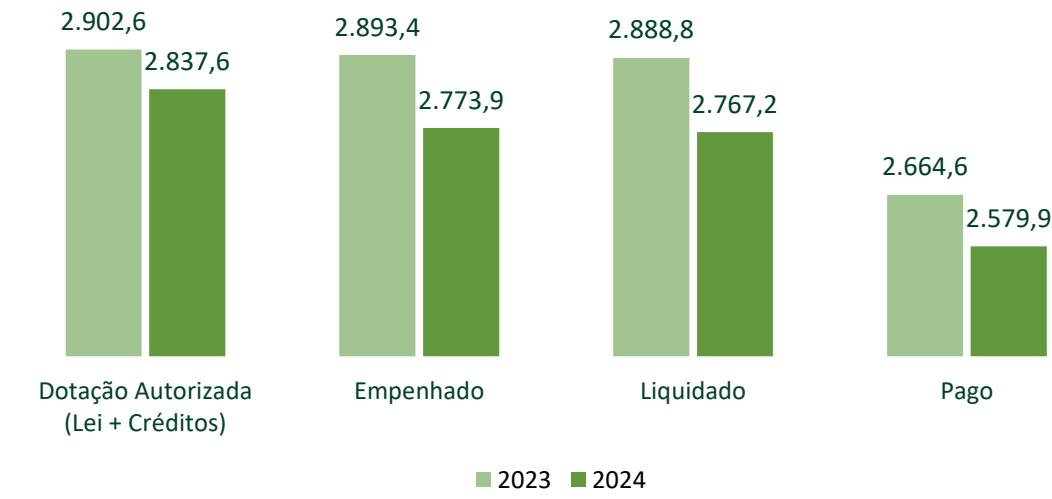
Quanto ao índice de pagamento (valor pago/despesa empenhada), este apresentou um aumento de 1,5% em relação ao do exercício de 2023, e uma redução de 0,7% quando comparado a 2022, alcançando um percentual de 90,5%.



Para melhor demonstração da performance orçamentária, apresentaremos, a seguir, representações gráficas da execução orçamentária por resultado primário: Despesas Obrigatórias, Discricionárias e Financeiras.

Despesas Obrigatórias

(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

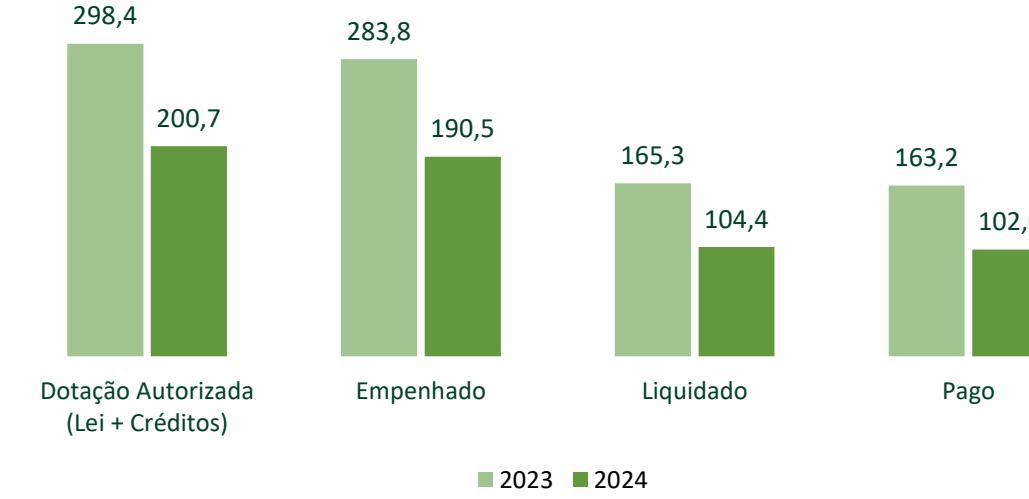
Conforme se depreende do quadro acima, a dotação autorizada em 2024 para as despesas obrigatórias foi inferior em 2,2% (redução líquida de R\$ 65,1 milhões) ao montante do ano de 2023. Esse resultado líquido foi provocado pelas seguintes ocorrências:

- redução nas aposentadorias e pensões civis (ação orçamentária 0181): R\$ 40,2 milhões;
- redução em pessoal ativo (ação orçamentária 20TP): R\$ 29,7 milhões;
- aumento em benefícios (ações orçamentárias 2004, 212B, 00S6 e 0536): R\$ 4,9 milhões.

A diminuição dos valores orçados refletiu-se na despesa empenhada, a qual apresentou redução de R\$ 119,5 milhões (4,1%) em relação ao montante realizado no exercício anterior, acontecimento que se concentrou principalmente no âmbito da ação orçamentária 0181 - Aposentadorias e Pensões Civis.

Despesas Discricionárias

(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial

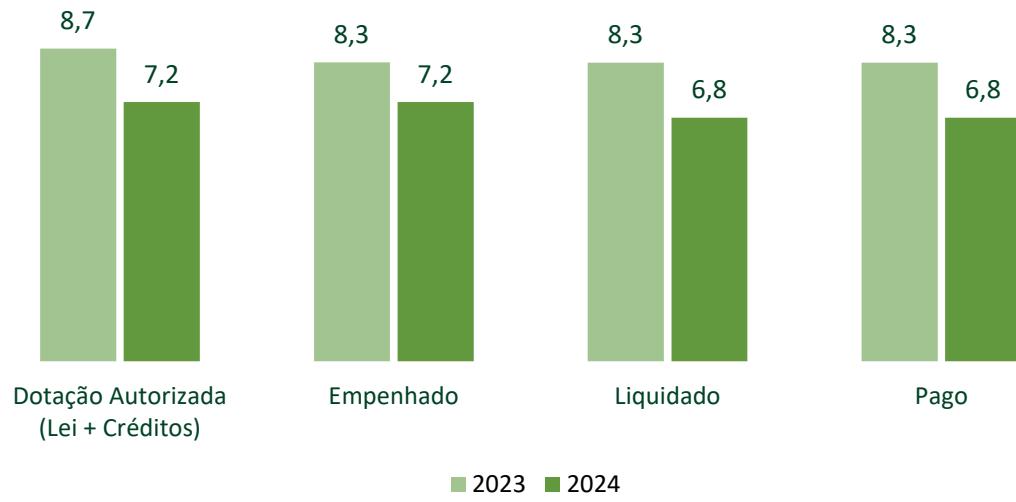
Em 2024, os créditos orçamentários fixados às despesas discricionárias totalizaram R\$ 200,7 milhões, o que representou uma redução total de R\$ 97,8 milhões em relação ao montante autorizado no ano de 2023, conforme demonstrado acima.

No exercício de 2024, a despesa empenhada atingiu 94,9% do total autorizado, índice semelhante ao da execução orçamentária de 2023.



Despesas Financeiras

(valores em milhões)



As dotações orçamentárias destinadas às despesas financeiras 2024 totalizaram R\$ 7,2 milhões contra R\$ 8,7 milhões em 2023, o que corresponde a um decréscimo de 17,1%. Em valores empenhados, o desempenho orçamentário das referidas despesas sofreu redução no período 2023/2024, passando de R\$ 8,3 milhões para R\$ 7,2 milhões. Quando comparamos tais números com os valores orçados, constata-se uma evolução no índice de execução, cujo percentual movimentou-se de 95,6% em 2023 para 100,0% em 2024.

Cumpre esclarecer que as despesas financeiras desta UPC, desde o exercício de 2023, referem-se exclusivamente aos dados da ação orçamentária 09HB - *Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – CPSS*.

Execução Financeira

Os pagamentos realizados com a dotação orçamentária em 2024 totalizaram R\$ 2.688,7 milhões, representando uma execução de 90% do total empenhado no exercício, que foi de R\$ 2.971,6 milhões. Os valores pagos com base em dotações de exercícios anteriores (Restos a Pagar) somaram R\$ 292,5 milhões, correspondendo a 82% do estoque de restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos. Dessa forma, a execução financeira do exercício de 2024 alcançou R\$ 2.981,2 milhões, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro - Execução Financeira

Finalidade (GND)	Despesas Empenhadas	Dotação 2024 Valores Pagos	Restos a Pagar			Execução Financeira Total - 2024
			Inscritos e Reinscritos Líquidos	RP Pagos	RP a Pagar	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (c) - (d)	(f) = (b) + (d)
Pessoal	2.745,9	2.554,6	223,4	222,9	0,5	2.777,5
Custeio	222,5	134,1	120,9	68,0	52,9	202,1
Investimentos	3,2	0,0	11,6	1,5	10,0	1,6
TOTAL	2.971,6	2.688,7	355,9	292,5	63,4	2.981,2

Fonte: Tesouro Gerencial

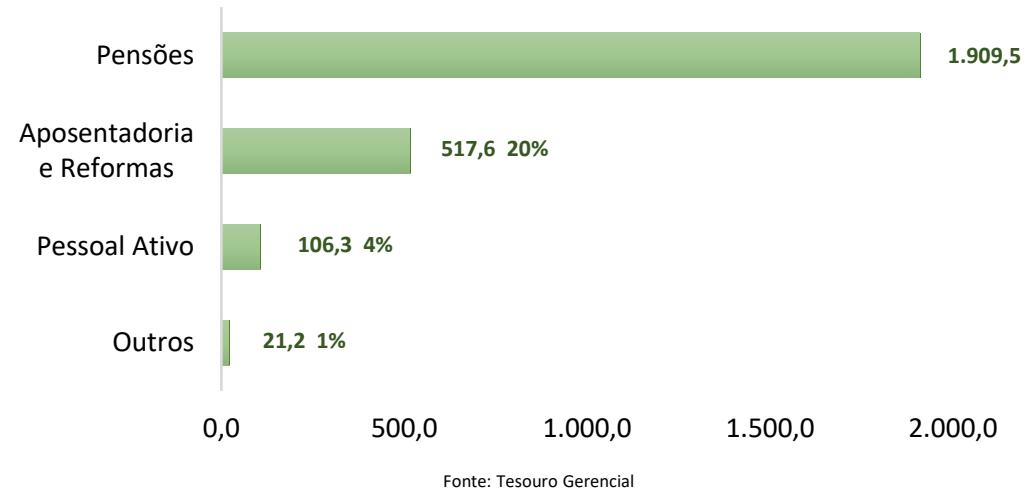


Valores Pagos 2024

Os pagamentos realizados pela Administração Direta do Ministério dos Transportes e FUNSET, com base nas dotações orçamentárias do ano de 2024, totalizaram R\$ 2.688,7 milhões. Os gráficos a seguir demonstram a distribuição dessa execução por finalidade das despesas, cujos dados foram agrupados levando em conta as ações orçamentárias envolvidas, os elementos e subelementos de despesas nelas compreendidos.

Em relação às despesas de pessoal, os valores pagos com dotação em 2024 somaram R\$ 2.554,6 milhões. Deste total, R\$ 1.909,5 milhões (75%) foram destinados ao pagamento de pensões. Além disso, foram desembolsados R\$ 517,6 milhões (20%) para aposentadorias e R\$ 106,3 milhões (4%) para servidores ativos. O montante de R\$ 21,2 milhões (1%) foi aplicado em outros itens, destacando-se o pagamento de despesas de exercícios anteriores e o resarcimento de pessoal requisitado.

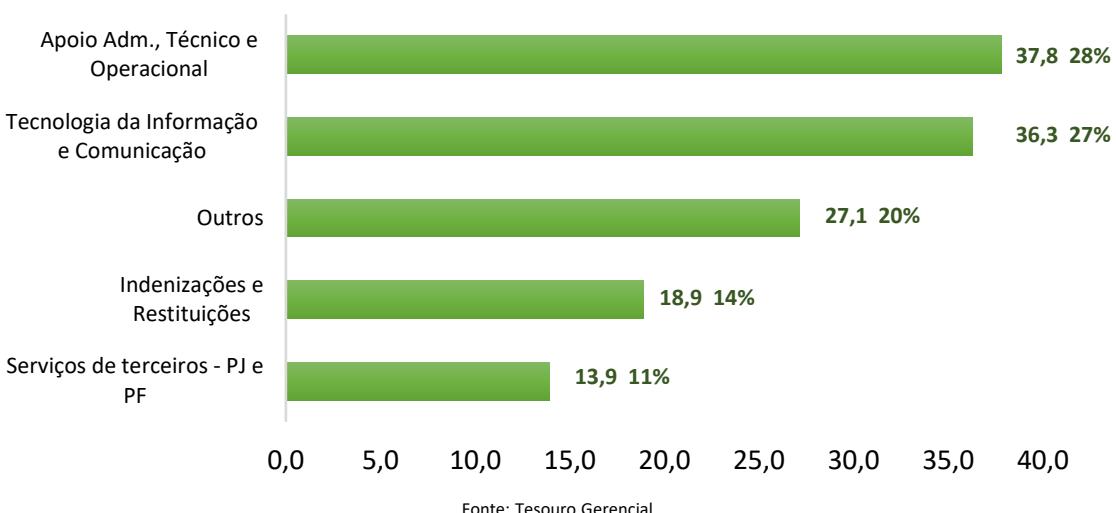
Despesas Pagas com Pessoal (valores em milhões)



As despesas de custeio pagas com dotações de 2024 somaram R\$ 134,1 milhões. Desse total, R\$ 36,3 milhões (27%) foram empregados em despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação; R\$ 37,8 milhões (28%) derivam do atendimento de despesas com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (terceirizados); R\$ 13,9 milhões (11%) foram gastos com serviços de terceiros - pessoas Física e Jurídica; R\$ 18,9 milhões (14%) em indenizações e restituições. Ressalte-se que no item “outros”, R\$ 27,1 milhões (20%), encontram-se computadas despesas administrativas não especificadas acima, tais como pensões especiais, diárias e passagens, serviços de consultoria, auxílios etc.

Despesas Pagas com Custeio

(valores em milhões)



Despesas Pagas com Investimentos

Os pagamentos realizados na rubrica de investimentos, com base nas dotações orçamentárias de 2024, perfizeram o montante de R\$ 34,2 mil, sendo esse valor aplicado na aquisição de material permanente.



Restos a Pagar

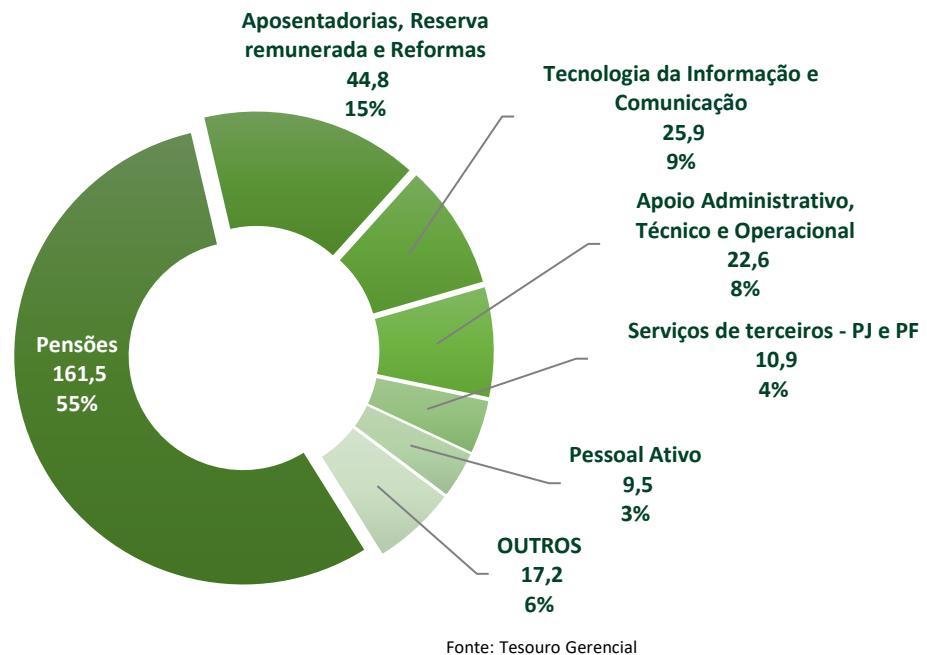
O gráfico abaixo demonstra redução do saldo a pagar de restos a pagar processados e não processados ao longo do triênio 2022-2024.



Cerca de 82% dos restos a pagar inscritos e reinscritos líquidos foram pagos no exercício de 2024, totalizando o montante de R\$ 292 milhões. Quanto ao percentual do saldo final de obrigações a pagar em relação ao estoque inicial, o índice caiu de 22,4% para 18% no período 2023-2024.

Composição do RAP

(Valores em milhões)



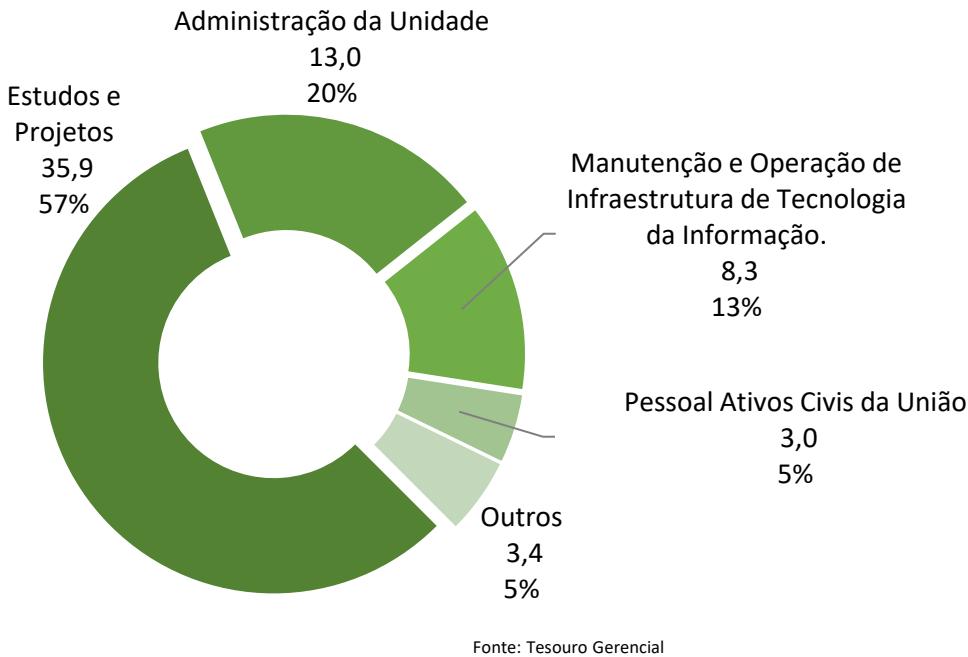
Os valores pagos em Restos a Pagar concentram-se, em sua maioria, em programações orçamentárias destinadas às seguintes finalidades: a) despesas com pensões civis (55%); b) Aposentadorias, Reserva remunerada e Reformas (15%), c) Tecnologia da Informação e Comunicação (9%); d) Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (8%); d) Serviços de Terceiros (4%) e e) Pessoal Ativo em (3%), dentre outras, que totalizaram R\$ 292,4 milhões.

Os cancelamentos de restos a pagar totalizaram R\$ 63,6 milhões, dos quais merecem destaque:

- R\$ 35,9 milhões (30%) destinados a Estudos e Projetos;
- R\$ 13,0 milhões (11%) para Administração da Unidade / despesas de funcionamento;
- R\$ 8,3 milhões (7%) concernentes à Manutenção e Operação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação;
- R\$ 3,0 milhões (2%) para Pessoal Ativos Civis da União.



Composição do RAP Cancelado (valores em milhões)



Dotação e Limite Orçamentário

A execução orçamentária 2024 iniciou-se com a sanção da LOA 2024, publicada no dia 22 de janeiro de 2024. Antes desta data ocorreu a execução provisória de pequena parcela de dotações orçamentárias consignadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 – PLOA 2024, a qual foi autorizada pelo art. 72 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 - LDO 2024.

No início do mês de janeiro de 2024, o empenho de dotações discricionárias ficou restrito às programações constantes do PLOA 2024 de despesas correntes com recursos do Tesouro Nacional. Essas foram voltadas para atender, exclusivamente, as situações de caráter inadiável, até o limite de 1/12 avos do valor previsto no PLOA 2024 para cada unidade.

Em fevereiro de 2024, com a publicação do Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, foram estabelecidos os limites de movimentação e empenho das dotações orçamentárias aprovadas no exercício de 2024.

As variações ocorridas no Limite de Movimentação e Empenho - LME 2024 estipulados a esta UPC acompanharam as alterações orçamentárias efetivadas, tendo havido contingenciamento ao longo do exercício por meio de bloqueios determinados pelo Órgão Central – SOF/MPO. Os valores da dotação primária discricionária e do limite orçamentário encontram-se reproduzidos no quadro abaixo.

Limite Orçamentário 2024

RP	Dotação Final	Limite Orçamentário
2 – Demais	197.868,8	197.868,8
3 - PAC	2.783,2	2.783,2

Fonte: Siafi e Tesouro Gerencial

Limite Financeiro

Em relação aos limites de pagamento, destacam-se as ações realizadas pela Pasta ao longo de 2024 para garantir os recursos necessários ao cumprimento de sua missão institucional. Esses esforços foram principalmente concretizados por meio de correspondências enviadas à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), solicitando o remanejamento de limites financeiros entre os anexos do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 2024. Com o acolhimento satisfatório dessas solicitações, foi possível atender, de maneira geral, as demandas financeiras das unidades, resultando em uma utilização de 97% do total do limite de pagamento disponibilizado até o final do exercício.

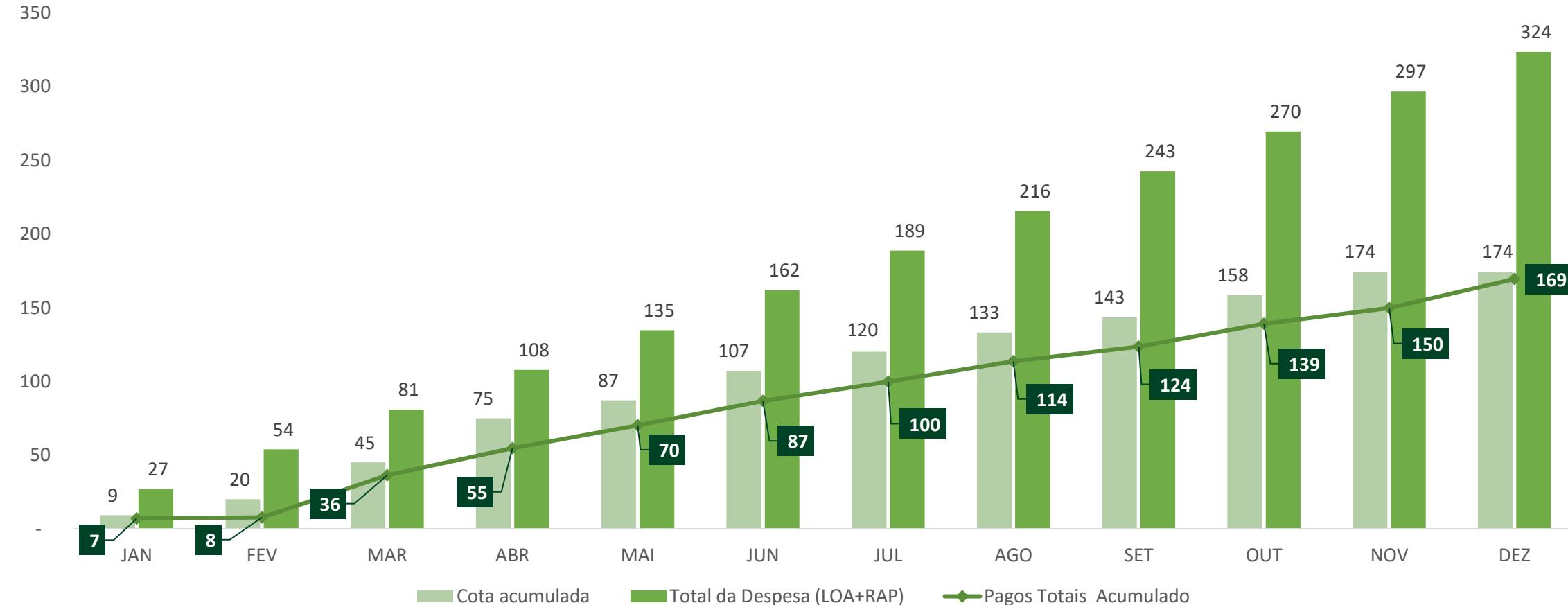


Evolução dos Pagamentos 2024 - RP2, RP3

(ADM Direta e Funset)

Limite Financeiro x Despesa Total

(valores em milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial



Gestão de Pessoas

Em 2024, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (COGEP) dedicou-se a otimizar recursos e aprimorar a gestão corporativa. Foco especial foi dado à ampliação dos serviços e das informações relacionadas à gestão de pessoas.

Reformulação da Intranet da COGEP

A COGEP mapeou suas páginas eletrônicas, levantou informações desatualizadas e está promovendo a atualização de seus conteúdos online. Uma grande inovação foi a criação de Painéis Estratégicos com dados da área de gestão. Para conhecer a página acesse em:

<https://infraestrutura.sharepoint.com/sites/gestao-de-pessoas>

Criação do Portal de Serviços da COGEP

Foram mapeados principais serviços da COGEP para criação de um Portal de Serviços, por meio do qual será possível que os servidores e empregados públicos solicitem diversos serviços da área de gestão de pessoas.

Retomada da confecção de crachás

A COGEP adquiriu impressora de crachás, retomando a confecção de crachás no Ministério dos Transportes, que estava paralisada desde 2023, após o fim dos convênios com outros órgãos.

Aferição de critérios

A COGEP, exemplo do que já foi executado nos exercícios anteriores, e visando a integridade pública, acompanhou todos os procedimentos de designação/nomeação para cargos e funções comissionadas, efetuando a aferição de parâmetros curriculares e combatendo a prática de nepotismo nas organizações públicas.

Implantação do eSocial

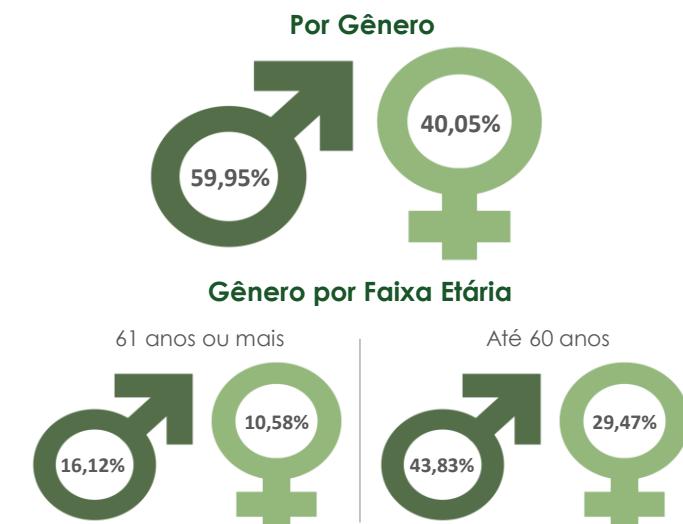
No exercício de 2024, a COGEP concluiu a implantação do eSocial no âmbito do Ministério dos Transportes, de modo que passou a realizar a escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Quadro de Pessoal

O Ministério dos Transportes, mesmo com as mudanças estruturais promovidas pela **Reforma Administrativa da Lei 14.600/2023**, manteve Quadro de Pessoal com diferentes perfis profissionais em 2024.

Considera-se força de trabalho em exercício no MT os servidores e empregados públicos em atividade na sede do Órgão, em Brasília-DF, composta por: servidores e empregados do Quadro do MT, servidores e empregados cedidos de outros órgãos para o MT e servidores sem vínculo com a administração, totalizando 397 vínculos.

Força de Trabalho em exercício no MT: 397



Já em uma análise de distribuição de servidores/empregados em exercício na sede do MT (397), cerca de 28,47% atuavam na área finalística e 71,53% na área meio

Total de Servidores/Empregados por localização



Com relação ao quantitativo de cedidos ou movimentados para exercício no MT, contamos com **167 servidores/empregados de outros Órgãos**. Destes, **94 ocupam CCE/FCE**, o que representa **41% dos cargos/funções comissionadas do MT**.

Ocupantes de CCE/FCE por gênero

- ✓ Sem vínculo: 41 ♂ 20 ♀ 21
- ✓ Efetivos do MT: 61 ♂ 27 ♀ 34
- ✓ Advindos de outros órgãos: 94 ♂ 67 ♀ 27

Ao longo de sua existência, o MT absorveu em seu Quadro de Pessoal grande número de agentes públicos, sejam de empresas públicas que foram extintas, tais como a Rede Ferroviária Federal - RFFSA, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU e a Empresa de Portos do Brasil - Portobrás, seja em decorrência de decisões judiciais ou administrativas, que, com base na Lei nº 8.878/1994, concedeu anistia a tais empregados, reconhecendo o direito à reintegração ao serviço público sob o regime celetista.

Em 2024, considerando os servidores e empregados do quadro do MT cedidos a outros órgãos (919), **tem-se o total de 1.316 vínculos**. A maioria dos cedidos a outros órgãos encontra-se em outros estados da federação advindos via reintegração.



Gestão do Programa de Estágio

Em 2024, o MT promoveu diversas ações para a melhoria do acolhimento aos estudantes no Órgão. Foi realizada a adequação da cartilha para estagiários e supervisores, com o objetivo de dar as boas-vindas e apresentar as novas estruturas/competências do Ministério. Foi realizada a 4ª edição da comemoração do “Dia do Estagiário”, no mês de agosto, para homenagear os estudantes e ressaltar a importância do aprendizado no período do estágio, ocasião em que os estudantes foram presentados com ecobags, canetas e cadernetas personalizadas.



52

■ Nível Superior

Programa de Gestão e Desempenho

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) foi inicialmente implementado em 2022. Com o objetivo de alinhar-se às novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação, por meio da Instrução Normativa nº 24, de 28 de julho de 2023, o Ministério dos Transportes expediu a Portaria nº 1.062, publicada em 26 de dezembro de 2024, que autoriza a implementação do novo PGD no Órgão. O documento apresenta critérios, orientações e procedimentos gerais a serem seguidos pelas unidades do Ministério dos Transportes.

Além disso, a COGEP promoveu a implementação do Sistema Petrvs, ferramenta que viabiliza o gerenciamento dos planos de trabalho dos servidores participante do PGD alinhado à execução dos planos de entregas das unidades organizacionais, que, por sua vez, harmonizam-se ao planejamento estratégico do Órgão.

O MT permite que 40% do total de servidores e empregados públicos em exercício no Órgão possam aderir ao programa, limitando o teletrabalho integral em 20% do total de servidores e empregados do órgão.

PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

Quantitativo de servidores em Programa de Gestão e Desempenho			
Ano	Teletrabalho Parcial	Teletrabalho Integral	Total em PGD
2022	155	205	360
2023	87	61	148
2024	69	68	137

Órgãos de Controle

Em 2024, esta COGEP apurou e concluiu 200 indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU no sistema E-pessoal, referentes à pensões recebidas pelas pensionistas filhas maiores solteiras do total de 344 indícios que estavam em aberto em 2024.

Demandas Judiciais

A COGEP desempenhou papel fundamental na elaboração de pareceres técnicos e acompanhamento tempestivo dos processos judiciais, efetivando o cumprimento das ações judiciais nos termos estabelecidos pela Advocacia-Geral da União – AGU e fornecendo elementos de fato e direito necessários para subsidiar a defesa da União, com o atendimento de **680** demandas provenientes de Órgãos do Poder Judiciário ao longo de 2024.

Capacitação e desenvolvimento

Em 2024, foram realizadas diversas ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas, que representaram um investimento de R\$ 673.076,89.

Com o investimento realizado pelo Órgão, foram capacitados 211 servidores, em 56 ações de treinamento, distribuídas ao longo do ano.

Estas ações totalizaram 61,11% das necessidades cadastradas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas.

Dentre as capacitações realizadas, cabe destacar

- ✓ XXIX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública: A transformação necessária para um Estado inclusivo, democrático e eficaz
- ✓ Palestra "Educação para Aposentadoria: Como planejar uma transição consciente e saudável?", ação integrante da Trilha de Aprendizagem e Bem Estar da Pessoa Idosa no MT
- ✓ Informática Básica - Operador de Micro Básico, ação integrante da Trilha de Aprendizagem e Bem Estar da Pessoa Idosa no MT
- ✓ Acelerador de Liderança para Mulheres Autênticas - ALMA
- ✓ Programa Internacional de Certificação PPP-Foundation.



Saúde e Qualidade de Vida

Com foco na saúde e qualidade de vida dos servidores do MT, foram realizadas 12 ações no decorrer do ano de 2024, alcançando 2.608 servidores, empregados públicos, colaboradores e estagiários.

O número total de pessoas alcançadas considera os diversos eventos e ações realizados, datas comemorativas e os eventos que contam com a participação de servidores, empregados públicos, colaboradores e estagiários dos três ministérios que compartilham espaço físico (MT, MPOR e MCOM).

Dentre as ações realizadas cabe destaque para:

- ✓ Vacina Contra a Gripe - 412 servidores e empregados vacinados
- ✓ Campanha de Prevenção ao Assédio e à Discriminação: "Assédio Sexual no ambiente de trabalho: entender para combater"
- ✓ Palestra sobre Saúde Mental com o tema "Fragmentos"
- ✓ Semana do Servidor, em comemoração ao Dia do Servidor Público: participação especial do grupo de comédia SeteBelo

Execução Orçamentária e Financeira

A COGEP realiza diversas atividades como setorial orçamentária e executou no ano de 2024 um total de R\$ 165,3 milhões do Orçamento de Pessoal. Valor este distribuído entre pagamentos de salários, benefícios e auxílios diversos a servidores e empregados públicos federais, além de ações de capacitação e treinamento.

Também, por meio de suas prerrogativas de setorial orçamentária, a COGEP descentralizou ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos DECIPEX/MGI, o valor de R\$ 2,81 bilhões referentes a benefícios de servidores aposentados e pensionistas no exercício 2024.

Com uma criteriosa análise de saldos contábeis de longo prazo, foi possível retornar aos cofres do Tesouro Nacional o valor de R\$ 5,8 milhões, referente a valores não reclamados de pensões e aposentadorias sem movimentação há mais de 5 anos.

Execução do orçamento em milhões R\$:



Principais Ações

Em 2024, a COGEP realizou a implantação do **SOUGOV Frequência** no Ministério dos Transportes, trazendo significativo avanço tecnológico para o registro e controle de frequência no Órgão.

A COGEP foi responsável por implantar o **eSocial** no Órgão, viabilizando a escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, impactando de forma positiva as rotinas da área de pagamento.

Alinhada com as Orientações do Órgão Central (MGI), foi realizada a implementação do **sistema Petrus** para acompanhamento do PGD no âmbito do Ministério dos Transportes.

A aquisição da **impressora de crachás** se apresenta como uma demanda importante da COGEP que foi realizada em 2024, permitindo a retomada da confecção dos crachás no Órgão.

Outra importante ação foi a elaboração dos **Perfis Profissionais** exigidos para ocupação de determinados níveis de CCE e FCE, nos termos da LAI, a serem divulgados no site do MT.

Futuro

A COGEP atuará no ano de 2025 mantendo seu compromisso com a Gestão de Pessoas e buscará realizar as seguintes entregas:

- ✓ Autorização junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos para realização de concurso público
- ✓ Entrega do Portal de Serviços
- ✓ Entrega da Intranet completa
- ✓ Implementar novo modelo do PGD em todas unidades do MT com a utilização do sistema Petrus



◆ Gestão de Licitações e contratos

Aquisições e contratações

Em 2024, foram realizados **48 procedimentos licitatórios**, sendo que 41 já foram concluídos, perfazendo um valor total homologado de **R\$ 37.427.318,01** e 7 estão em andamento, com o valor estimado de **R\$ 17.133.111,88**:

SITUAÇÃO	MODALIDADE	QTD	VALOR HOMOLOGADO	PROPORÇÃO (R\$)
CONCLUÍDOS	Pregão + SRP	17	R\$ 23.735.046,28	63,42%
	Dispensa	15	R\$ 367.741,79	0,98%
	Inexigibilidade	7	R\$ 7.871.467,62	21,03%
	Remanescentes	2	R\$ 5.453.062,32	14,57%
TOTAL		41	R\$ 37.427.318,01	100,00%

Merce destaque a aquisição de 4 (quatro) unidades de torre de refrigeração, iniciativa fundamental para garantir a eficiência e a confiabilidade dos sistemas de climatização. Essa medida não apenas assegura o pleno funcionamento das instalações, mas também contribui para a melhoria das condições ambientais, refletindo o compromisso com a excelência operacional e o bem-estar das equipes.

SITUAÇÃO	MODALIDADE	QTD	VALOR ESTIMADO	PROPORÇÃO
EM ANDAMENTO	Pregão	2	R\$ 584.183,59	3,41%
	Dispensa	3	R\$ 64.284,20	0,38%
	Concorrência	2	R\$ 16.464.644,09	96,21%
TOTAL		7	R\$ 17.113.111,88	100,00%

- Não inclui as contratações diretas sob gestão e responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Destacam-se, em especial, as contratações vinculadas às Concorrências de Comunicação Digital e Institucional, essenciais para garantir que a comunicação seja estrategicamente alinhada aos objetivos e prioridades do Ministério, fortalecendo a atuação eficiente e a imagem institucional.

Indicador	Fórmula/ Cálculo		2020	2021	2022	2023	2024
Tempo médio da fase interna da contratação de serviços	Dias decorridos da assinatura da 1ª versão do Termo de Referência até a publicação do aviso	Meta (Até)	200	180	180	180	180
		Realizado	192	117	193	100	122*

*Essa diferença de 22 dias na fase interna das contratações reflete a transição da Lei nº 8.666/1993 para a Lei nº 14.133/2021, que prioriza o planejamento detalhado. Essa mudança exige maior dedicação aos estudos técnicos, análises de riscos e estratégias, garantindo contratações mais eficientes e alinhadas às novas exigências legais.

Contratos

O volume de contratos assinados em 2024 **representa um aumento de 63%** em comparação com o ano anterior.

CONTRATOS, ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E PROCESSOS DE DESCUMPRIMENTOS				
PROCEDIMENTOS	2021	2022	2023	2024
Contratos	31	25	22	36
Termos Aditivos	44	33	44	32
Apostilamentos	19	39	44	42
Processos de Descumprimentos	11	19	9	2
TOTAL POR ANO	105	116	119	112

A redução de 77% dos processos de descumprimento de contrato reforçam os esforços aplicados nos anos de 2021 e 2022, esses indicadores evidenciam os impactos positivos das iniciativas ao longo dos anos.



◆ Gestão documental, patrimonial e de material

Gestão Documental

O Arquivo Central do Ministério dos Transportes deu continuidade às ações de organização do acervo documental, reclassificando 71.154 processos. Também transferiu 43.504 para outros órgãos, como MGI, DNIT e ANTT, e triou para eliminação 3.775 processos.

Abertura da Pesquisa Pública

O módulo de pesquisa pública do SEI Multiórgãos/MT foi reconfigurado para tornar a disponibilização dos documentos públicos mais acessível, sem a necessidades de cadastro ou liberação prévia.

Foi realizado treinamento sobre a classificação da informação, ministrado pela equipe da Gestão Documental do Ministério dos Transportes, acompanhado da publicação de material instrutivo para orientar os usuários.



Gestão Patrimonial e de Material

A gestão patrimonial do Ministério dos Transportes concentrou esforços em dois eixos principais de atuação:

Identificação de patrimônio no padrão SIADS



Ação: Substituição das plaquetas patrimoniais padrão SIADS

76,80% concluídas

Movimentações patrimoniais

As movimentações de bens, incluindo transferências, doações e baixas, foram realizadas de maneira eficiente e transparente, garantindo a correta destinação dos recursos e o controle rigoroso das contas patrimoniais, em total conformidade com as normas e regulamentos vigentes.

Movimentações patrimoniais		
➡ Entradas (compras, transferências recebidas, etc.)	1.279	
⬅ Baixas (doações, perdas, transferências, etc.)	5	
⟳ Movimentações (entre unidades da Pasta)	2.065	

Material de Consumo

O Ministério dos Transportes adota o Sistema de Almoxarifado Virtual do Governo Federal para a gestão de seus materiais de consumo. Essa plataforma centralizada garante maior controle, transparência e eficiência nos processos de aquisição, além de facilitar a rastreabilidade dos itens e a melhoria do uso dos espaços públicos destinados à armazenagem.

O gráfico abaixo, apresenta o histórico das despesas com materiais de consumo entre os anos de 2020 e 2024.





Serviços Compartilhados

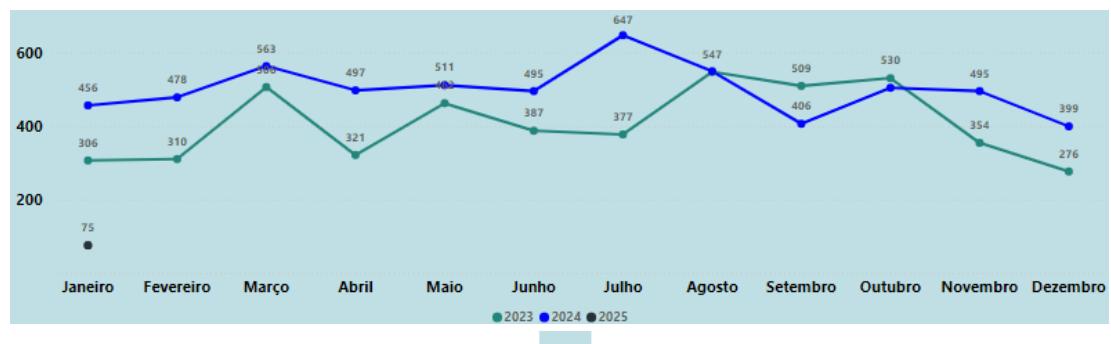
O Ministério dos Transportes é responsável pela gestão dos edifícios Sede e Anexo, Bloco R, na Esplanada dos Ministérios, compartilhando esses espaços com o Ministério das Comunicações, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Secretaria de Comunicação Social, além de ser o provedor dos serviços logísticos necessários à manutenção dessas edificações.

Os serviços compartilhados são requisitados por meio da Central de Serviços Logísticos e categorizados em três tipos: condominais, exclusivos e sob demanda.



No caso dos serviços sob demanda, disponibilizados conforme a necessidade dos órgãos, houve um aumento de 20% na procura, totalizando 5.924 solicitações ao longo do ano.

Esse acréscimo de 20% em relação ao ano anterior, resulta em uma média de 494 chamados mensais, entre todos os órgãos ocupantes do condomínio:



Otimização de Espaços

O Ministério dos Transportes tem se dedicado à otimização de seus espaços físicos para proporcionar um ambiente de trabalho mais funcional, confortável e seguro para servidores e colaboradores.

As adaptações realizadas incluem a readequação de áreas de expedientes e técnicas para acomodar os quatro órgãos que estão abrigados na edificação, além de melhorias em espaços comuns, como banheiros, copas e refeitórios. Foram criadas novas salas de reunião, equipadas com tecnologia de videoconferência, facilitando a comunicação e a colaboração entre as equipes, mesmo remotamente.

Todas as intervenções foram planejadas para otimizar a distribuição dos espaços, garantindo funcionalidade e conformidade com as normas vigentes e as boas práticas para ocupação.



Manutenção Predial

O Serviço de Manutenção Predial realizou diversas intervenções preditivas, preventivas e corretivas nos sistemas, com destaque para: manutenção corretiva em um chiller do sistema de ar-condicionado, substituição das torres de refrigeração e automação da central de climatização (projeto piloto), incluindo a padronização da temperatura de conforto e a limpeza de dutos.

Além disso, foram realizadas ações de acompanhamento e avaliação periódica da qualidade do ar interior. A realização dessas avaliações permitiu monitorar o ambiente, prevenir riscos à saúde e garantir a conformidade com as normas técnicas.

A modernização dos elevadores que está em andamento também foi um dos principais avanços, com a atualização completa do sistema e a incorporação de novas tecnologias para garantir um transporte vertical mais seguro, eficiente, econômico e moderno.

Houve ainda melhorias na rede elétrica, com a modernização da infraestrutura em andares reformados, aumentando a eficiência energética e da rede lógica, melhorando a conectividade e a velocidade da comunicação de dados, essenciais para o bom funcionamento das atividades diárias do ministério.



◆ Sustentabilidade corporativa

Em consonância com as melhores práticas de gestão e o compromisso com um futuro mais sustentável, o Ministério dos Transportes aprovou, por meio da Portaria MT nº 1.116, de 18 de dezembro de 2024, o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) para o período de 2024 a 2026, alinhado às disposições previstas pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

O plano estabelece diretrizes claras para a racionalização do consumo de recursos, a redução dos impactos ambientais e a promoção da responsabilidade socioambiental em todas as ações da Pasta, além de orientar o uso eficiente de recursos, materiais e serviços. Também propõem-se práticas que incentivam a sustentabilidade na elaboração dos planos anuais de contratação, nos estudos técnicos preliminares e nos termos de referência das contratações realizadas pelo Ministério dos Transportes.

A implementação do PLS já se reflete em ações concretas na Pasta, como a doação de veículos e de bens ociosos, o reaproveitamento de materiais, a realização de campanhas para incentivo ao uso de escadas, a redução no funcionamento do sistema de ar condicionado e a adoção do aplicativo check-in Serpro para controle de presença em reuniões.

Novas Placas Coleta Seletiva



Programas, Capacitações e Campanhas

Ao longo de 2024, diversas iniciativas foram desenvolvidas, incluindo capacitações, campanhas de conscientização e projetos de solidariedade. Foram realizados treinamentos em obras e serviços de engenharia, além de cursos sobre o uso da inteligência artificial nas contratações. Foram estabelecidas parcerias com empresas contratadas para promover treinamentos e boas práticas nos serviços de limpeza, recepção e copeiragem, garantindo a qualificação dos colaboradores em temas como gestão contratual, otimização de recursos materiais e sustentabilidade. Especial atenção foi dada ao enfrentamento do assédio moral e sexual, em conformidade com o Decreto nº 12.122/2024.



Gestão e Fiscalização de Contratos

O Ministério, por meio da área de logística, fez gestão de 52 instrumentos, incluindo contratos, atas, dispensas de licitação e termos de cooperação. Durante o exercício, foram aplicadas 5 penalidades às empresas prestadoras de serviços, devido ao descumprimento contratual, resultando em advertências, multas e impedimentos de licitar com o órgão.

O Ministério destaca-se pela baixa incidência de processos trabalhistas em seus contratos, registrando apenas um pagamento direto relacionado a um contrato, o que demonstra a diligência da equipe de fiscalização na gestão contratual.

Adicionalmente, o uso de contas vinculadas tem se mostrado um mecanismo eficaz para garantir os direitos trabalhistas dos colaboradores terceirizados, proporcionando maior segurança tanto para os trabalhadores quanto para a Administração Pública. Atualmente, o Ministério administra 15 contas vinculadas.



◆ Gestão de Tecnologia da Informação

Planejamento Estratégico

Objetivo Estratégico

- Dados: Implementar estratégias de dados para posicionar o Ministério dos Transportes como indutor de soluções que otimizem a comunicação com a sociedade e a produtividade do Brasil.

Iniciativas Estratégicas

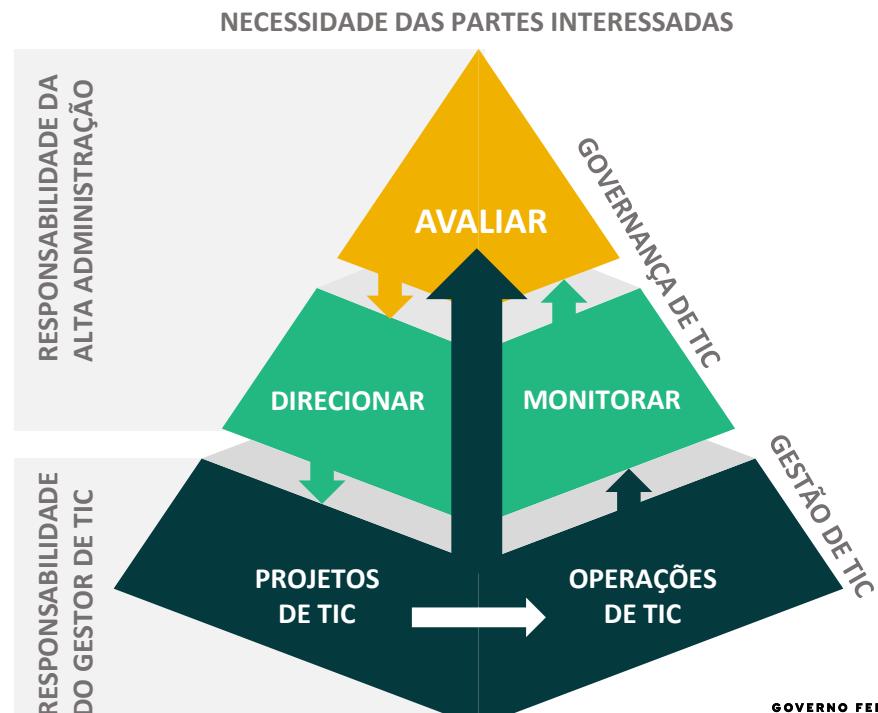
- Estruturação de Inteligência de Dados e Serviços Digitais: Estruturar e disponibilizar solução que habilite e gere inteligência de dados sobre temas como: transporte terrestre, trânsito, licenciamento ambiental, ameaças climáticas, dentre outros, além de disponibilizar serviços digitais de trânsito.
- Promoção do Desenvolvimento Humano e Organizacional: Estruturar e implementar iniciativas que impulsionem o fortalecimento institucional do Ministério, visando à ampliação da capacidade produtiva e à igualdade de gênero e racial do órgão.

É objetivo estratégico do MT implementar estratégias de dados para tornar-se indutor de soluções que otimizem a comunicação com a sociedade e a produtividade do Brasil, por meio da adoção de tecnologias inovadoras e do planejamento conjunto das necessidades e recursos com o envolvimento das áreas de negócios. Busca-se assim a criação de plataformas de dados abertos, permitindo que informações relevantes sobre o setor de transportes sejam acessíveis a todos os interessados, incluindo cidadãos, pesquisadores e empresas públicas e privadas.

Modelo de Governança de TIC

O modelo de Governança em Tecnologia da Informação (TI) adotado no MT tem como princípio atender às necessidades de suas áreas finalísticas. Para tanto, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) está diretamente ligado ao Planejamento Estratégico Institucional e à Estratégia de Governo Digital. Esses instrumentos estão em conformidade com o PPA, LDO e LOA.

O modelo busca o alinhamento estratégico da TI ao negócio e, dessa forma, cria valor ao obter benefícios por meio da otimização de recursos e dos riscos a um nível aceitável. O monitoramento e o planejamento contínuo do PDTI e a divulgação dos seus resultados dão visibilidade aos produtos entregues, o que torna o modelo de governança efetivo.



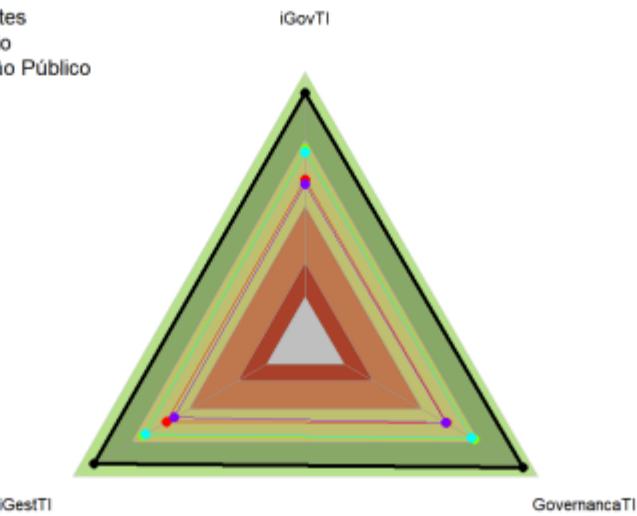


Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação - IGovTI

Através do IESGo, o TCU verifica a evolução na capacidade de gestão dos órgãos públicos e, em 2024, a Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (S-GETI) apresentou uma evolução onde o resultado do Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação - IGovTI passou de 82,20% em 2021 para 90.60% em 2024, demonstrando a eficácia da Gestão de TI nos últimos anos.



- Ministério dos Transportes
- Área temática: Ministério
- Natureza Jurídica: Órgão Público
- Administração: Direta
- Poder: Executivo



- Faixas de classificação
- APRimorado=70 a 100%
 - INTERmediário=40% a 69,9%
 - INInicial=15 a 39,9%
 - INExpressivo=0 a 14,9%

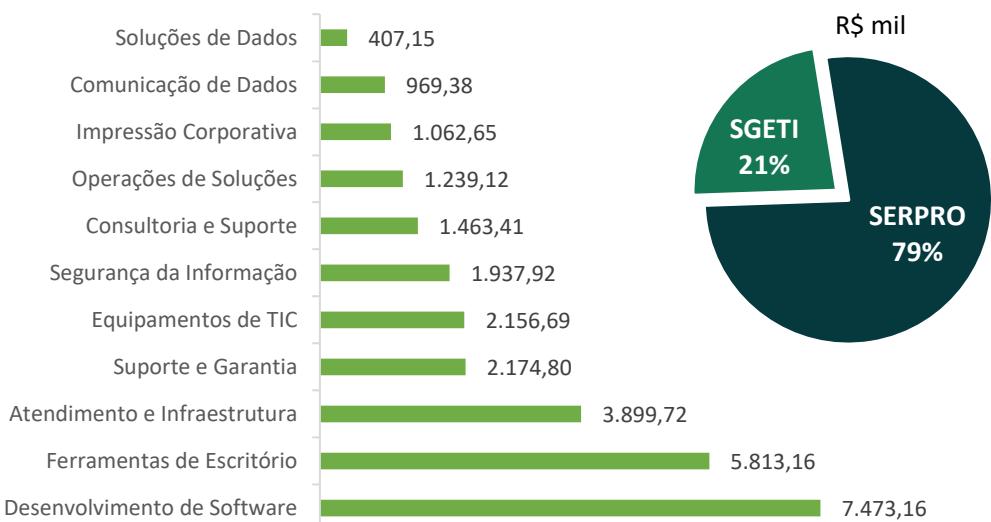
Legenda:

- **iGovTI** - Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e de Segurança da Informação
- **GovernancaTI** - Índice de Governança de Tecnologia da Informação
- **iGestTI** - Índice de Gestão de Tecnologia da Informação e da Segurança da Informação



Recursos aplicados em Tecnologia da Informação

O Ministério dos Transportes mantém 16 contratos de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, para diversos objetos e frentes de atuação. De tal contingente, destaca-se o contrato com a empresa pública SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados que, entre outros serviços, opera as soluções tecnológicas ligadas aos segmentos de Trânsito e demais serviços de TIC no valor de R\$ 106,2 milhões. Desse montante há 23,8 milhões referentes aos serviços de tecnologia prestados ao Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR geridos pela subsecretaria de gestão estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI.



As contratações relevantes de TIC foram realizadas em conformidade com as metas, objetivos e planejamento estratégico do Órgão e estão associadas às soluções oferecidas para o aprimoramento, eficiência e continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

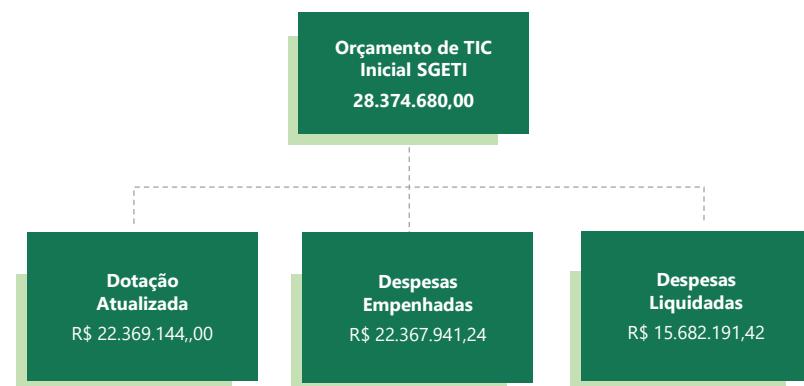
Durante o ano de 2024, foram identificadas necessidades das seguintes novas contratações, que se incorporaram ao portfólio de capacidades do Ministério:

- Impressão Corporativa
- Suporte e Manutenção da Sala-Cofre
- Suporte e Subscrição de licenças - Varonis DatAdvantage para Windows File Server
- Suporte Especializado BIG-IP, Best Bundle
- Suporte Especializado Aruba/HPE
- Suporte Especializado Servidores Lenovo ThinkSystem SR950
- Aquisição de Desktops de Alto Desempenho



O orçamento de TIC consignado ao MT, por meio do Orçamento Geral da União, em 2024, foi de 98,3 milhões iniciais, com uma dotação cancelada de 27,4 milhões na Ação 218T - Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia. Tal orçamento é oriundo de recursos do Tesouro Nacional e de fontes específicas, como as ligadas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, em ações e planos orçamentários específicos.

Os recursos são executados pela SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, responsável pela Unidade Gestora 390096. A dotação do orçamento de TIC disponibilizado na SGETI foi de R\$ 22,3 milhões que compuseram as rubricas de responsabilidade exclusiva da Subsecretaria.



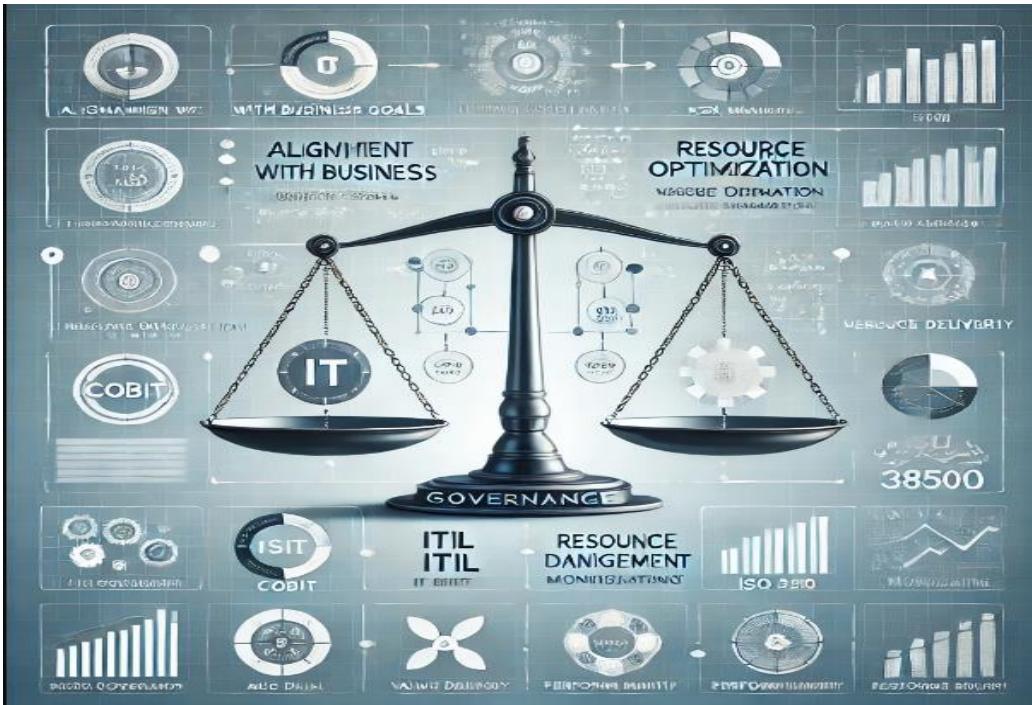
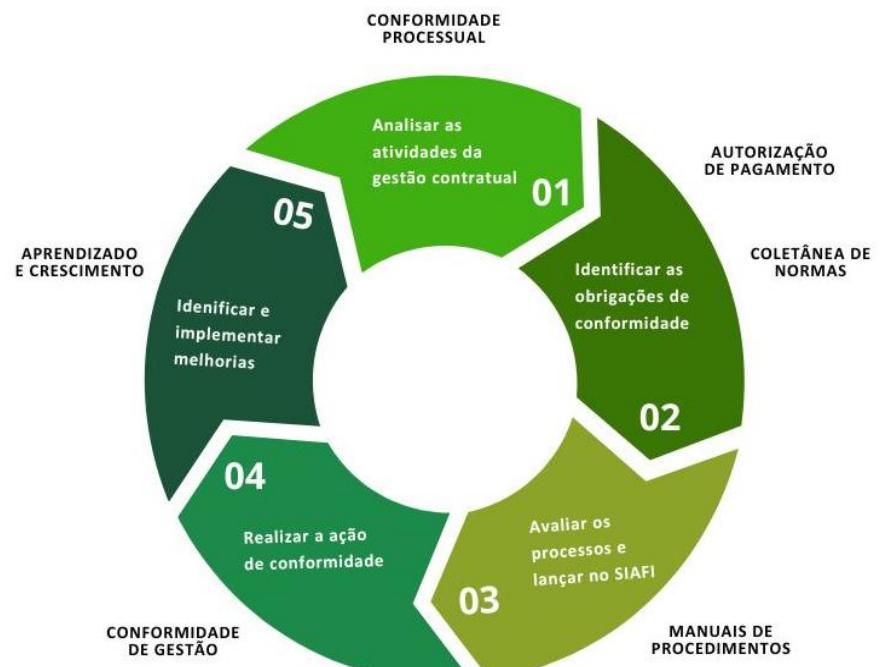


Conformidade Legal na Governança de TI

Entre os critérios para se estabelecer a área de Conformidade na Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI, estão a regulamentação de boas práticas de governança, a criação de manuais operacionais, a prevenção de riscos reputacionais, a proteção de dados e o mapeamento de riscos relacionados à unidade de gestão de Tecnologia da Informação.

Para a SGETI, estar em conformidade é atender plenamente às obrigações decorrentes de normas externas aplicáveis, além de normas internas, inclusive políticas, códigos, determinações de órgãos de controle e procedimentos do Ministério dos Transportes.

A gestão de conformidade consiste no conjunto de princípios, estruturas, atividades e processos coordenados para dirigir e controlar a instituição no que se refere ao cumprimento de obrigações de conformidade.



A Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem o objetivo de garantir que os recursos de TIC sejam utilizados de forma segura, eficiente e alinhado com os objetivos estratégicos do Ministério dos Transportes, sendo importante para:

- Equilibrar os riscos e o retorno sobre os investimentos em TI;
- Criar valor para a organização;
- Atender às necessidades das partes interessadas;
- Otimizar o uso dos recursos disponíveis;
- Monitorar o desempenho e mitigação de riscos;
- Garantir a conformidade processual e regulatória; e
- Ajudar a proteger os ativos de informações.



FLUXO

Elaboração e Apresentação do Plano de Transformação Digital;
Elaboração do Documento Briefing de pactuação do PTD - MT;
Apoio às unidades do MT e à Ouvidoria em relação aos Serviços Públicos Digitais;
Reunião do CGDSI-MT de aprovação do PTD;
Criação do Painel de Serviços Públicos Digitais;
Assinatura, Validação e Aprovação do Plano de Transformação Digital – PTD do MT pela SE e SGD/MGI.

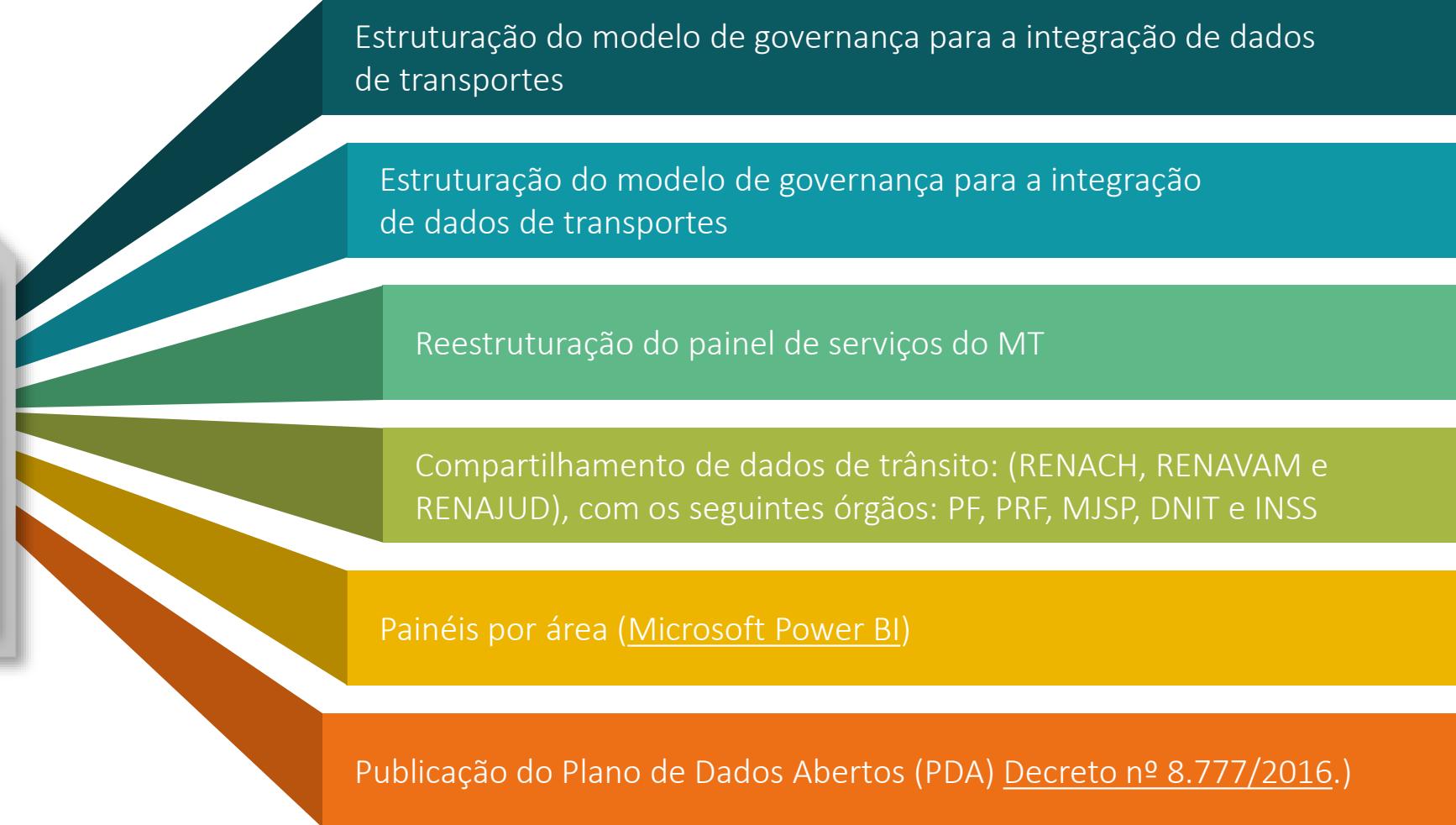
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ENTREGAS

4 ações entregues no eixo 1
Transformação digital dos Serviços Públicos;
7 ações entregues no eixo 2
Unificação de Canais Digitais;
2 ações entregues no eixo 3
Interoperabilidade de Sistemas;
3 ações entregues no eixo 4
Segurança e Privacidade;
2 ações entregues no eixo 5
Melhoria da Qualidade dos serviços públicos



GOVERNANÇA DE DADOS





Monitoramento de demandas 2024

Secretaria

Todos

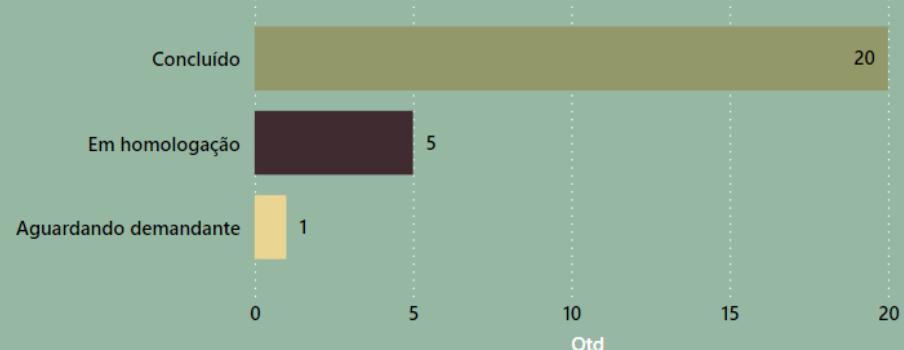
Departamento

Todos

**Quantidade de
Demandas**

26**DEMANDAS**

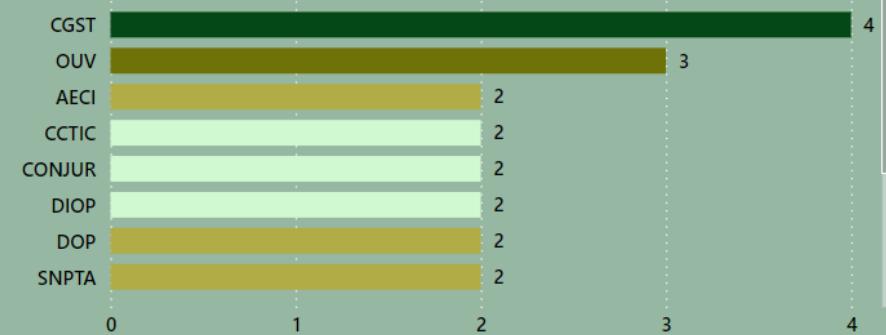
- AECI - Monitoramento do Plano de Integridade do MT
- Apoio ao Painel Obras Públicas e Internalização dos dados - Ciclo 1
- Apoio ao Painel Obras Públicas e Internalização dos dados - Ciclo 2
- COGLC - Licitações e Contratos
- MT - Desenvolvimento do painel
- CONJUR - Painel de Produtividade
- CONJUR - Painel de Produtividade
- CONJUR - Painel de Produtividade

Status**REQUISITANTE**

- Alana Thamyris de Moura Lemos
- Arthur Gomes Castro
- Camila Batista Pilz
- Eliete Ribeiro dos Santos
- Fábio Adriano Vieira
- Glauber Carvalho Cruz
- Hugo Gabriel de Moraes Santana
- Julio Cesar Ferreira da Silva
- Leonardo Dantas da Silva

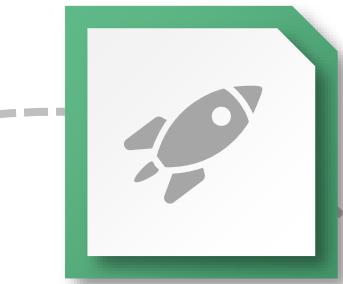
P.O.

- Alana Thamyris de Moura Lemos
- Alexandre Monteiro da Rocha
- Daniel Canovas
- Denise Xavier dos Santos
- Eliete Ribeiro dos Santos
- Fábio Adriano Vieira
- Glauber Carvalho Cruz
- Hugo Gabriel de Moraes Santana

Demandas por departamento



INOVAÇÃO

**Estudo sobre a temática
“Inovação” nas esferas pública
e privada**

Realização de análises comparativas e pesquisas aprofundadas sobre práticas e modelos de inovação aplicados tanto no setor público quanto no privado, com foco em identificar oportunidades de implementação no Ministério dos Transportes.

**Criação do Laboratório de
Inovação do Ministério dos
Transportes**

Formalização da iniciativa por meio da Portaria nº 1.065, de 28 de novembro de 2024, estabelecendo um espaço dedicado ao desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios do setor de transportes.

**Benchmarking**

Realização de visitas técnicas, trocas de experiências e levantamento de melhores práticas em inovação adotadas por instituições nacionais e internacionais, com vistas à aplicação de métodos e ferramentas no contexto do Ministério.

**Evento “Café com Inovação”**

Organização de um evento estratégico, reunindo representantes de organizações de referência em inovação, como Google, Gartner, Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e Defensoria Pública de São Paulo, para fomentar debates, compartilhar experiências e explorar parcerias.





INOVAÇÃO

**Criação de Pílulas de Conhecimento**

Desenvolvimento de conteúdos curtos e objetivos, com o propósito de disseminar conceitos e práticas inovadoras, promovendo a capacitação contínua dos colaboradores do Ministério.

Apresentação do Laboratório de Inovação

Apresentação formal do Laboratório de Inovação ao Subsecretário e ao Gabinete do Ministério dos Transportes, destacando seus objetivos, estratégias de atuação e o impacto esperado.

E como será o Lab de Inovação MT?

Será um espaço que impulsionará a criatividade e a experimentação. Primeiramente em políticas públicas e serviços públicos no setor de transporte. Desenvolvendo soluções inovadoras.

**Criação de Formulário de Propostas**

Desenvolvimento de um mecanismo estruturado para que servidores e colaboradores do Ministério possam submeter ideias e projetos inovadores, alinhados às prioridades institucionais.

**Aprovação do Primeiro Projeto em Parceria com a SENATRAN**

Consolidação das atividades do Laboratório com a aprovação do primeiro projeto inovador em colaboração com a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), marcando o início de sua operação efetiva.





Sistemas e Serviços de Suporte de Tecnologia da Informação

Foram realizados 17.525 atendimentos ao usuário, sendo requisições 11.031 e incidentes 6.494.

- ✓ 302 VPNs para acesso remoto à infraestrutura de TIC, utilizando o MFA;
- ✓ 121 certificados digitais, emitidos ampliando a segurança de credenciais de acesso.
- ✓ 13.094 E-mails maliciosos bloqueados pelas ferramentas de segurança;
- ✓ 1.156 bloqueios de tentativas de ataques via acessos não autorizados e
- ✓ Suporte para 1.800 usuários com 2.000 estações de trabalho monitoradas.
- ✓ Implantação de rotina de atualização de patches em sistemas operacionais nas estações de trabalho dos usuários e nos servidores;
- ✓ Implementação de backup em nuvem.
- ✓ 75 sistemas e soluções digitais mantidas em infraestrutura local;
- ✓ 15 sistemas desenvolvidos/ atualizados no SERPRO.



Desafios e Ações Futuras

Modernização da infraestrutura de tecnologia da informação;
Modernização do parque de estações de trabalho;
Ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de dados do Datacenter;
Monitoramento da execução do PDTI 2024-2026 (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) aprovado pelo Comitê de Governança Digital (CGDSI);
Contratação de serviços de desenvolvimento de sistemas, portais e aplicativos;
Publicação da nova POSIN (Política de Segurança da Informação);
Realização de campanhas de conscientização sobre segurança da informação e uso seguro de recursos de Tecnologia da Informação;
Atualização das soluções de vídeo conferência e salas multimídias;
Implementação de infraestrutura de nuvem híbrida e
Implementação de soluções de tratamento de dados e IA para a otimização do uso de dados próprios e compartilhados.

4.

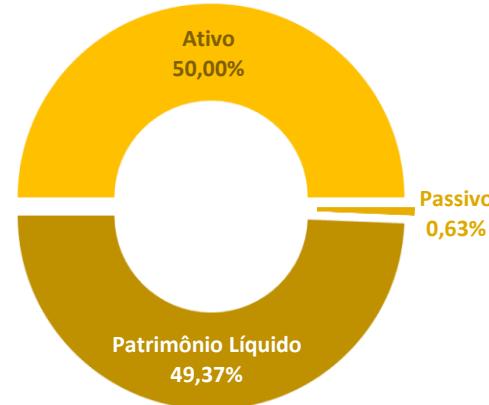
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis





Gestão Contábil

Resumo da Situação Financeira Contábil da UPC



Os ativos representam 50% do Balanço Patrimonial do Ministério dos Transportes, no montante de R\$ 2,73 bilhões, e compreendem os recursos financeiros e patrimoniais, controlados pelo Órgão, em decorrência de eventos passados que resultarão em benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Com relação aos passivos, sua representação é de 0,63%, da ordem de R\$ 34,3 milhões, e representam as obrigações do Órgão oriundas de eventos passados que poderão resultar em desembolsos futuros ou potenciais de serviços. O Patrimônio Líquido é a diferença entre o total do Ativo e do Passivo, no valor de R\$ 2,69 bilhões, correspondendo a 49,37% do Balanço Patrimonial, o que representa uma situação patrimonial positiva.

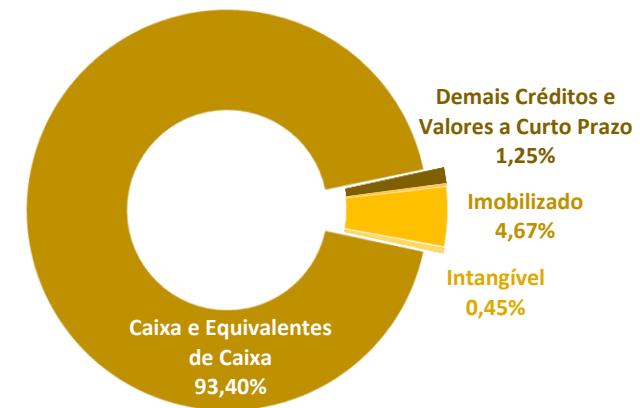
Dos ativos, possuindo maior representatividade, o Caixa e Equivalentes de Caixa representam 93,40%, e correspondem a disponibilidades nos bancos, aplicações na Conta Única da União (CTU) e os recursos recebidos do Tesouro Nacional com autorização para saque. Ressalta-se acréscimo de R\$ 908,9 milhões, com adição de 55%, em relação a 2023, em razão dos rendimentos financeiros por aplicação dos recursos na CTU pelo FUNSET.

O ativo Intangível corresponde a 0,45%, sendo composto por softwares de vida útil definida e indefinida no saldo de R\$ 12,3 milhões. Em comparação ao exercício de 2023, verificou-se decréscimo de 0,14%, sendo R\$ 17 mil, equivalente a amortização dos softwares de vida útil definida que ocorreram em 2024.

Outros títulos contábeis com valores significativos são os Créditos e Valores a Curto Prazo representando 1,25% do Ativo. Em 2024, ocorreu decréscimo de R\$ 119,6 milhões, correspondente a 77,87%, decorrente do recebimentos de créditos a receber da FCA, terminando o pagamento parcelado em 60 vezes.

O Imobilizado corresponde 4,67% do Ativo, sendo composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Em 2024, ocorreram acréscimos de Bens Imóveis de R\$ 16,1 milhões e decréscimo de Bens Móveis de R\$ 4,3 milhões.

	Valor (milhões)	%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 2.547,712	93,40%
Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 33,975	1,25%
Imobilizado	R\$ 127,329	4,67%
Intangível	R\$ 12,340	0,45%



No que tange ao PL, o MT tem alcançado resultados positivos ao longo dos anos, acumulando saldo de R\$ 2,69 bilhões. No ano de 2024, obteve resultado positivo de R\$ 784,5 milhões que, em comparação ao ano de 2023, representou uma diminuição no resultado do exercício de 41,74%,.



Em 2024, as receitas arrecadadas foram de R\$ 1,15 bilhão, de um total previsto de R\$ 1,01 bilhão, ultrapassando em 13,98% a previsão da arrecadação para 2024. Em comparação a 2023, ocorreu acréscimo de R\$ 137,4 milhões (13,59%), em relação ao arrecadado de R\$ 1,01 bilhão.

Em relação aos períodos anteriores a 2022 observa-se redução nas receitas, o que pode ser explicado pela baixa das receitas de contribuições econômicas da cota-partes do AFRMM do FMM, assim como das receitas das outorgas aeroportuárias arrecadadas pelo FNAC e dos rendimentos financeiros aplicados na CTU pelo FMM e FNAC, além de amortizações de empréstimos do FMM, que atualmente são recolhidos pelo MPOR.



O Gráfico abaixo considera somente as receitas arrecadadas pelo MT e FUNSET, retirando o FMM e o FNAC nos períodos analisados.

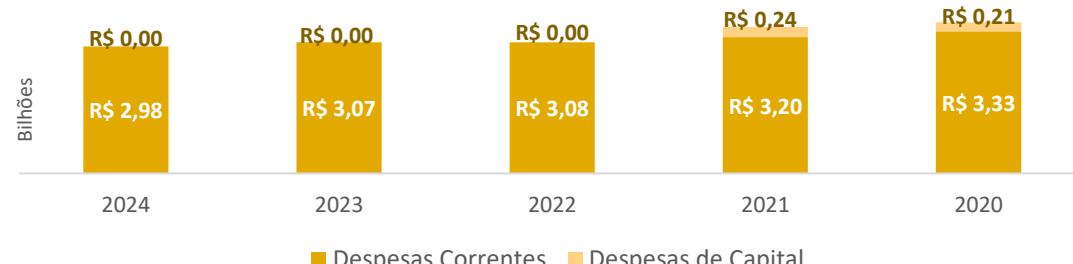


No gráfico acima, em períodos anteriores a 2022, a estrutura ministerial compreendia o FMM, FNAC, SNAC e SNPTA, sendo que a execução de Despesas de Capital por parte das duas secretarias eram de alto volume, comparado a atual estrutura. Essas secretarias executam Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e repasses para execuções de obras em aeroportos e portos.

Em 2024, as despesas totais realizadas atingiram R\$ 2,98 bilhões que, em comparação com as de 2023 R\$ 3,08 bilhões, apresentaram decréscimo de 3,16%, enquanto as Despesas Correntes reduziram-se em 3,08%. As Despesas de Capital reduziram-se, por sua vez, em 62,48%, sendo o valor executado, contudo, quase inexpressivo.

No que tange às Despesas Correntes, tal decréscimo foi decorrente de menor valor pago de aposentadorias e reformas, vencimentos e vantagens fixas, sentenças judiciais, serviços de TIC e locação de mão de obra.

Nas Despesas de Capital, por sua vez, as reduções podem ser atribuídas a aquisição de equipamentos e material permanente.





Principais fatos contábeis relativos à atuação e à situação financeira da UPC

A organização básica dos Ministérios estabelecida pela MP nº 1.154, de 01/01/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19/06/2023, desmembrou o antigo Ministério da Infraestrutura nos Ministérios dos Transportes (MT) e de Portos e Aeroportos (MPOR). A atual estrutura regimental do MT foi aprovada pelo Decreto nº 11.360, de 01/01/2023, contemplando os modais ferroviário e rodoviário. A nova estrutura do MT possui como órgãos singulares a Secretaria Nacional de Transportes Rodoviários, Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários e Secretaria Nacional de Trânsito. Como órgãos subordinados à Secretaria Executiva estão as Subsecretarias de Sustentabilidade, Subsecretaria de Parcerias, Subsecretaria de Fomento e Planejamento, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação. O Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito (FUNSET) também compõe a atual estrutura do MT.

No ano de 2024 ocorreram várias reuniões e estruturação de equipes de trabalho para atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU) presentes na Auditoria Anual de Contas. A Coordenação de Contabilidade/MT realizou análises, conciliações e elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a UG 390007 (COGEP) nos ajustes das contas de VPD e de Férias a Pagar no montante R\$ 5,9 milhões, bem como, ajustes na conta de Décimo Terceiro a pagar.

A partir do primeiro semestre de 2024, visando aprimorar a segurança do sistema SIAFI, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN implantou gradativamente alterações no processo de autenticação (login) e autorização em todo complexo SIAFI (Siafi Operacional, SiafiWeb, Tesouro Gerencial, Sisigru e STA). Foram realizadas reuniões entre as Setoriais Contábeis e a STN, no intuito de esclarecer e orientar sobre a nova forma de acessar os sistemas. Neste sentido, coube à Coordenação de Contabilidade, no seu papel de setorial contábil, intensificar as orientações às unidades gestoras na manutenção, atualização de perfis e na aquisição de certificação digital junto a SGETI. Tais orientações ocorreram por e-mails, documentos no SEI e comunicas via SIAFI.

A Subsecretaria de Fomento e Planejamento - SFPLAN solicitou permissão à Secretaria Executiva do MT para que utilizasse a unidade gestora 390042 da Subsecretaria de Parcerias - SPAR, a fim de realizar gestão orçamentária de Termos de Execução Descentralizados - TEDs, firmados por ela em dois contratos. Desta forma, após o aval da SE, a Coordenação de Contabilidade demandou junto à Receita Federal do Brasil a troca do nome do CNPJ filial 37.115.342/0037-78 de SPAR para SFPLAN, bem como, também alterou no SIAFI a nomenclatura da UG 390042.

Ao longo do ano foram realizadas solicitações de acertos na depreciação dos bens imóveis do órgão. Com isso, foram efetivadas reuniões com a Secretaria do Patrimônio da União-SPU, bem como análise dos saldos, cobranças por meio de e-mails, comunicas, reuniões e verificação dos saldos com as planilhas informadas pela SPU.

Ajustes são realizados mensalmente por meio de retificação das GRUs geradas na UG 200012-Denatran do órgão FUNSET, para a Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN. Além das regularizações das GRUs realizadas no PagTesouro, onde o sistema ao não identificar o código correto da receita gera um código de fuga 99999, são geradas receitas a classificar na setorial orçamentária do órgão 39000 bem como na conta de receitas a classificar na unidade do SENATRAN.

No MT, as arrecadações de outras receitas correntes no ano de 2024 foram provenientes dos recolhimentos realizados pela Ferrovia Centro-Atlântica S/A - FCA para a União. O valor arrecadado nesse contexto foi de R\$ 168,0 milhões e decorreram em razão da empresa não ter concretizado os investimentos previstos na Malha Centro-Oeste, no montante de R\$ 761,8 milhões. Diante isso, foi firmado um acordo com a União, mediado pelo Ministério Público Federal, onde a empresa se comprometeu a recolher o montante de R\$ 1,20 bilhão, que foi pago em 60 parcelas mensais. Ressalta-se que o acordo firmado entre a FCA e a União foi encerrado em dezembro de 2024, após o pagamento da última parcela.

Por fim, no mês de novembro, ocorreu devolução de recursos financeiros pela UG 390007 (COGEP) no valor de R\$ 5,8 milhões para a Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Tais valores decorreram de ordens bancárias canceladas e reclassificadas para a conta de depósitos por devolução não reclamados relativas aos pagamentos de Aposentados e Pensionistas, deste Ministério, que foram centralizados para o MGI.



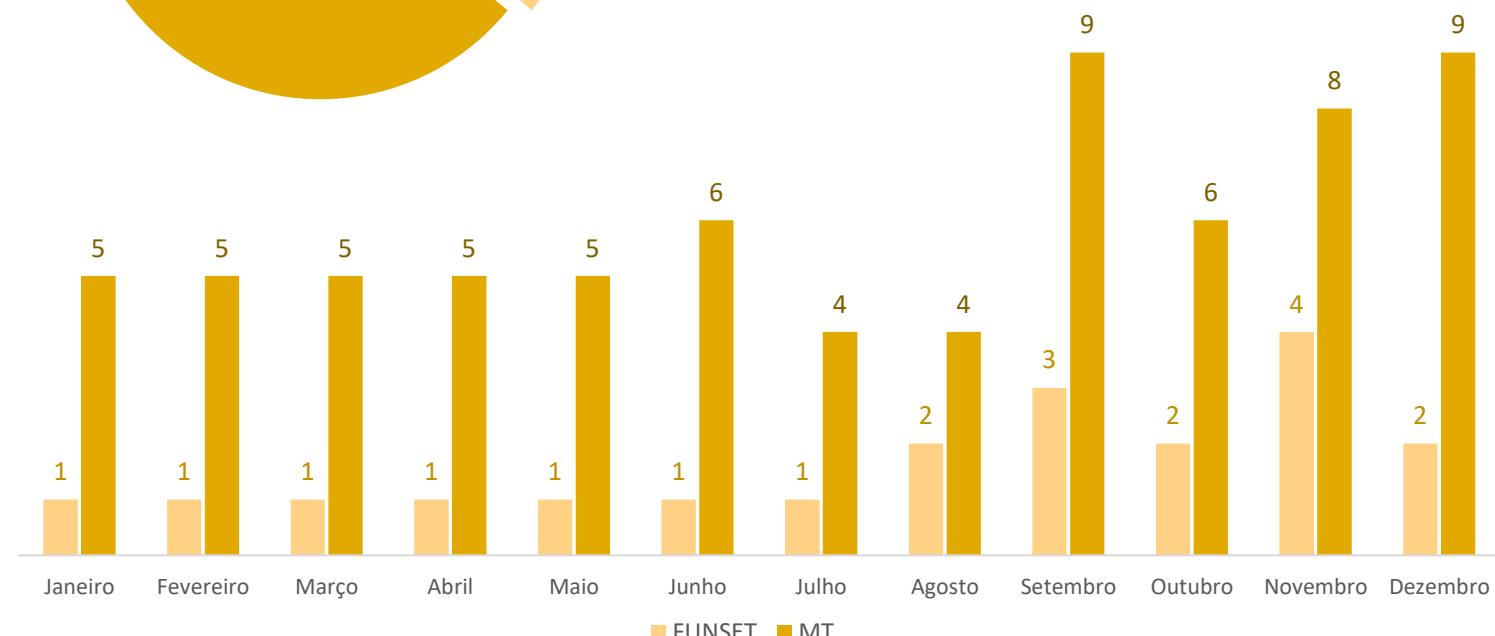
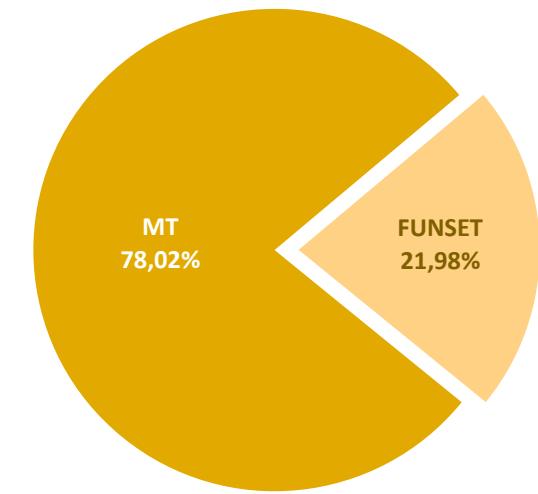
Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC

As informações constantes das demonstrações contábeis abrangem os dados da administração direta do Ministério dos Transportes e do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET.

A conformidade contábil baseia-se nos procedimentos descritos no Manual SIAFI, nas macrofunções elaboradas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Pública Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, nas edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e nas legislações pertinentes ao assunto, visando garantir a integridade, confiabilidade e veracidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, utilizado pelo Governo Federal para execução dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Utilizam-se, ainda, as seguintes ferramentas: Power BI, Tesouro Gerencial, planilhas de controle e elaboração de relatórios mensais, os quais são encaminhados às Unidades Gestoras discorrendo sobre restrições contábeis apontadas e lançamentos que necessitam ser analisados e, se for o caso, regularizados.

Com o objetivo de disponibilizar a informação e garantir fidedignidade dos demonstrativos contábeis, o controle se faz por acompanhamento diário dos balanços e das informações constantes do SIAFI, solicitando-se ajustes via telefone, e-mail, comunica SIAFI e ofícios, quando necessários.



No exercício de 2024 foram apontadas algumas restrições contábeis, conforme evidenciado nos gráficos.

Esses apontamentos são identificados, descrevendo-se os motivos e as providências tomadas, sendo realizado, a partir de então, o acompanhamento nas unidades até a devida regularização.

A administração direta do MT, por sua vez, possui o maior percentual das inconsistências contábeis identificadas 78,02%.

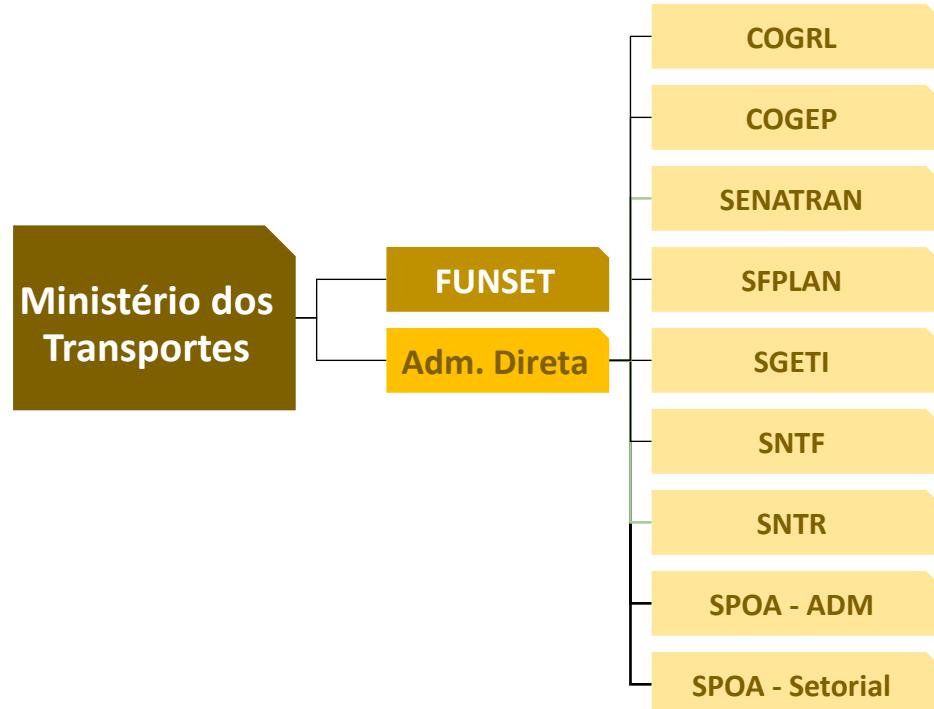


Informações dos Contadores das UPCs

O Contador responsável por cada UPC tem como atribuição certificar que as Demonstrações Contábeis geradas pelo SIAFI estão em consonância com o disposto nas legislações pertinentes ao assunto, com os procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e com as macrofunções elaboradas pela STN.

No MT, inclusive no Fundo a ele vinculado, cada unidade gestora executora dispõe de um responsável pelo registro de Conformidade Contábil no SIAFI. Este registro compete, apenas, a profissional em contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, que esteja em dia com as obrigações profissionais e devidamente credenciado no SIAFI para este fim.

Abaixo, observa-se a estrutura das Unidades Gestoras Executoras - UGE no SIAFI:



O MT conta com uma Setorial Contábil de Órgão Superior atuando na orientação das demais unidades gestoras executoras, objetivando evitar distorções nas Demonstrações Contábeis, prevenir a ocorrência de inconsistências no SIAFI, bem como interligar suas unidades e a Coordenação de Contabilidade da STN. No ano de 2024, os responsáveis que atuaram pela Setorial Contábil Superior e unidades gestoras executoras foram:

CCONT/MT

- Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2024 a 31/12/2024

FUNSET

- Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2024 a 31/12/2024

COGRL

- Paulo Henrique Severiano Bastos - 01/01/2024 a 31/12/2024

COGEP

- Teresinha Maria Alves de Oliveira - 01/01/2024 a 31/12/2024

SENATRAN

- Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2024 a 31/12/2024

SFPLAN

- Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2024 a 31/12/2024

SGETI

- Paulo Henrique Severiano Bastos - 01/01/2024 a 31/12/2024

SNTF

- Ricardo Aguiar dos Prazeres - 10/06/2024 a 31/12/2024

SNTR

- Ricardo Aguiar dos Prazeres - 01/01/2024 a 31/12/2024

SPOA - ADM

- Paulo Henrique Severiano Bastos - 01/01/2024 a 31/12/2024

SPOA - Setorial

- Fábio César de Carvalho - 01/01/2024 a 31/12/2024



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Os Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas do Exercício 2024 estão disponíveis por meio do link : <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001, a Lei Complementar nº 101/2000, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBCT SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis seguem o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas de:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Ministério dos Transportes

A organização básica dos Ministérios estabelecida pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.600, de 19/06/2023, dispôs no Capítulo III, artigo 51, inciso VI, sobre a criação por desmembramento do antigo Ministério da Infraestrutura em Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos. A atual estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e funções de confiança do MT foram aprovados pelo Decreto nº 11.360, de 01/01/2023.

Os relatórios das Demonstrações Contábeis do MT foram elaborados a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades gestoras executoras, que compõem sua administração direta e Fundos, integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).



5.

Anexos e Apêndices





Lista de siglas e abreviações

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno
AESCOM - Assessoria Especial de Comunicação
AESINT - Assessoria Internacional
AESPARF - Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
AFRMM - Adicional ao frete para renovação da marinha mercante
AGEF - Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A
AGU - Advocacia-Geral da União
AL - América Latina
ANAC - Agencia Nacional de Aviação Civil
ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
APFD - Administração Pública Federal Direta
APSD - Assessoria de Participação Social e Diversidade
APT - Avaliação das Políticas de Transportes
ASCOM - Assessoria de Comunicação
ASSAD - Assessoria Administrativa
ASSAM - Assessoria Socioambiental
ATIT - Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre
BF - Boletim Financeiro
BGU - Balanço Geral da União
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
BO - Boletim Orçamentário
BP - Boletim Patrimonial
BPM - Business Process Management
BR-LEGAL - Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária
BSC - Balanced Scorecard
CADIPP - Cadastro de Interessados Ponto de Parada
CAPPL - Consultar Andamento de Processos Livre
CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CC - Casa Civil
CDC - Companhia Docas do Ceará
CDFMM - Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante
CDP - Companhia Docas do Pará
CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
CDT - Canal Direto com os Transportes
CDU - Classificação Decimal Universal
CE - Comissão de Ética
CEG - Comitê Estratégico de Governança
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CERIM - Assessoria de Cerimonial
CETIT - Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes
CGAA - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação

CGCAP - Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes
CGCI - Coordenação-Geral de Controle Interno
CGDC - Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade
CGFOM - Coordenação-Geral de Fomento
CGINF - Coordenação-Geral de Gestão da Informação
CGJA - Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos
CGGM - Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro
CGMO - Coordenação-Geral de Modernização e Organização
CGPLAN - Coordenação-Geral de Política e Planejamento Integrado
CGST - Coordenação-Geral de Entrega de Serviços de Tecnologia
CGTI - Coordenação-Geral de Governança e Controladoria de TIC
CGIT - Coordenação-Geral de Inovação e Transformação de Serviços
CGPAR - Coordenação-Geral de Parcerias
CGRC - Comitê de Gestão, Riscos e Controles Internos
CGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU - Controladoria-Geral da União
CIDE - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIL - Centro de Integração Logística
CLE - Corredores Logísticos Estratégicos
CNH-e - Carteira Nacional de Habilitação Eletrônica
CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COAD - Coordenação de Administração do Pessoal Ativo
COADI - Coordenação de Apoio Administrativo
COAP - Controle Organizativo a Ação Pública de Saúde
CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo
CODESP - Companhia Docas do Estado de São Paulo
CODOMAR - Companhia Docas do Maranhão
COE - Contratos Operacionais Específicos
COEX - Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGETI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
COGIF - Coordenação de Gestão da Informação Ferroviária
COGIR - Coordenação de Gestão da Informação Rodoviária
COINF - Coordenação de Infraestrutura de Informática
COGLC - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
COGRL - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
COMAP - Coordenação de Material e Patrimônio
CONAC - Conselho de Aviação Civil
CONAERO - Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuária

CONAGH - Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CONAPORTOS - Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CONATT - Comissão Nacional das Autoridades de Transportes Terrestres
CONIT - Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CONJUR - Consultoria Jurídica
CONSETRANS - Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito
CORREG - Corregedoria
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
COTEC - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPI - Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CRLV-e - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico
CTICS - Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CTLAG - Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CVC - Contagem Volumétrica Classificatória
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DEADE - Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
DECEX - Departamento de Educação e Cultura do Exército
DECON - Departamento de Concessões
DEDL - Departamento de Desenvolvimento e Logística
DEINT - Departamento de Informações de Transportes
DEPLAN - Departamento de Planejamento de Transportes
DOP - Departamento de Obras Públicas
DOP - Departamento de Obras e Projetos
DOR - Departamento de Outorgas Rodoviárias
DOUT - Departamento de Outorgas Ferroviárias
DSEG - Departamento de Segurança no Trânsito
DRFG - Departamento de Regulação, Fiscalização e Gestão
DIBEN - Divisão de Benefícios
DICOP - Divisão de Concessão e Revisão de Pensão
DINOR - Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humanos
DITC - Divisão de Treinamento e Capacitação
DIVAP - Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União



DP - Direito de Passagem
 DT-e - Documento Eletrônico de Transporte
 DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
 EF - Estrada de Ferro
 EGA - Sistema Eletrônico de Gabinete
 EGP-TI - Escritório de Gerenciamento de Projeto de TI
 EPL - Empresa de Planejamento e Logística
 ETS - Comitê de Territórios e Sustentabilidade
 EVTEA - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
 FCFPE - Funções Comissionadas Técnicas do Poder Executivo
 FEP - Fundo de Estruturação de Projetos
 FG - Funções Gratificadas
 FHWA - Federal Highway Administration
 FICO - Ferrovia Integração Centro Oeste
 FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste
 FMM - Fundo da Marinha Mercante
 FNAC - Fundo Nacional da Aviação Civil
 FNS - Ferrovia Norte-Sul
 FORMAR - Acompanhamento de Formação de Servidores
 FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco
 FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito
 GAB - Gabinete
 GCN - Gestão de continuidade de Negócios
 GEIPOT - Grupo de Estudos de Integração da Política de Transportes
 GM - Gabinete do Ministro
 GPWEB - Gestão de Projetos WEB
 GT - Grupo de Trabalho
 GTPE - Grupo de Trabalho de Peso por Eixo
 HDM-4 - Highway Development and Management Model
 HELP ONLINE - Guia prático de ajuda
 IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
 IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
 ICE - Índice de Conformidade Executiva
 ICP - Índice de Pertinência Complementar Propositivo
 IDE-T - Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte
 IDG - Indicador de Desempenho Geral
 iGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
 IG-MInfra - Índice de Governança do Ministério da Infraestrutura
 IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul
 INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INDE - Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
 InfraBR - Aplicativo para caminhoneiro gerenciar sua jornada
 IP4 - Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
 IPC - Índices de Preços ao Consumidor
 IPE - Índice de Porte Econômico
 IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 IPR - Instituto de Pesquisas Rodoviárias

IRAP - International Road Assessment Programme
 ITE - Índice de Temporalidade Executiva
 ITP - Índice de Temporalidade Propositivo
 JEO - Junta de Execução Orçamentária
 LAI - Lei de Acesso à Informação
 LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
 LOA - Lei Orçamentária Anual
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MAPI - Meta Anual Projetada
 MBC - Movimento Brasil Competitivo
 MF - Ministério da Fazenda
 MFN - Estudos para Implantação do Museu Ferroviário Nacional
 MInfra - Ministério da Infraestrutura
 MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MRE - Ministério de Relações Exteriores
 MTPA - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
 MT - Ministério dos Transportes
 NEAT - Número Médio de Obras em Execução Acompanhadas por Técnico
 NF-e - Nota Fiscal Eletrônica
 NMAM - Número Médio de Ações Monitoradas no Ano
 NMAT - Número Médio de Ações Monitoradas por Técnico
 NMEA - Número Médio de Obras em Execução Acompanhada
 OAC - Obras de Arte Correntes
 OFI - Operadores Ferroviários Independentes
 OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 OGU - Orçamento Geral da União
 OMS - Organização Mundial da Saúde
 ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística
 ONU - Organização das Nações Unidas
 OTM - Operadores de Transporte Multimodal de Cargas
 OUV - Ouvidoria
 PA - Processo Administrativo
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PAEA - Percentual de Obras em Execução Acompanhadas
 PAG - Prima Associação dos Governos
 PAM - Percentual de Ações Monitoradas
 PAN - Plano Aeroportuário Nacional
 PANAC - Política Nacional de Aviação Civil
 PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCN - Plano de Continuidade de Negócios
 PDA - Plano de Dados Abertos
 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PEF - Pagamento Eletrônico de Frete
 PEI - Planejamento Estratégico Institucional
 PER - Programas de Exploração de Rodovias
 PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes

PFA - Posto de Fiscalização e Atendimento
 PGEO - Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
 PGF - Procuradoria-Geral Federal
 PGINF - Programa Gestão da Informação
 PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PHE - Plano Hidroviário Estratégico
 PIAF - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
 PIL - Programa de Investimentos em Logística
 PIT - Planejamento Integrado de Transportes
 PMGP - Programa Modernizando a Gestão Pública
 PMI - Plano de Metas e Investimentos
 PNCV - Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
 PNIH - Plano Nacional de Integração Hidroviária
 PNL - Plano Nacional de Logística
 PNLI - Plano Nacional de Logística Integrada
 PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes
 PNP - Plano Nacional de Pesagem
 PNT - Política Nacional de Transportes
 PNTH - Política Nacional de Transporte Hidroviário
 PPA - Plano Pluriannual da União
 PPEx - Percentual de Participação do Projeto i
 PPI - Programa de Parceria de Investimento
 PPP - Parceria Público-Privada
 PPV - Programa de Pesagem de Veículos
 PROCREMA - Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas
 PRODEFENSAS - Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais
 PROMEF - Programa de Modernização e Expansão da Frota de Transportes
 PROPASS - Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros
 PROSINAL - Programa de Sinalização da Malha Rodoviária Nacional
 PSP - Plano Setorial de Parcerias
 PSTT - Plano Senatorial de Transportes Terrestres
 RAD - Reuniões de Avaliação do Desempenho
 RAE - Reuniões de Acompanhamento da Estratégia
 RDC - Regime Diferenciado de Contratação
 RADEOSFS - Relatórios Anuais Demonstrativos de Execução Orçamentárias e Financeiras
 REIDI - Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
 RFB - Receita Federal do Brasil
 RFFSA - Rede Ferroviária Federal
 RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
 SAAD - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - MT



SAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
 SAECI - Sistema da Assessoria de Controle Interno
 SAFF - Sistema de Acompanhamento e Fiscalização de Transporte Ferroviário
 SAMS - Serviço de Atendimento Médico-Social
 SAPPI - Sistema de alimentação Ações de Estados
 SCA - Sistema de Controle de Acesso
 SCEPL - Sistema de Consulta Extrema Controle
 SCI - Subsecretaria de Conformidade e Integridade
 SCIMO - Sistema de controle de Instrumentos Médico e Odontológico
 SE - Secretaria Executiva - MT
 SEAD - Serviço de Apuração Disciplinar
 SEAINF - Serviço de Articulação e Informação
 SECR - Serviço de Cálculos e Remuneração - MT
 SEGES - Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - MT
 SEI - Sistema Eletrônico de Informação
 SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito
 SEP - Secretaria Especial de Portos
 SEPEN - Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões
 SERCI - Serviço de Controle Interno
 SEREF - Serviço de Registro Funcional
 SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
 SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
 SFAT - Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - MT
 SFF - Sistema Ferroviário Federal
 SFPLAN - Subsecretaria de Fomento e Planejamento
 SFPP - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias
 SGD - Sistema de Gestão de Documentos
 SGETI - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
 SGF - Sistema de Gestão de Frotas
 SGI - Sistema de Gestão Internet
 SGINP - Sistema de Gestão de Impressão de Processos
 SGON - Setor de Garagens Oficiais Norte
 SGP - Sistema de Gestão Processos
 SIADRE - Sistema de Avaliação de Desempenho e Regimento Interno
 SIAEP - Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas
 SIAEX - Sistema de Extração
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
 SICAF - Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores
 SICAP - Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos
 SICAR - Sistema de Controle de Arquivo
 SICONV - Sistema de Convênios do Governo Federal
 SICPAG - Sistema de Controle de Pagamento
 SICPAT - Sistema de controle de Pagamentos atrasados
 SIGAT - Sistema de Gestão das Ações de Transporte

SIGEF - Sistema de Gestão Funcional
 SIGESA - Sistema de Gestão de Licenciamento Ambiental
 SIGPAC - Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento
 SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
 SIGT - Sistema de Informações de Planejamento Regional de Transportes
 SIMIC - Sistema de Microfilmagem
 SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIORC - Sistema de Orçamento
 SIORG - Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
 SIPEC - Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISAC - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISG - Sistemas de Serviços Gerais
 SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
 SISPF - Sistema de Programação Financeira
 SITRA - Sistema de Tramitação
 SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
 SNAC - Secretaria Nacional de Aviação Civil
 SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
 SNTF - Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário
 SNTR - Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário
 SNTT - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres
 SNV - Sistema Nacional de Viação
 SOF - Secretaria Orçamento Federal
 SOPHIA - Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas
 SPAR - Subsecretaria de Parcerias
 SPATIC - Sistema de Acompanhamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
 SPCE - Sistema de Painel de Controle de Eficácia
 SPF - Sistema de Programação Financeira
 SPI - Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos
 SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
 SPL - Sistema de Passe Livre
 SPNLT - Sistema Nacional de Pesquisa de Tráfego
 SPNT - Secretaria de Política Nacional de Transportes
 SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - MT
 SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
 SPU - Secretaria de Patrimônio da União
 SREAP - Sistema de Recadastramento de Aposentado e Pensionista
 STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda
 SUST - Subsecretaria de Sustentabilidade
 TAC - Termo de Ajuste de Conduta
 TAV - Trem de Alta Velocidade
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TED - Termo de execução descentralizada
 TIC - Tecnologia da Informação e da Comunicação

TM - Tráfego Mútuo
 TRC - Transporte Rodoviário de Cargas
 TRF - Tribunal Regional Federal
 TRIC - Transporte Rodoviário Internacional de Cargas
 TRIIP - Transporte Interestadual e Internacional Terrestre de Passageiros
 TUP - Terminais de Uso Privativo
 TUP - Terminal de Uso Privado
 UFF - Universidade Federal Fluminense
 UFPA - Universidade Federal do Pará
 UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 UG - Unidade Gestora
 UGE - Unidade Gestora Executiva
 UNASUL - União das Nações Sul-Americanas
 UPC - Unidade Prestadora de Contas
 VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
 VMDA - Volume Médio Diário Anual
 Wi-fi - Rede Sem Fio
 ZAL's - Zonas de Atividades Logísticas e Elaboração de Estudos Técnicos das Hidrovias.

2024

MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

